



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

MARIA VERÔNICA DE AZEVEDO GOMES

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL URBANA DE CUITÉ-PB RESULTANTE DA
IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DA UFCG**

João Pessoa - PB
Agosto de 2014

Maria Verônica de Azevedo Gomes

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL URBANA DE CUITÉ-PB RESULTANTE DA
IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DA UFCG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba-UEPB pela mestrandia Maria Verônica de Azevedo Gomes, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente.

Orientação: JOSIAS DE CASTRO GALVÃO

**João Pessoa - PB
Agosto de 2014**

G633d Gomes, Maria Verônica de Azevedo.
Dinâmica socioespacial urbana de Cuité-PB resultante da
implantação do campus de saúde e educação da UFCG /
Maria Verônica de Azevedo Gomes.-- João Pessoa, 2014.
152f. : il.
Orientador: Josias de Castro Galvão
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN
1. Geografia. 2. Fenômenos intraurbanos - cidade pequena.
3. Ensino superior - Cuité-PB. 4. Formação socioespacial.
5. Dinâmicas intraurbanas.

UFPB/BC

CDU: 91(043)

***“Dinâmica Socioespacial Urbana de Cuité-PB, Resultante da Implantação
do Campus de Saúde e Educação da UFCG”***

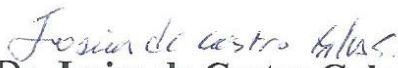
por

MARIA VERÔNICA DE AZEVEDO GOMES

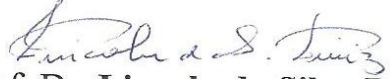
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof. Dr. **Josias de Castro Galvão**
Orientador


Prof.^a Dr.^a **Eliana Alda de Freitas Calado**
Examinadora interna


Prof. Dr. **Lincoln da Silva Diniz**
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto/2014

*Dedico este trabalho às pessoas mais importantes de
minha vida, meus pais Cleonice e Zacarias,
que sempre foram meu principal alicerce de
crescimento pessoal e profissional.*

AGRADECIMENTOS

*E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar.*

Gonzaquinha

A trilhada para a realização deste trabalho muitas vezes despertou a sensação de solidão. Mas, hoje compreendo que sua execução só foi viável graças à presença de muitos colaboradores. Diversas pessoas contribuíram diretamente ou indiretamente para que esta jornada fosse concluída. Reconheço a importância dos que compartilharam comigo bons momentos, angústias, paciência, sorrisos, confiança, força, boas energias, agradáveis palavras e ensinamentos. E mesmo correndo o risco de omissão, expressei meu carinho e gratidão por meio do simples gesto de nomeá-las:

A Deus pela dádiva da vida, por todos os caminhos trilhados, pelas oportunidades concedidas e por me presentear com pessoas que me transmitiram seu amor e força.

À minha família por me acompanhar em todos os passos de minha vida, acreditando em meu crescimento profissional e por ser meu maior refúgio de amor, tranquilidade e confiança. Aos meus pais, Cleonice e Zacarias, pelas preocupações e apoio constante. Aos meus irmãos, Paulo e Acácia, por me fortalecerem numa relação de confiança e carinho. Aos meus lindos sobrinhos, Vinicius e Caio, por terem o dom de me fazer esquecer qualquer problema ao me abraçar, ao sorrir ou simplesmente ao falar: “Titia”.

À minha amada amiga, Marie, por todo o companheirismo, incentivo e pelas contribuições nas correções ortográficas.

Aos meus amigos e a todos que integram o círculo do meu bem-querer por me proporcionarem momentos de descontração e por acreditarem em meu profissionalismo e capacidade. Em especial a Clécio, Alex, Karleise, Fábio, Joéllica, Maraíza, Criz, Adriana e Tuanny por estarem sempre perto me estimulando a não desistir de objetivos e ideais.

Às minhas primas: Cláudia, Hellen, Nair e Nazaré pela confortável acolhida em seus lares quando necessitei de um abrigo familiar.

A Anselmo Lopes por dividir comigo vários momentos de aflição, angústia e ansiedade. Mas, sempre me transmitindo tranquilidade e carinho.

À direção da Escola Cosme Ferreira Marques por viabilizar meu afastamento do trabalho e pela compreensão de minhas ausências em período letivo.

Aos meus colegas de trabalho da Escola Cosme Ferreira Marques pelo apoio e colaboração.

Aos companheiros da turma de mestrado pela riqueza de debates e discussões, pelas inúmeras conversas com palavras de incentivo e motivação. Em especial a Flávia, Glauciene, Rose, Nielson, Diego, Eduardo, Zinho, Emmy, Pâmela e Gibson pelos divertidos momentos de fuga das atividades acadêmica.

Às pessoas e instituições que contribuíram para a realização desta pesquisa por disponibilizarem dados e informações. Em especial aos membros administrativos, discentes, docentes e à Direção de Centro do CES/UFCG.

A todos os meus mestres, desde o ensino básico até a pós-graduação, pela partilha de conhecimentos e experiências. Em especial aos docentes do Programa de Graduação em Geografia da UEPB e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB pelas colaborações na construção de meu projeto de mestrado.

Aos professores das bancas examinadoras - Cláudio Castilho, Eliana Calado, Lincoln Diniz e Doralice Maia - pelas importantes contribuições na elaboração desta pesquisa.

Ao meu orientador, Josias de Castro, pela compreensão, colaboração, amizade e ensinamentos.

A todos muito obrigada!

Pequenas cidades: o sertão era aqui

*Outra vez te revejo,
Cidade da minha infância pavorosamente perdida...
Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui...
Eu? Mas sou eu o mesmo que aqui vivi, e aqui voltei,
E aqui tornei a voltar, e a voltar.
E aqui de novo tornei a voltar?
Ou somos todos os Eu que estive aqui ou estiveram,
Uma série de contas-entes ligadas por um fio-memória,
Uma série de sonhos de mim de alguém de fora de mim?
[...]
Outra vez te revejo,
Mas, aí, a mim não me revejo!
Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,
E em cada fragmento fatídico vejo só um bocado de mim – Um bocado de ti e
de mim!...*

Fernando Pessoa

RESUMO

Esta pesquisa trata da complexidade dos fenômenos intraurbanos da pequena cidade brasileira. O objetivo principal deste estudo foi analisar as dinâmicas socioespaciais ocorridas em Cuité devido à presença do Centro de Educação e Saúde-CES da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. O CES foi instalado em Cuité no segundo semestre do ano de 2006 e desencadeou processos transformadores no seu arranjo socioespacial, que nos incitaram a analisá-los e compreendê-los. Para tanto, procedemos com a revisão bibliográfica de textos alusivos à Geografia Urbana brasileira, que nos embasaram na construção de análises que buscam compreender as diferenciações e especificidades da pequena cidade brasileira. Somam-se a este procedimento a análise de documentos relativos ao processo de instalação do CES, a realização de entrevistas com os principais sujeitos envolvidos neste processo, a aplicação de questionários com alunos e servidores desta instituição e a coleta de dados junto a empresas imobiliárias e instituições administrativas municipais. As descobertas provenientes desta pesquisa nos permitem afirmar que a presença do CES vem atraindo investimentos e pessoas para Cuité, aumentando a produção e a comercialização imobiliária e expandindo sua área urbana.

Palavras chaves: Cidade pequena. Ensino superior. Formação socioespacial. Dinâmicas intraurbanas.

ABSTRACT

This research addresses the complexity of the phenomena intra-urban the small brazilian city. The aim of this study was to analyze the social and spatial dynamics occurring in Cuité due to the presence of Centro de Educação e Saúde-CES Federal of Campina Grande-UFCG. The CES was installed in Cuité in the second half of the year of 2006 and triggered transformers processes in its socio and spatial arrangement, which prompted us to analyze them and understand them. To do so, proceed with the review of literature depicting the Brazilian Urban Geography, that based on building analyzes that seek to understand the differences and specificities of small Brazilian town texts. Added to this, the analysis of documents relating to the CES installation process, conducting interviews with key individuals involved in this process, the questionnaires to students and this institution servers and collecting data from the real estate companies and municipal administrative institutions. The findings from this research allow us to affirm that the presence of this CES comes attracting investment and people to Cuité, increasing production and real estate marketing and expanding its urban area.

Keywords: Small city. Higher education. Socio and spatial formation. Intra-urban dynamics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCAA	Centro Cultural Anglo-americana
CES	Centro de Educação e Saúde
CETES	Centro Técnico em Saúde
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FUI	Festival de Inverno Universitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEA	Instituto Delta de Ensino e Aprendizagem
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituto de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
GEA	Grupo Estratégico de Análise
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OPIP	Organização de Professores Indígenas Potiguaras
PB	Paraíba
PLANEXP	Plano de Expansão Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PRODER	Programa de Emprego e Renda
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RN	Rio Grande do Norte
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SPE	Secretaria de Projetos Estratégicos
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMPO	Universidade Camponesa

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Posto de Combustível Texaco. Cuité, 1970	50
Figura 02 - Feira Livre no Calçadão Orlando Venâncio. Cuité, 1950	51
Figura 03 - Placa de Concluintes da Escola Regional Normal de Cuité, 1960	52
Figura 04 - Cine Atlas. Cuité, 1950	53
Figura 05 - Senhoras Fantasiadas no Carnaval do Cuité Clube, 1970	54
Figura 06 - Desfile de Miss no Cuité Clube, 1970.....	54
Figura 07 - Festa da Padroeira Nossa Senhora das Mercês. Cuité, 1956.....	55
Figura 08 - Diagonais da Exclusão Universitária no Território Paraibano, 2000	75
Figura 09 - Seminário de apresentação do Planexp. Cuité, 2005.....	79
Figura 10 - Cuité, maio de 2005. Protesto de reivindicação do <i>campus</i> da UFCG.....	87
Figura 11 - Cuité, maio de 2005. Participação de grupos civis em protesto de reivindicação do <i>campus</i> da UFCG	88
Figura 12 - Destaque na imprensa estadual de manifestação popular reivindicando a criação do <i>campus</i> universitário em Cuité-PB.....	89
Figura 13 - Cuité, 2010. Vista panorâmica do Centro de Educação e Saúde-CES... ..	96
Figura 14 - Placa da entrada sul da zona urbana municipal de Cuité.....	101
Figura 15 - Construção do prédio da Escola Técnica Estadual de Cuité, 2014.....	103
Figura 16 - Atividades realizadas pelo CES/UFCG	107
Figura 17 - Destaque na mídia regional: ameaça às estudantes universitárias. Notícia divulgada em 16 de junho de 2014.....	108
Figura 18 - Casa de Shows <i>Cuité Hall</i> , 2011	115
Figura 19 - <i>Folders</i> de divulgação de eventos e locação das piscinas de aluguel.....	115
Figura 20 - Cuité, 2014. Disposição dos loteamentos habitacionais da área urbana.....	119
Figura 21 - Cuité, 2014. Área do Condomínio Fechado <i>Cuité Ville</i>	121
Figura 22 - Cuité, 2014. Bairro Planalto das Nações. Área ocupada por habitações.....	122
Figura 23 - Cuité, 2014. Bairro Planalto das Nações. Área de lotes e disponíveis a Venda	122
Figura 24 - <i>Outdoor</i> de propaganda de vendas imobiliárias da CKF-Construção LTDA.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Número de vagas das universidades federais para cada 10 mil habitantes das unidades federativas. Brasil, 2010.....	73
Gráfico 02 - Local de residência dos docentes, servidores técnicos e discentes antes de vincularem-se ao CES/UFCG.....	104
Gráfico 03 - Tempo de permanência, em Cuité, dos membros acadêmicos que não residiam neste município antes de vincularem-se ao CES/UFCG	105
Gráfico 04 - Frequência de consumo da comunidade do CES/UFCG: produtos não duráveis e duráveis	110
Gráfico 05 - Frequência de consumo da comunidade do CES/UFCG: serviços diversos.....	111
Gráfico 06 – Frequência de consumo da comunidade do CES/UFCG: serviços de lanchonetes e restaurantes	112
Gráfico 07 - Participação da comunidade do CES/UFCG em atividades culturais.....	113
Gráfico 08 - Formas que os membros do CES ocupam residências em Cuité	117

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização geográfica de Cuité no Estado da Paraíba.....	16
Mapa 02 - Distribuição dos <i>Campus</i> Federais de Ensino Superior no Território Político da Paraíba	76
Mapa 03 - Sedes municipais administrativas que requereram posse do <i>campus</i> da UFCG para Cuité.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Cuité, 1990 a 2012. Dimensão de Área Destinada à Colheita de Sisal.	60
Quadro 02 - Cuité, 1990 a 2012. Quantidade de Produção de Lavouras Permanentes.....	61
Quadro 03 - Cuité 1981 a 2005. Número de Empresas e Outras Unidades Econômicas por Ano de Fundação.....	63
Quadro 04 - Evolução Anual do Número Total de Pessoas Ocupadas Assalariadas, 1996-2004.....	65
Quadro 05 - Evolução Populacional de Cuité, PB. 1970-2010.....	65
Quadro 06 - Brasil, 2003-2012. Número de matrículas em cursos presenciais e a distância	70
Quadro 07 - Indicadores socioeconômicos do município de Cuité e de Picuí, apresentados no relatório da SPE/UFCEG	93
Quadro 08 - Cuité. Instituições educacionais inauguradas após o ano de 2006 segundo modalidade de ensino e ano de instalação....	102
Quadro 09 - Valores médios de bolsas e salários repassados aos alunos e profissionais do CES/UFCEG, 2013	109
Quadro 10 - Cuité, 2014. Loteamentos urbanos segundo área e ano de registro	118

SUMÁRIO

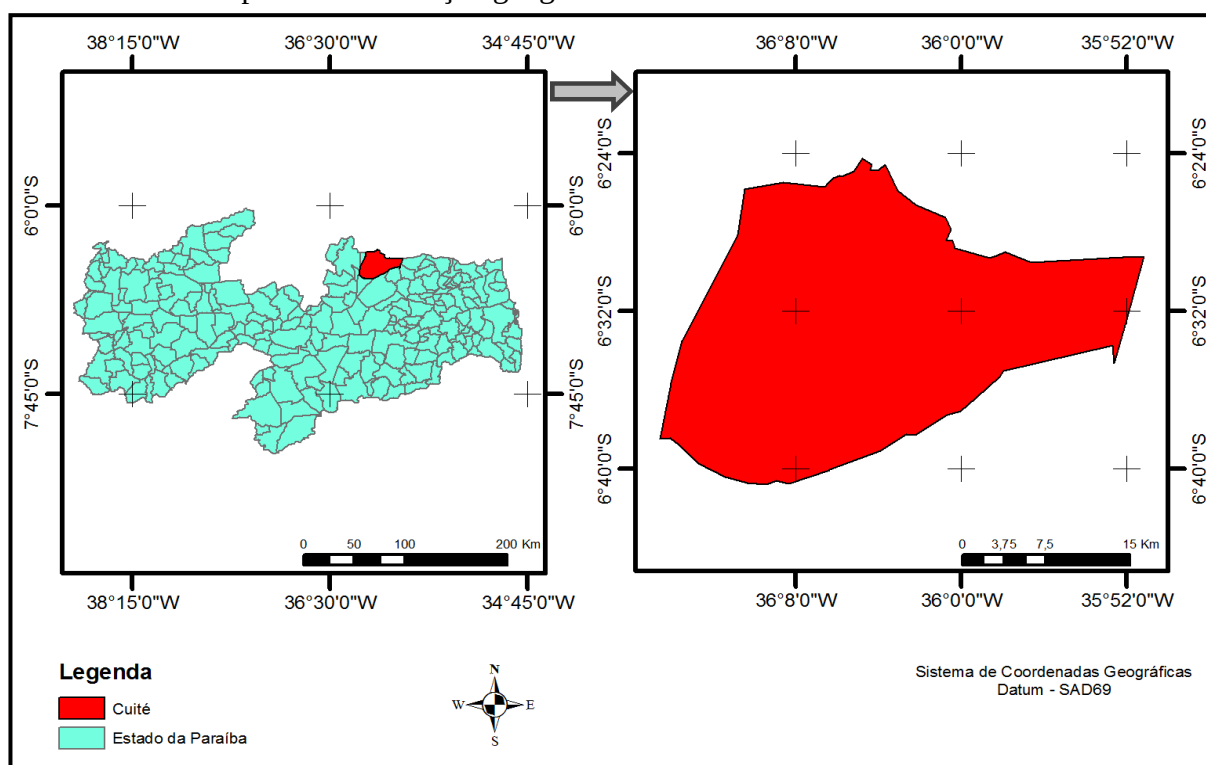
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	20
1.1 Caminhos epistemológico e metodológico	20
1.2 Análises teóricas: a pequena cidade	26
1.2.1 <i>O urbano e a pequena cidade</i>	<i>26</i>
1.2.2 <i>A pequena cidade e a questão do lugar</i>	<i>36</i>
1.2.3 <i>As revelações da paisagem</i>	<i>41</i>
CAPÍTULO 2: ESPAÇO URBANO DE CUITÉ: gêneses e processos históricos	43
2.1 Formação Histórica: gênese socioespacial	44
2.2 Décadas áureas do sisal	47
2.3 Cuité em declínio econômico: transição e readaptação	60
CAPÍTULO 3: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CES EM CUITÉ: força de atuação dos sujeitos sociais	68
3.1 Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior	71
3.2 Processo de implantação do Centro de Educação e Saúde-CES	74
CAPÍTULO 4: CES: um novo objeto, uma nova dinâmica	98
4.1 CES: a força dos objetos geográficos	99
4.1.1 <i>Outros serviços educacionais</i>	<i>101</i>
4.1.2 <i>Nova camada populacional e as relações sociais</i>	<i>104</i>
4.1.3 <i>CES: uma nova demanda de bens e serviços?</i>	<i>109</i>
4.2 Expansão da malha urbana cuiteense e valorização do solo urbano	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE	137

INTRODUÇÃO

O impulso principal para a realização deste trabalho constituiu no interesse de entendimento da realidade urbana da pequena cidade, compreendida enquanto lugar de especificidades e unicidades – concretas e abstratas – construídas historicamente por meio de sua conexão com a rede.

Por enquadrar-se neste contexto, o espaço intraurbano de Cuité foi eleito como objeto central desta pesquisa. O referido município está situado na Mesorregião do Agreste e na Microrregião do Curimataú¹ Ocidental do estado da Paraíba/Brasil, ocupa uma área territorial de 741,84 km² e localiza-se entre as coordenadas 6°29'06" de Latitude Sul e 36°09'24" de Longitude Oeste. Como apresenta a Figura 01, abaixo:

Mapa 01- Localização geográfica de Cuité no Estado da Paraíba.



Fonte: Banco de dados IBGE.

Autor: Lywiston Galdino da Silva (2013).

¹ Segundo Rodriguez (2002) o território do estado da Paraíba é dividido em quatro Mesorregiões Geográficas: Mata, Borborema, Sertão e Agreste. Esta última é subdividida em oito microrregiões. Entre estas, encontra-se o Curimataú formado, em sua porção ocidental pelos municípios de Nova Floresta, Cuité, Sossego, Barra de Santa Rosa, Damião, Arara, Remígio, Algodão de Jandaíra, Olivedos, Pocinhos e Soledade; e em sua porção oriental pelos municípios de Solânea, Casserengue, Cacimba de Dentro, Araruna, Campo de Santana, Riachão e Dona Inês.

A área urbana de Cuité tem sido marcada pela intensificação de forças econômicas, culturais e políticas. Sendo internas ou externas a este local, estas forças passaram a atuar com maior intensidade a partir do ano de 2005, quando este município foi cogitado entre os demais do Curimataú paraibano para sediar o Campus de Educação e Saúde-CES da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Perante a complexidade deste contexto, surgiu a necessidade de refletir sobre este importante período histórico. Assim, por meio de propósitos investigadores, surgiram indagações que fomentaram os primeiros passos desta pesquisa: Houve forças influentes e aspectos particulares a Cuité que foram relevantes para que ele se tornasse sede do CES? Quem seriam os impulsionadores destas forças e como atuaram? A presença do CES causou ou está causando impactos no espaço intraurbano cuiteense? Que tipo de impactos e características socioespaciais seriam reflexos da presença deste objeto geográfico?

Partimos da premissa de que a presença do CES desencadeou e/ou intensificou fenômenos que se refletem na organização social e espacial urbana cuiteense, que materializam-se nas formas urbanas e que inovam a paisagem – alterada de acordo com as técnicas e o capital que a cidade dispõe no momento. Assim, modificam a configuração do espaço urbano de Cuité, que se expande ao adquirir novas formas, funções e paisagens.

Este estudo teve como objetivo principal analisar as dinâmicas socioespaciais do/no espaço urbano de Cuité-PB, sucessoras à implantação do *campus* da UFCG. E como objetivos específicos os seguintes: a) analisar a influência dos processos históricos, de caráter socioeconômico, na construção da área urbana de Cuité; b) descrever a atuação dos sujeitos locais que participaram do processo político de implantação do CES; c) identificar os aspectos particulares ao município de Cuité que foram relevantes para que ele se tornasse sede do CES; d) analisar os processos de valorização imobiliária e expansão da área urbana cuiteense após a instalação do *campus* da UFCG.

Ao traçar tais objetivos, nos propomos a desvendar as transformações, os surgimentos e as permanências das características do espaço intraurbano cuiteense. Para tanto, foi construída uma análise dos aspectos sociais, espaciais e econômicos desde o início do século XX até os cinco primeiros anos do século XXI (período que antecede a instalação do CES); do processo político de implantação do *campus*; e dos últimos sete anos que sucederam a existência deste objeto.

Justificamos o interesse por esta temática diante a necessidade de discorrer sobre fenômenos particulares à pequena cidade. Na realidade, este anseio só revela que é

indispensável refletir conceitualmente e cientificamente sobre as particularidades inerentes à pequena cidade. Em outras palavras, a inclinação ao tema desta pesquisa buscou apresentar uma reflexão a cerca da pequena cidade como objeto indispensável aos estudos geográficos brasileiros que caminham direcionados à compreensão da complexidade e das especificidades socioespaciais intraurbanas – conectadas ao movimento interestelar na região e na rede.

Acreditamos que, a partir desta contenda podem ser abertos caminhos para construir uma modesta, mas, significativa parcela do entendimento da pluralidade espacial da pequena cidade brasileira. Desse modo, compreender a constituição de suas formas e funções, sujeitos e ações que interagem nos mais distintos níveis de intensidade, criando pontos de ruptura e de continuidade.

Este trabalho tem como estrutura a divisão em quatro capítulos. O capítulo inicial expõe, de maneira sucinta, os aspectos metodológicos adotados para a realização da pesquisa e a construção teórica que consideramos fundamental como base para as análises realizadas na dissertação.

O segundo capítulo apresenta uma releitura de algumas características socioeconômicas e espaciais de Cuité, construídas em seu processo histórico desde as primeiras ações de ocupação que se tem registro até 2005. Compreendemos como essencial a análise temporal e espacial destas características para estruturar um pano de fundo que sirva de comprovação das inovações ocorridas em Cuité. Desse modo, torna-se possível verificar as permanências, as transformações, as continuidades e as rupturas dos atributos socioespaciais intraurbanos de Cuité presentes nos períodos antecessor e posterior à implantação do CES. Este confronto será revelado gradualmente ao decorrer dos demais capítulos da pesquisa.

O terceiro capítulo discute a atuação das forças políticas (oficiais e extraoficiais) e os critérios (sociais, políticos, geográficos e/ou econômicos) envolvidos no procedimento de seleção que concedeu ao município de Cuité a posse do CES. Tendo a pretensão de compreender como incidiu este processo de seletividade espacial e conhecer os sujeitos e ações que foram significativos neste momento.

O quarto e último capítulo aborda como os fenômenos decorrentes da implantação do *campus* universitário refletem-se no arranjo social e espacial intraurbano de Cuité. Assim, analisa como a presença do CES vem atribuindo valor a este município, atraindo novos investimentos e pessoas, aumentando a demanda por habitação, aquecendo o mercado imobiliário local, levando à expansão da área urbana da cidade e intensificando a produção e valorização dos imóveis urbanos. O desvendar deste processo parte, principalmente, da

interpretação da paisagem – categoria capaz de demonstrar a identidade inerente às formas espaciais, bem como as funções e símbolos que lhes são atribuídas pelo movimento da vida, pela dinâmica da cidade enquanto lugar de identidade, de (re)construção e transformação de hábitos, ideias e valores tradicionais.

CAPÍTULO 1 – ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A fim de especificar os caminhos escolhidos como base às reflexões sobre o objeto de pesquisa em questão e à obtenção de dados e informações, este capítulo foi dividido em duas etapas estruturais. Primeiramente, apresenta os pressupostos epistemológicos e técnicos adotados para a realização da pesquisa. Posteriormente, discute sobre o arcabouço teórico da Geografia Urbana brasileira que guia ao entendimento dos fenômenos inerentes à pequena cidade.

As interpretações teóricas realizadas guiaram ao entendimento da realidade da pequena cidade como resultante de interações e processos que se dão em níveis distintos – no interno e externo ao local – e a enxergar esta porção do espaço como produto específico das relações sociais, culturais, políticas e econômicas cotidianas. Este caminho reflexivo aproxima-se da questão do lugar e da necessidade de aprofundar nosso olhar investigativo em direção às particularidades históricas do local, porém, sem desprezar as determinações da totalidade. Assim, tornou-se necessária a reflexão de como o movimento das forças externas podem atuar sobre a pequena cidade e como as internas se adequam e/ou reagem, numa articulação e relação que leva a constituição da pequena cidade enquanto espaço de particularidades e singularidades.

Deste modo, este primeiro capítulo, apresenta a visão científica que se reflete na interpretação do objeto de pesquisa e os procedimentos de investigação realizados para alcançar os objetivos propostos.

1.1 Caminhos epistemológico e metodológico

Para a realização desta pesquisa nos preocupamos em analisar os fenômenos intraurbanos frente ao processo histórico que os constituiu. Destarte, traçamos um percurso teórico-metodológico propondo contemplar a evolução histórica social do espaço intraurbano de Cuité e a unicidade de seus elementos resultantes das relações cotidianas.

Ao discutir a questão do método na Geografia, Camargo (2004) afirma que as Ciências Humanas ainda estão se firmando como independentes das Ciências Naturais, e que este fato está ligado à necessidade de adoção de correntes teórico-filosóficas que conduzam o pesquisador social a interpretar e a compreender as relações e os fenômenos humanos mais profundamente.

O caminhar mais autônomo das ciências humanas tem possibilitado a ascensão crítico reflexiva dos fenômenos sociais, questão essencial diante a complexidade da sociedade contemporânea. Tal autonomia não é sinônimo de desmembramento entre estas áreas do conhecimento, muito menos a constatação de que seus saberes e procedimentos são peças de um quebra-cabeça que se encaixam unicamente em cada área científica. Segundo Löwy (1994) não há como estabelecer uma separação total na construção do conhecimento por áreas humanas ou naturais. Sobre esta questão afirma que:

Evidentemente, esta distinção não deve ser concebida de forma absoluta; não existe uma divisão estanque entre as ciências humanas e as ciências da natureza: mesmo se os seus domínios respectivos estão claramente delimitados, há necessariamente entre as duas uma *no man's land*, um espaço cognitivo intermediário, uma zona de transição onde as esferas se tocam, se interpretam, se cobrem e se recortam parcialmente (LÖWY, 1994, p.199).

A própria Geografia tem se construído sobre um alicerce de íntima relação entre o social e o natural. Assim, a complexidade de seu objeto de estudo interfere diretamente nos caminhos metodológicos a serem seguidos na execução de suas pesquisas. Talvez seja este um dos motivos pelo qual esta ciência tem um currículo de construção epistemológica marcado pela diversidade teórica, filosófica e ideológica.

Mesmo considerada uma ciência jovem – em relação a outras como a filosofia, matemática e física – a Geografia já adotou várias correntes epistemológicas em pouco mais de um século. Todas elas marcaram a Geografia por contribuírem para o aperfeiçoamento da interpretação socioespacial.

O Materialismo Histórico Dialético é uma das correntes que tem incentivado a construção de um pensamento geográfico crítico e reflexivo. Segundo Moreira (2004, p.21) o encontro da geografia com a abordagem materialista histórico-dialética se deu em dois momentos distintos do século XX: o primeiro na década de 1950 e o segundo de 1970. “O primeiro momento centrou-se essencialmente no terreno da teoria do conhecimento. O segundo incursiona para mais além, ensaiando entrar no terreno da ontologia”. Em ambos, estimulou a modelagem de teorias geográficas a respeito do social e a ampliação de horizontes de olhares, tanto na geografia quanto no marxismo, “numa interação que de resto há tempos é corrente nos demais campos acadêmicos”.

Mesmo com as limitações e debilidades² pontuais deste método, assim como todos os outros as tem, o adotamos como base ideológica de reflexão sobre as circunstanciais transformações que nosso objeto de estudo vivenciou em seu processo histórico de formação da área urbana.

Nossa escolha pelo método de análise do Materialismo Histórico Dialético para a realização de nossa pesquisa justifica-se por sua possibilidade de construção do conhecimento ao percorrer pelo difícil caminho de relacionar o teórico ao real (ao concreto, ao vivido no cotidiano social, perceptível empiricamente), sem negar o caráter político dos fenômenos sociais. De acordo com Vlach (1988) ao cumprir os desafios postos por este método é possível:

mais do que garantir a possibilidade de interpretações mais amplas da História, do real, o fundante político destrói o imediatismo das ações, porque desmonta, por dentro, a lógica da identidade que as sustenta (a repetição do mesmo), a partir de um pensar uma teoria – realizado na/e pela práxis humana (VLACH, 1988, p.76).

A complexidade da análise proposta por Marx para o encontro da *práxis* é desafiadora. Cientes das limitações e das dificuldades de aprofundamento teórico e metodológico inerente ao marxismo, nossas pretensões foram de nos aproximar da reflexão abalizada pelos elementos constituintes da análise desta corrente filosófica.

Segundo Löwy (2006) a categoria metodológica da totalidade permite a percepção da realidade como resultado da totalidade concreta e ausente de simplificações. O conhecimento da realidade social só é possível se enxergada à reciprocidade de constituição entre o todo e as partes. Em outras palavras, o todo é composto por partes e o conhecimento concreto de ambos se realiza e aparece em seu grau conectivo máximo.

Esta relação entre o todo e suas partes é mediada por diferentes níveis de forças e interesses internos e externos ao local. A mediação diz respeito à harmonização de conflitos entre estes interesses e forças opostas que atuam de modo contraditório. Assim, criando uma realidade também contraditória. Todas estas relações se mostram claramente no cotidiano social – que não se dá por acaso, mas em um processo histórico – pelo modo como se estabelecem as relações políticas, econômicas e culturais. Partindo desta afirmativa, cada local revela as especificidades criadas historicamente pelo processo de trabalho.

² Segundo Thrift (1996) as grandes lacunas da obra marxista são sua insensibilidade às diferenças geográficas ao tornar o espaço totalizante, e por não considerar que o capital utiliza estas diferenciações como fonte de lucro e da limitada ou ausente percepção da expansão das trocas simbólicas.

O caráter materialista, histórico e dialético deste método possibilitou a análise das características socioespaciais pretéritas e atuais da área urbana cuiteense, como também do processo político de implantação do CES. Assim, nos guiou à compreensão de que a realidade atual, materializada no espaço urbano, pode ser entendida como resultante dos processos de reprodução das forças sociais, políticas, culturais e capitalistas. Sendo o reflexo da relação entre as dimensões que compõem a totalidade, ou seja, num contexto da totalidade social e não como uma porção espacial isolada.

Com relação à prática investigativa, realizamos um estudo de caso de natureza analítica e qualitativa. Buscamos instrumentalizar nossa reflexão teórica em importantes autores da Geografia brasileira que se dedicam ou dedicaram-se ao estudo da cidade, do urbano e da rede urbana. Tais como: Roberto Lobato Corrêa, Milton Santos, Maria Encarnação Sposito, Ângela Maria Endlich e Ana Fani Carlos. As argumentações e análises também foram subsidiadas em documentos, teses, artigos científicos, dissertações, monografias, entre outros textos essenciais para a captação de informações e formulação de uma visão crítica do objeto de estudo em evidência.

O processo de obtenção de dados e de informações foi viabilizado pela utilização do recurso de entrevistas e questionários. As entrevistas semiestruturadas (*vide* Apêndice-B) foram realizadas com representantes dos grupos envolvidos, em nível estadual, no processo político de seleção e de implantação do CES. Selecionamos os entrevistados de modo a abranger representantes ligados à UFCG, aos municípios interessados em sediar o *campus* e à sociedade civil, governamental e religiosa. Deste modo, realizamos as entrevistas com:

- Thompson Fernandes Mariz – reitor da UFCG no período em estudo;
- Márcio de Matos Caniello – professor da UFCG e secretário de Planejamentos Estratégicos da UFCG no ano de 2005;
- Rubens Germano Costa (Buba) – gestor municipal de Picuí;
- Márcio Furtado Fialho – representante da comunidade civil cuiteense e participante de uma comissão formada por pessoas do município de Cuité para reivindicar a posse do *campus*;
- Pe. Silvestre Silva – representante da comunidade religiosa e componente da comissão cuiteense;
- Ramilton Marinho – professor da UFCG e membro oficial da equipe da Secretaria de Planejamentos Estratégicos.

A aplicação de entrevista semiestruturada permite maior liberdade ao entrevistado em revelar informações e expressar sua visão sobre o tema em questão. Assim, intencionamos desvendar ricas questões para nosso debate e compreender como as ações dos sujeitos supramencionados influenciaram no processo de seletividade da sede do CES. Para alcançar tal propósito, nos dedicamos a confrontar os conteúdos postos em seus discursos com as informações de documentos, relatórios, planos de ação e mídias relacionados à execução do *Plano de Expansão Institucional-Planexp* pela Secretaria de Projetos estratégicos da UFCG. Estes arquivos foram cedidos pela Chefia de Gabinete da UFCG, pelo Sr. Márcio de Matos Caniello (pertencentes ao seu arquivo pessoal) e/ou publicadas no site oficial da referida instituição pela assessoria de imprensa.

Cremos ser necessário esclarecer que enxergamos as fontes documentais e orais, nas quais pautamos nossos relatos e reflexões, como caminhos que se abrem para as mais diversas “verdades”. Neste sentido, possibilitam uma enorme riqueza reflexiva que não foi possível, no momento, explorá-las com maior profundidade. Porém, buscamos extrair as divergências e as similaridades que nos encaminhassem ao nosso objetivo.

Além dessas informações referentes à implantação do CES em Cuité, adquirimos dados e informações relacionadas à origem e participação dos docentes, discentes e servidores técnicos efetivos desta instituição no cotidiano urbano de Cuité. Para tanto, foi elaborado e aplicado um questionário (*vide* Apêndice-C) a esta população, que no primeiro semestre deste ano totalizou 2.059 pessoas.

Cabe delinear a metodologia estatística envolvida nesse processo. A aplicação dos questionários foi realizada de acordo com o *Método de Amostragem Probabilística do tipo Aleatória e Simples*. Este método possibilita que cada indivíduo da população tenha chance igual aos demais de participar do estudo, sendo essa participação de forma aleatória. Procuramos garantir a participação de uma quantidade representativa da população e que as informações obtidas apresentassem a sua realidade de modo mais fiel possível. Assim, para que tivéssemos uma amostra que alcançasse este objetivo, nos embasamos na literatura estatística – indica que a margem de erro (ou erro amostral) deve ser de até 5% – e consideramos, *a priori*, o erro amostral de 4%. Feita essa escolha, calculamos o tamanho da amostra de que necessitaríamos, ou seja, quantos questionários se faziam necessários aplicar.

Segundo essa teoria, para populações finitas se N é o tamanho da população estudada, n_0 é o primeiro valor aproximado do tamanho da amostra, ε é o erro amostral tolerável (margem de erro) e n o tamanho mínimo da amostra que se deseja, então:

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}, \text{ onde } n_0 = \frac{1}{\varepsilon^2}.$$

Considerando a população finita de 2.059 e um erro amostral de 4%, os cálculos indicaram que necessitaríamos que pelo menos 480 questionários fossem respondidos por essa população. Entretanto, conseguimos que 530 fossem aplicados, assim, através de um novo cálculo obtemos um erro amostral de 3,7% – o que nos levou a alcançar um maior nível de confiabilidade amostral e maior proximidade da realidade vivenciada para a população como um todo. Por se tratar de um método importante, embutido em nosso estudo, apresentamos no Apêndice A (*vide* p.137) algumas questões teóricas, ferramentas técnicas utilizadas e os cálculos acima mencionados.

A aplicação dos questionários foi realizada no período de 12/05/2014 a 30/05/2014, em parceria com a Direção de Centro CES – os questionários também destinaram-se a aquisição de informações úteis ao trabalho deste órgão executivo. A Assessoria de Imprensa e a Gerência de Tecnologia da Informação do CES colaboraram com a divulgação da realização da pesquisa e aplicação dos questionários.

Complementamos a coleta de informações relativas ao quadro de funcionários e alunos, infraestrutura e sistema acadêmico do CES com a Direção de Centro. Também adquirimos dados com empresários imobiliários de Cuité e com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, tendo a pretensão de verificar a intensificação nos investimentos em produtos e serviços habitacionais destinados a atender, principalmente, a demanda formada pela camada populacional atraída por este *campus* e a consequente expansão da área urbana. Identificamos apenas duas empresas deste setor, atuando no mercado local, que estavam devidamente credenciadas no CREA/PB - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba.

A busca pela compreensão da realidade e das especificidades criadas com a implantação do CES/UFCG em Cuité foi mediada pela observação *in loco*. O contato direto com este processo, que se passa em Cuité, foi essencial para a formulação de questionamentos, de hipóteses e da problematização da pesquisa. Em vista disso, consideramos que por meio deste tratamento metodológico se revelaram as especificidades da área urbana cuiteense e o movimento do cotidiano.

A representação das características espaciais foi feita por meio de registros fotográficos, mapas e croquis. Este procedimento contribuiu para realizar a leitura e a

interpretação das formas espaciais, por permitir apreender uma porção da paisagem que revela características singulares da cidade em diversas temporalidades.

Julgamos pertinente relatar as dificuldades de aquisição de dados e informações, principalmente, por parte dos órgãos públicos e administrativos locais. Mesmo quando os responsáveis por estas instituições dispuseram-se a colaborar, por diversas ocasiões, os arquivos e registros não possuíam atualização e/ou exatidão dos dados como necessita-se para uma análise confiável. Também não foi possível o acesso a nenhum registro ou documento comprovando as ações realizadas pelos representantes de Picuí na reivindicação de posse do CES. Fato que limitou nossas reflexões, mas, não prejudicou a realização de nossos objetivos.

Outra questão a ser considerada foi a dificuldade de construção da análise histórica de Cuité, devido à inexistência de pesquisas acadêmicas mais densas que retratem suas características socioeconômicas. Assim, recorreremos aos poucos livros, monografias e artigos científicos que relatam a história da cidade, aos arquivos de fotografias e aos dados de instituições como o IBGE e SEBRAE.

1.2 Análises teóricas: a pequena cidade

1.2.1 O urbano e a pequena cidade

Diante o trabalho de investigação das pequenas cidades brasileiras é primordial considerar que estes centros não são pontos isolados e desconectados no espaço urbano, pois estão inseridos na constituição e evolução do urbano no Brasil. Podemos tê-las como porção da totalidade que revelam uma gama de ações e sujeitos que se relacionam com outros lugares. Diante disso, torna-se necessário compreender como se alicerçam tais cidades em níveis distintos de complexidade e interação na rede. De acordo com Endlich (2009) o olhar direcionado às pequenas cidades deve contemplar sua interação com o restante da rede urbana, deve-se procurar

compreender as dinâmicas dessas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles. Dessa maneira, é preciso observar o que ocorre em diversos núcleos, ou seja, no conjunto da rede urbana brasileira (ENDLICH, 2009, p.27).

Ao organizar-se a partir da dialética atuação capitalista, a rede urbana³ brasileira germina um complexo conjunto de centros conectados por suas relações articuladas, combinadas, contraditórias e conflituosas. Por constituir-se de espaços com intensas disparidades, incita inúmeras possibilidades de investigação e produção do conhecimento científico sobre o interurbano e intraurbano da cidade.

Os estudos que tratam sobre a rede urbana brasileira tem contribuído significativamente para a construção do arcabouço teórico da Geografia. Contudo, apesar desta temática estar sendo esmiuçada a mais de um século, seria equivocado defender que já se construiu formulações teóricas suficientes para análise e compreensão total do espaço urbano.

A Geografia Urbana brasileira ainda tem muito a investigar. Este fato pode ser parcialmente justificado perante a vastidão territorial e a formação de cidades com idades, tamanhos e contextos diferenciados. “A temática da rede urbana está longe de ser esgotada. Especialmente quando se considera um país de dimensões continentais como o Brasil, onde a longa e desigual espaço-temporalidade dos processos sociais tem sido regra” (CORRÊA, 1994, p.05).

A complexidade da rede urbana é cada vez mais intensificada na medida em que as relações sociais também assim se fazem. O fato é que o caráter díspar e dinâmico da realidade urbana exige aprofundamento nos planos teórico e empírico que proporcione maior compreensão do caráter dialético da rede urbana brasileira.

Segundo Santos (2009, p.58) é necessário superar toda e qualquer simplificação ao tratar sobre a questão de rede, pois “a rede urbana é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada; cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da via econômica e social”.

No desígnio de alcançar a produção de pesquisas que desvendem as particularidades e especificidades das cidades na rede urbana, o geógrafo corre o risco de percorrer por caminhos duvidosos. Como exemplos: explicar o local pelo local como algo satisfatório para o entendimento urbano, ou enxergar que a relação de dependência das pequenas cidades com os centros maiores é o que esclarece totalmente suas características sociais, culturais e econômicas. Em outras palavras, como se as partes não se correlacionassem com o todo e

³ Adotamos como interpretação para rede urbana a definição de Corrêa que a enxerga como “o conjunto articulado de centros urbanos, constitui-se em um reflexo social [...], uma matriz da qual deverá se verificar a reprodução das condições de existência, envolvendo a produção, a circulação e o consumo, assim como diversos aspectos das relações sociais” (CORRÊA, 2001, p.361 *apud* ALMEIDA & FRESCA, 2010, p. 03).

fosse verídica a constatação hierárquica de que a cidade pode ser definida apenas como produto das decisões e ações das escalas superiores – regional, nacional e global.

Para Sposito (2012) não é coerente abordar, do ponto de vista teórico e ideológico, a rede urbana apenas cultivando uma leitura hierárquica. É necessário considerar que os fluxos que lhe constroem não são apenas de natureza vertical e enxergar que as diferenças entre as cidades vão além das desigualdades. Para esta autora a desigualdade socioespacial é condição e expressão da ampliação do espaço de domínio do modo de reprodução capitalista, que impõe padrões da escala internacional à escala intraurbana. Enquanto as diferenças estariam calcadas no historicamente construído pela particularidade das práticas, valores, formas de viver e construir o espaço. Ambas estabelecem um movimento dialético, em que as diferenças se transmutam em desigualdades e/ou as desigualdades viram diferenças. Segundo a referida autora para a identificação destas diferenças é preciso

ter a sensibilidade para ler a combinação complexa de fluxos e modos de organização e constituição de redes (econômicas, sociais, políticas, culturais, urbanas) que não se estruturam apenas hierarquicamente, mas resultam de múltiplos fluxos, estabelecidos horizontalmente e transversalmente (SPOSITO, 2012, p. 131).

Lefebvre (2001), ao discutir as diferenciações do fenômeno urbano, afirma que elas são implicações do fato da cidade se situar no meio termo entre a *ordem próxima* e a *ordem distante*. As diferenças da cidade seriam resultantes da mediação entre as relações imediatas – fomentadas localmente – e uma imposição superior gerida por grandes e poderosas instituições.

Santos (2012a) ao tratar da mesma temática afirma que as horizontalidades e verticalidades criam-se simultaneamente. As horizontalidades – enquanto conjunto de lugares contínuos – são o alicerce do cotidiano cimentados pela consonância das ações, da associação e complementaridade das atividades, da vida urbana e das relações de espaços divididos territorialmente pelo trabalho. Para o autor as “horizontalidades são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária” (SANTOS, 2012a, p.150-151). Enquanto as verticalidades são tidas como vetores do nexo hierárquico, necessária à realização da produção globalizada e controlada a distância.

Neste sentido, a estruturação hierárquica da rede urbana explica-se na perspectiva da reprodução do capital indutor da localização das atividades de produção, da circulação, da comercialização e dos serviços da cidade; bem como das relações com o espaço regional e da

redefinição da centralidade urbana. Teríamos, nesta reflexão, o eixo explicativo dos papéis da cidade assumidos e acentuados como expressão da divisão territorial do trabalho.

Corrêa (1994) faz uma explanação das vias de abordagem mais adotadas pelos geógrafos e estudiosos da rede urbana brasileira. O autor cita as classificações funcionais, as dimensões básicas de variação, tamanho e desenvolvimento, a hierarquia urbana e as relações cidade-região como as vias de abordagem mais utilizadas nas análises urbanas. No entanto, adverte que estas vias são insuficientes e incapazes de revelar a natureza e o significado da rede urbana, pois grande maioria é de natureza positivista e funcionalista, não dando conta da realidade social.

O autor supramencionado, a partir da análise da contribuição de outros estudiosos desta temática, procura nomear alguns pontos de vistas possíveis a se apreciar a rede urbana que considera pertinente aos estudos geográficos. São eles: a divisão territorial do trabalho (apresentada como reflexo e condição de existência da rede), as relações entre rede urbana e os ciclos de exploração (na qual a rede urbana se constituiria a partir dos ciclos de exploração dos grandes centros ao campo e centros menores), as relações entre rede urbana e a forma espacial (a rede vista como uma forma espacial através da qual as funções se realizam) e a periodização da rede urbana (as instâncias econômica, jurídica, política e ideológica contêm e estão contidas nas formas espaciais, como tais instâncias que se dinamizam temporalmente e formam combinações e tempos históricos distintos, as formas espaciais podem ser periodizadas).

Corrêa (1994) reconhece sua reflexão apenas como uma contribuição aos estudos deste tema, pois alega que diante a riqueza da realidade socioespacial torna-se difícil esgotar os métodos de análise da rede urbana. Desse modo, sugere novos caminhos a serem seguidos e atribui aos demais estudiosos urbanos da geografia o dever de continuar o desafio que ele começou: desmascarar o caráter dialético em que a cidade se concretiza diante a rede.

Por tais ensejos nos vem à tona as dificuldades em classificar e conceituar cada aglomerado urbano sem afirmar uma rigidez hierárquica. Assim, nos colocamos diante o desafio de compreender a pequena cidade enquanto local simultaneamente produzido pela totalidade e produtora da mesma. Para isto, cremos que é necessário analisar o que é a pequena cidade. Cientes que dedicar-se a esta discussão não nos permitirá o conhecimento total de suas funcionalidades, papéis e caracterização da pequena cidade, mas servirá como alicerce para a compreensão do conteúdo e da realidade concreta do objeto de estudo em ênfase nesta pesquisa.

O debate conceitual da categoria cidade tem grandes contribuições de diversos autores da Geografia brasileira. Porém, a geografia brasileira desenvolveu, majoritariamente, estudos focados nas áreas metropolitanas, fazendo da metrópole a referência da teoria geográfica urbana. Possivelmente, o forte movimento de concentração populacional urbana do Brasil durante a segunda metade do século XX⁴ colaborou para a consolidação dos principais fluxos econômicos, das maiores aglomerações humanas e dos problemas sociais em dimensão gigantesca que aparentam ser mais intrincados e relevantes à investigação. De acordo com Santos (2009, p. 105) “quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas”.

A riqueza e importância destas pesquisas são inquestionáveis. Entretanto, a concentração da produção do conhecimento geográfico tendo como principal baldrame analítico a realidade metropolitana, de certa forma, marginalizou os estudos a respeito das pequenas cidades. Este abastado debate conceptual nos conduz a entender o que é a cidade, mas ainda não aponta uma abordagem que abranja sua constituição na rede urbana brasileira como espaços de distinções e diversidades. Neste sentido, esta abordagem teórico-metodológica é suficiente para conceituar a pequena cidade?

Não há como elaborar um conceito nas ciências humanas e considerá-lo totalmente acabado. Grüner (2006) afirma que para Marx na construção do conhecimento científico é necessário acreditar que conhecimento concluído é uma ideia inútil, e que no menos danoso dos casos pode conduzir à preguiça intelectual. A conceituação de cidade deve absorver e acompanhar a realidade econômica, política e ideológica de cada período histórico e de cada porção espacial.

Tendo em vista a necessidade de uma construção intelectual que dê conta das diversidades da rede urbana nacional e considerando também sua relevância quantitativa⁵, os trabalhos que se dedicam à compreensão das pequenas cidades tem ganhado maior projeção na geografia brasileira. Como comenta Fresca (2010, p.75):

Esta retomada nos estudos sobre cidades pequenas tem a ver com as intensas modificações na organização sócioespacial brasileira que provocaram transformações em redes urbanas; que permitiram realização de novos papéis nestas cidades; que possibilitaram às mesmas tornarem-se lócus privilegiado da realização de uma parcela da produção propriamente dita; que permitiram a inserção das

⁴ “O Brasil experimentou, na segunda metade do século 20, uma das mais aceleradas transições urbanas da história mundial. Esta transformou rapidamente um país rural e agrícola em um país urbano e metropolitano, no qual grande parte da população passou a morar em cidades grandes” (MARTINE, G. & MCGRANAHAN, G., 2010, p. 11).

⁵ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) os municípios brasileiros com até 20 mil habitantes somam 70,45% dos 5.656 de todo o território nacional.

mesmas em interações espaciais de grande alcance; enfim a redescoberta destas cidades como uma particularidade da urbanização brasileira.

Ao discutir a pequena cidade na Geografia Urbana é indispensável ter a consciência de que sua compreensão teórica sucede com a evolução histórica do conhecimento e sua conceituação está sujeita a questionamentos, acréscimos e modificações. Visivelmente diante o fato de que “são expressões de sua sociedade, os critérios de conceituação destas são maleáveis com o tempo” (BACELAR, 2009, p. 03).

Ter como objeto de análise a pequena cidade não é algo simples, até mesmo as menores cidades mostram-se locais de complexas relações. Estudos dedicados a este tema ainda decretam grande esforço na elaboração de conceitos e definição de metodologias. O pesquisador é sujeitado a dificuldades de naturezas diversas, entre elas, a inexistência de um suficiente embasamento teórico que encaminhe de maneira mais segura a interpretação da realidade intraurbana e interurbana destes locais.

Consideramos pertinente ressaltar que a dedicação em estabelecer critérios de delimitação, classificação, parâmetros e conceituação da cidade tem caminhado progressivamente. Contudo, pode trilhar por caminhos inseguros caso siga a crença de efetivar um critério absoluto e inquestionável que dê conta de todas as variáveis a serem investigadas. A fim de melhor expressar a realidade local, tais critérios devem se adequar a cada lugar pesquisado e aos objetivos do pesquisador. Sobre esta temática Bacelar (2009) afirma que:

Os critérios para delimitação e conceituação do que seria uma cidade não são universais. Alguns estudiosos do urbano estabelecem critérios rigorosos para caracterizar um determinado assentamento humano como cidade e assim relegam cidades menores a um limbo conceitual e até mesmo modificam suas características de conceituação ao afirmarem serem as pequenas cidades, não-cidades (BACELAR, 2009, p. 03).

A adoção de critérios rígidos pode conduzir o pesquisador à generalização. Para referir-se à pequena cidade, Santos (1979) deixa claro que prefere adotar o termo *cidade local*. Argumenta que o termo *pequena cidade* estaria ligado à noção de contingente populacional, o que secundariza o fenômeno qualitativo da rede urbana e conduz a uma definição generalizada. Em sua concepção “o fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes de tudo um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização” (SANTOS, 1979, p.70).

É fato que a nomenclatura pequena cidade guia ao entendimento de grandeza escalar relacionada à quantificação populacional e dimensão territorial. Quando nos destinamos à classificação de uma cidade não devemos ignorar o contingente populacional, porém sozinho ele não desvenda o conteúdo e a dinâmica das cidades (MAIA, 2010, p. 18-19). Neste sentido, é necessário tomar os dados qualitativos como mais relevantes e eficientes, sem excluir a abordagem quantitativa.

Para Melo (2008) a utilização isolada de critérios quantitativos, como a quantidade populacional da área urbana ou densidade demográfica, pode encobrir conteúdos centrais da realidade socioespacial. Este autor defende a consideração de características como: modo de vida, relações de produção no campo, funções desempenhadas pelas cidades para sua população e entorno, existência de equipamentos, papel de intermediação com outros segmentos mais complexos do sistema urbano, entre outras.

Focalizando o ponto de vista funcional do que chama de cidades locais, Santos (1979) argumenta que as cidades locais concedem uma posição desfavorável ao produtor e ao consumidor ao acesso a bens e serviços, que seriam mínimos em relação aos ofertados em regiões metropolitanas. Nesta conjuntura define cidade local como:

a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço. É preciso que se encontre o fundamento, o limite mínimo de [...] complexidade das atividades urbanas capazes de [...] garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial. [...] poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações (SANTOS, 1979, p. 70-71).

Aprofundando sua discussão, Santos (2009) afirma que as inovações técnicas e científicas acarretam transformações no espaço agrário e, conseqüentemente, no sistema urbano brasileiro, deixando-o mais complexo e diversificado. Fatos que levam as cidades locais a mudarem seu conteúdo e transformarem-se em cidades econômicas.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (o que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 2009, p. 56).

Para este autor, as cidades locais mesmo com novos conteúdos não se desvinculariam do campo, elas passariam de cidades no campo para cidades do campo. O conceito de cidade local restringe-se às cidades em que os entornos tenham se incorporado no sistema de modernização agrícola. No entanto, Santos (2009) reconhece que o sistema urbano é crescentemente tendencioso à diferenciação e à complexificação. Ainda afirma que esta via de análise não pode ser uma generalização da realidade e que as cidades locais podem estabelecer diferentes relações com o campo.

Temos que reconhecer que a relação entre cidade e campo se dá de maneiras diversas e evoluem em ritmos diferentes. Para muitas cidades brasileiras as atividades do campo foram impulsionadas e impulsionadoras de novas dinâmicas, enquanto em outras ainda há forte resistência de estruturas antigas.

Vale salientar que a heterogeneidade é evidente tanto entre as redes urbanas quanto entre as cidades. As redes urbanas são formadas por cidades que se apresentam cada vez mais diferentes funcionalmente, e estas diferenciações ocorrem “porque as demandas e as respostas divergem segundo os lugares, os produtos, os níveis de tecnicidade e capitalização” (SANTOS, 2009, p.137). Deste modo, em uma mesma região onde se desenvolveu o processo de modernização agrícola pode ocorrer que muitas cidades fiquem à margem deste processo – por fatores diversos como questões políticas, a interação entre outras cidades e com rede, condições naturais e a disponibilidade de capital, entre outros.

Por este viés reflexivo, a interpretação conceitual das pequenas cidades as inclui numa relação escalar mais complexa e ampla que a cidade local discutida por Santos (1979). A pequena cidade estabelece dimensões físicas, territoriais, funcionais e produtivas que podem ser superiores as da cidade local, além de desenvolver características funcionais diferenciadas.

Corrêa (1999) para designar a cidade como pequena também opta por utilizar outras nomenclaturas como *pequenos centros*, *pequeno lugar central* ou *pequenos núcleos*. Este autor limitou-se metodologicamente ao utilizar como critério de classificação o contingente populacional, considerando no patamar de pequenos centros os aglomerados urbanos com população inferior a 50.000 habitantes. Porém, contribui imensamente com as reflexões sobre a temática ao debater como a nova fase da economia globalizada transformou a pequena cidade e a levou à renovação funcional. Em suas palavras:

a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma *especialização produtiva* ao núcleo preexistentes, inserindo-o

diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma *singularidade funcional*, entendida como característica que são *simultaneamente de diferenciação* no âmbito da economia global e de *interação* a esta na mesma economia. A centralidade, ao que tudo indica, pode ser ampliada (CORRÊA, 1999, p. 50).

As reflexões exposta nos conduzem a entender que o aumento da complexidade das atividades urbanas criou uma diversidade significativa de funcionalidades nas cidades. Enquanto algumas possuem limite mínimo de atuação de atividades urbanas, outras apresentam funções urbanas mais intrincadas e sua área de influência extrapola os limites territoriais do município.

Em estudo sobre cidades pernambucanas, Wanderley (2001) busca classificá-las como pequenas ou não. Para tanto, alega como fundamental empregar analiticamente cinco dimensões: 1) o exercício das funções propriamente urbanas; 2) a intensidade do processo de urbanização; 3) a presença do mundo rural; 4) o modo de vida dominante; 5) a dinâmica da sociabilidade local. Recurso que também serve como arripe para Medeiros (2005), que dedica-se ao estudo da classificação e de produção do espaço de quinze cidades da microrregião do Seridó Potiguar.

Segundo tais pesquisadores esses critérios de análise conseguem abarcar as dimensões econômicas, políticas, sociais, demográficas, simbólicas e culturais da cidade. Desse modo, possibilitam uma análise aprofundada e a compreensão da formação espacial, das funções, das dinâmicas e os significados socioeconômicos que revelam o caráter das pequenas cidades.

Para classificar os aglomerados urbanos da região Noroeste do Paraná, Endlich (2011) utiliza como critérios norteadores dados relativos à estrutura fundiária, a densidade demográfica e o grau de complexidade mínima das localidades – estabelecido a partir da densidade populacional associada a um nível mínimo de renda e do total de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em cada município. Porém, em suas considerações conclusivas admite que a metodologia utilizada, mesmo sendo relevante, necessita de complemento.

Adotando a premissa de que as particularidades e as especificidades do espaço são originárias das relações intraurbanas e interurbanas, em outras palavras, se constroem e se alimentam de horizontalidades e verticalidades. Consideramos que o contexto regional no qual a cidade está inserida é de grande relevância para sua classificação.

Por concordar com a necessidade de atentar ao contexto regional, Santos (1988) pontua os aspectos que devem ser abordados para o alcance qualitativo de um estudo que considera este critério. O autor afirma que:

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno (SANTOS, 1988, p.17).

Neste sentido, a realidade socioespacial da pequena cidade tem uma relação íntima com os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais da região que está inserida. Visto que, as características de cada lugar são construídas historicamente por meio de fenômenos que sucedem no contexto local e global, ou seja, próximos e distantes. Como afirmam as autoras Soares e Melo (2009, p. 36 *apud* Maia, 2010, p. 22-23):

Em síntese, as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial.

De acordo com as afirmativas supra, entendemos que cada estudo deve atentar-se a como a cidade se insere num contexto regional⁶ para classificá-la e defini-la. Sem ignorar que sua definição relaciona-se também ao modo de realização das práticas sociais cotidianas e aos valores e hábitos que estas práticas revelam.

Diante a ausência de um consenso do ponto de vista geográfico, resta a dúvida de que termos e caracterização melhor representariam a realidade da pequena cidade. O que não encaramos como um ponto negativo, pois é a dúvida que encaminha o pesquisador ao encontro do conhecimento. Para Maia (2010, p.22) “o esforço em se superar tais nomenclaturas tem sido realizado, entretanto, ainda não se pode apontar para outra denominação que caminhe para um conceito”.

Esta preocupação, em entender as diferenciações do fenômeno urbano e de como se constituem as relações de produção e reprodução da cidade na rede urbana, nos remete à reflexão da importância da discussão do lugar. Em outras palavras, ao pensar a pequena cidade como porção do espaço geográfico interligada com a totalidade, mergulhamos na

⁶ Entendemos o contexto regional tomando como aporte teórico a discussão de Corrêa (1987, p.45), na qual a região pode ser “caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas”.

necessidade da diferenciação espacial a partir da compreensão da identidade de cada local. “O lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano que se manifesta como horizonte” (CARLOS, 2007a, p.14).

1.2.2 *A pequena cidade e a questão do lugar*

Pensar o espaço geográfico como totalidade histórica social justifica, parcialmente, o desafio da ciência geográfica em compreender as diferenciações e desigualdades dos usos e apropriações do espaço, evidenciadas nas unicidades dos lugares.

Para Carlos (2008, p. 40) “além do fato de o lugar ser produto de determinações gerais, também se reproduz a partir das determinações históricas específicas que diferenciam os lugares. Desse modo, a cidade aparece como uma forma particular do fenômeno geral e não como uma abstração teórica”.

Segundo Huws (2006) as recentes mudanças tecnológicas somadas à globalização mudaram a natureza das cidades ao transformarem as estruturas do trabalho, as identidades e as estruturas sociais. Gerando uma nova configuração socioterritorial da cidade mais complexa e com características e funções menos definidas espacialmente.

Neste sentido, como enxergar o lugar a partir de sua relação mediada entre ordem próxima e ordem distante, entre verticalidades e horizontalidades? Como definir os lugares perante o fenômeno de unificação global?

O atual processo de globalização⁷ interfere cada vez mais na produção dos símbolos e materialidades locais, que se inclinam à mundialização⁸. Em outras palavras, o fenômeno da globalização, enquanto condição de reprodução do capital, não consegue se manter sem sua estratégia de reestruturação espacial expansiva e intensiva, menos ainda sem seu recurso de desenvolvimento geográfico desigual e combinado. Suas estratégias disseminam um padrão de ações, de valores e de modo de vida pelo mundo; ao mesmo tempo em que centralizam o poder corporativo que controla a produção do espaço e tornam os lugares cada vez mais vulneráveis às suas imposições.

⁷ Compreende-se a globalização como auge da internacionalização, unificação do planeta gerada pelo processo produtivo, ampliação do “sistema-mundo” dos lugares e dos indivíduos em diferentes intensidades (SANTOS, 2012a).

⁸ A mundialização tem como base material a globalização, a generalização da sociedade urbana ao modo de produção concreta e produção da vida humana levam a inovação de valores, cultura, comportamentos, modos de vida e formas espaciais que se realizariam no cotidiano do lugar (CARLOS, 2007b).

Diante este fato, concluímos que as formas e funções introduzidas por este processo servem, majoritariamente, ao modo de produção dominante. Criando lugares cada vez mais inseridos, no plano ideológico e material, em contexto global. Carlos (2007b) ao tratar desta problemática relata que:

A mundialização surge como uma tendência presente no mundo moderno, o que significa dizer que se trata de um processo em curso, mas que ganha cada vez mais sentido na explicação do mundo moderno. Todavia, trata-se de um processo que se realiza no plano do local, isto é, o lugar é que assegura a materialização do processo, realizando-se no plano do imediato. Tudo isto significa dizer que é no plano do lugar e da vida cotidiana que o processo ganha dimensão real e concreta (CARLOS, 2007b, p.42).

Mesmo cientes que a capacidade de interferência global é significativa na realização dos fenômenos concretos e abstratos inerentes à cidade, cremos que a modernização não alcança igualmente e na mesma intensidade todos os espaços. Na dimensão local manifestam-se relações fomentadas por particularidades que formulam as diferenciações entre lugares. Como afirma Amorim (2010, p. 35):

existe um contínuo processo de modernização em curso que não atinge todos os lugares ao mesmo tempo com a mesma intensidade. Obedecendo à lógica racionalista do capital, e não aos interesses reais da vida dos homens, além de ser estimulado pelo Estado, esse contínuo processo é responsável por definir os usos do solo, a incorporação dos recursos naturais à lógica mecânica de reprodução capitalista, as relações entre os homens e os lugares, enfim, é responsável por definir as formações territoriais. Como a história de materialização do capital nos lugares é seletiva, elegendo áreas, o traço geral de tais modernizações é a desigualdade, já que pelo favorecimento diferenciado de acesso a tecnologias, equipamentos e informações, por exemplo, estabelece-se uma divisão territorial do trabalho, impondo a hierarquia aos lugares.

De tal forma, em cada local os processos se concretizam obedecendo à intencionalidade dos atores, ao capital e ao nível tecnológico, científico e informacional que se tem acesso. Segundo Santos (2012b) o lugar não pode ser enxergado como passivo globalmente e sim como ativo, pois ele participa de uma fração do movimento social total. O autor considera que:

o vetor externo só ganha um valor específico com consequência das condições do seu impacto, mas, também [...] o chamado movimento interno das estruturas ou das relações entre elas não são independentes das leis mais gerais. É por essa razão que cada lugar constitui na verdade uma fração do espaço total (SANTOS, 2012b, p30).

Os níveis de trocas destas duas forças contraditórias e complementares, ou seja, o grau de imposição da padronização e normatização global aos aspectos socioespaciais locais e a força de reação autônoma inerente ao local podem ser intensificados ou suavizados de acordo com a dinâmica espaço-temporal em que se encontra cada lugar.

De acordo com Santos (2012b), numa análise espaço-temporal, os lugares podem ser distinguidos por sua existência corpórea e relacional, pois se definem de acordo com sua densidade técnica (condição técnica de produção espacial presente na configuração territorial), informacional (relação com outros lugares) e densidade comunicacional (interação local entre as pessoas, resultantes do meio social ambiente). O nível de intensidade destas características proporciona aos lugares a possibilidade de se orientarem ao futuro com maior ou menor força, estando ligados a uma dimensão de tempo presente e futuro. Mesmo que as marcas pretéritas não se percam, o conhecimento do local se dá pelo que ele é no presente e pelo que será no futuro.

Para Carlos (2007a) estas dimensões são insuficientes na definição de um lugar, sendo indispensável o acréscimo da dimensão histórica da prática cotidiana e do plano vivido entre passado e presente. Assim, o lugar se constitui pelo envolvimento de todas as dimensões temporais (passado, presente e futuro) e espaciais (local e global).

Nesse novo contexto o lugar se redefine pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares. A primeira consequência é a necessidade de se relativizar a idéia de situação. É evidente que o lugar se define, inicialmente, como a identidade histórica que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a “situação” se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo (CARLOS, 2007a, p. 21).

Os lugares mais abastados em conteúdo técnico-científico-informacional são mais vulneráveis às forças verticais de atuação global, sendo assim, se inserem com mais facilidade na lógica de funcionamento da reprodução do capital. Neles é cada vez mais possível e necessário a instalação e a diversificação de atividades que visam atender aos interesses dos atores hegemônicos. “Nas últimas décadas – não importa onde se situem –, elas trabalham em compasso com o ritmo do mundo, na medida em que a realidade da globalização se impõe sobre o processo secular de internacionalização” (SANTOS, 2009, p. 11). E respondem com agilidade as variadas exigências de funcionamento e crescimento da ordem global, que impõe rígidos critérios de rentabilidade. Fomentando uma estreita e intensa relação entre as escalas mundial, nacional, regional e local.

Dentro do território, podemos admitir a existência de áreas em que se pode falar de uma globalização “absoluta” e de outras em que essa globalização é apenas “relativa”. As primeiras são áreas de presença mais plena da globalização. Nelas há concentração, com pequena contrapartida, de vetores da modernidade atual, o que leva à possibilidade de ação conjunta de atores “globais” ou “globalizados” (SANTOS & SILVEIRA, 2008, p. 257).

A metrópole se mostra o centro de poderio tecnológico, um símbolo de agilidade, de praticidade e de fluidez. Porção espacial onde a modernidade cada vez mais se inclina ao futuro, ela é capaz de concentrar funções administrativas, jurídicas, econômicas e produtivas que se articulam e comandam uma imensa dimensão territorial. Quando enxergadas em sua totalidade territorial e em sua funcionalidade produtiva, aparentam perder-se enquanto lugar e estarem inseridas em demasia na generalização e normatização de reprodução do espaço. “A metrópole parece negar os lugares, sobrepondo valores e conteúdos hegemônicos às experiências enraizadas na vida cotidiana” (SERPA, 2012, p.98).

O lugar existe perante sua articulação dialética entre o global e o local. Cada lugar constrói-se a partir da conexão entre a ordem distante e a ordem próxima. E esta última mostra-se como especificidade concreta da história e como resultado de processos particulares que se acumulam e se contrapõem. Portanto, ao mesmo momento em que é influenciada pelo global não se anula enquanto local. Diante a manifestação de conflitos e de tendências sociais a existência do meio ambiente social faz o lugar.

Santos (2012b, p. 13) dedica-se a este debate ao afirmar que “quanto *mais pequeno* o lugar examinado, tanto maior o número de níveis de determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do *mais pequeno*”. Estas afirmações nos levam a concluir que não se pode ignorar as forças internas do lugar, pois “quanto mais o mundo se afirma no lugar, mais este último se torna único” (SANTOS, 2012a, p. 152).

Assim, entende-se que as pequenas cidades possuem maior resistência às forças hierárquicas e conseguem preservar grande parte dos valores culturais, do modo de vida e de produção espacial. Demostram isto na forma que se estabelecem cotidianamente as relações capitalistas, as manifestações culturais e religiosas, os hábitos, as tradições, a comunicação e a linguagem. Parecem ressaltar o lugar por apresentarem um cotidiano social mais enraizado ao seu processo histórico. As relações são efetivadas de modo íntimo ao território, num nível menos rígido e menos hierarquizado. “Estes lugares são tidos como irracionais ou “desobedientes” aos ditames dos atores hegemônicos, pois são dotados de conteúdo mínimo de tecnologia, ciência e informação” (BERNARDES, 2012, p. 124).

Podemos afirmar que, como relatado nas considerações supra, grande parcela das pequenas cidades brasileiras possuem forte autonomia e forte poder de resistência às influências verticais. Não existem como meras receptoras e realizadoras da lógica global, mas por meio de suas forças locais ressaltam claramente o seu contexto local. Para Lefebvre (2001, p. 51):

as transformações da cidade não são resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediate, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade (famílias, corpos organizados, profissões e corporações etc.).

Identificar a existência e a atuação de forças distintas no urbano leva-nos a compreender que as materialidades e relações, a (re)produção e reestruturação da cidade se constituem, concomitantemente, a partir da existência de fenômenos abrangentes/totalizantes e particulares. Esta última se constitui pelo fato do lugar conter uma articulação contraditória entre cidade-habitantes. Do mesmo modo em que são atuantes neste espaço, os habitantes, são também influenciados pelas alterações que acontecem nas relações cotidianas. Sobre tais questões, Carlos (2007a) afirma que:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida (CARLOS, 2007a, p. 22)

São as práticas cotidianas – simultaneamente fundamentadas e expressas em valores e manifestações culturais e/ou tradicionais – que constroem uma teia de significados, de subjetividades e de materialidades que impõem à cidade o caráter de lugar. “O lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta que a análise, ao poucos, vai revelando” (CARLOS, 2007a, p.15). Desta forma, os hábitos, os costumes, as relações de trabalho e os valores são construídos e transmitidos num processo histórico, numa relação entre espaço e tempo criando um processo de reprodução da vida.

O lugar é uma categoria de análise reveladora das particularidades socioespaciais de cada cidade, e desperta a reflexão da importância, do significado e da representação (social, cultural e econômica) da pequena cidade como lugar inserido no contexto da região e da rede urbana brasileira. Nas formas e nos conteúdos de cada lugar estão expressas as manifestações

da totalidade-mundo, possibilitando enxergar as diferenças espaciais do território usado (AMORIM, 2010). O lugar apresenta o entrelaçado estabelecido na relação da prática social vivida e entre a divisão social e espacial do trabalho. Neste sentido, a escala do lugar possibilita uma análise mais detalhada da realidade, por isto, foi por nós adotada para a compreensão de como se desenvolve o enredo da relação espaço-tempo em Cuité.

1.2.3 *As revelações da paisagem*

Creemos que o lugar permite maior visibilidade das renovações e das permanências que sucedem com os símbolos, as formas e as funções urbanas. Tornando-se essencial a interpretação da paisagem para compreender o cotidiano da cidade.

Segundo Santos (1988, p. 21) paisagem é “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, [...]. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” Mesmo interpretada por cada indivíduo de modo muito particular, as paisagens revelam uma forte relação com a totalidade social de cada lugar. Santos (2006) afirma que a paisagem mostra-se:

resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano (SANTOS, 2006, p. 106).

A paisagem da cidade revela as singularidades do modo de vida, da cultura, das tradições e a da forma como o capital se reproduz. Ela não só é resultado da história social, como também é capaz de desvendá-la, pois guarda informações e marcas temporais que podem ser identificadas e decodificadas. Cada construção carrega traços da história; uma cidade apresenta materializações do cotidiano de diversos grupos sociais, de suas lutas, suas tradições e suas atividades.

A paisagem altera-se continuamente, acompanhando as transformações humanas. Os objetos da cidade podem ser modificados, incrementados de novos artifícios, reconstruídos ou destruídos. Deste modo, analisar a paisagem atual é também falar sobre o passado da cidade. A decodificação da paisagem pode significar uma possibilidade de desvendar muitos dos porquês da realidade atual. Num jogo contraditório, a paisagem revela a história e explica a realidade atual.

Compreendendo ser indispensável uma leitura do processo histórico de produção espacial do objeto de pesquisa em ênfase, no capítulo seguinte apresentaremos uma análise de alguns processos históricos de Cuité, relacionando a constituição da área urbana às atividades socioeconômicas realizadas localmente (sem desconsiderar que estão ligadas a um contexto mais amplo das escalas geográficas).

CAPÍTULO 2 - ESPAÇO URBANO DE CUITÉ: gêneses e processos históricos

Conhecer é ver e analisar as paisagens, entender os modos de vida, compartilhar das esperanças e angústias das regiões visitadas, é incorporar-se a um pedaço do solo e a um grupo de homens, tornar-se assim mais largamente humano, compreender melhor o duro trabalho do homem sobre a terra.

Pierre Deffontaines

Estas palavras de Pierre Deffontaines nos levam a indagar sobre a importância do olhar geográfico para nosso objeto de pesquisa. Crendo que a análise da paisagem leva o geógrafo ao encontro da compreensão da ação humana na (re)construção do espaço geográfico, estas palavras nos fazem refletir sobre a necessidade de um olhar que capte mais que as formas da paisagem e apreenda também seus movimentos e conteúdos. Com isto, o ver possibilite a elaboração do conhecimento.

Neste ato de enxergar e analisar a paisagem não se pode desconsiderar seus traços históricos, na verdade, exige um olhar situado no presente e lançado ao futuro; mas atento ao passado. É uma relação complexa entre tempo (passado, presente e futuro) e espaço. A organização/desorganização espacial contém características próprias historicamente construídas pelas relações sociais e que podem apontar os rumos da edificação urbana, cultural, econômica e demográfica de cada porção espacial.

Neste sentido, em cada recorte temporal os processos de produção e reestruturação da cidade são determinantes para a realização dos eventos seguintes. Sobre esta temática, Carlos (2007b) comenta que:

A cidade, enquanto construção humana é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece o trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (CARLOS, 2007b, p.11).

A cidade apresenta materialmente o elo existente entre as formas e o curso temporal, sendo os elos pretéritos basilares para a dinâmica do presente e definição do futuro. Para Santos (1990) não há como desconectar o presente da cidade de seu passado e se faz necessária à investigação deste último para uma análise mais profunda dos fenômenos atuais.

Nenhum estudo de geografia urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade, às vezes até de forma abusiva. Tentávamos, os geógrafos, fazer esse histórico. Era impossível abordar esta ou aquela cidade sem essa preocupação de contar o que foi seu passado, eventualmente de forma abundante e, quem sabe, desnecessária. Mas, hoje, fazemos frequentemente uma geografia urbana que não tem mais base no urbanismo. É uma pena, porque praticamente não mais ensinamos as cidades como se criam; apenas criticamos as cidades do presente [...]. É, pois, salutar esta retomada (SANTOS, 1990, p. 242).

Desse modo, crendo ser de primordial importância conhecer a formação histórica do município de Cuité-PB, traçamos considerações sobre os eventos de caráter econômico, social e cultural mais impactantes na produção do espaço urbano cuiteense. Refletimos como tais eventos (ocorridos desde o período de ocupação territorial até o ano de 2005) mostraram-se na dinâmica cotidiana da cidade e foram influentes na produção da área urbana cuiteense.

Tivemos a pretensão de que esta abordagem histórica servisse de base comparativa e analítica com a realidade contemporânea. Em outras palavras, cremos que ela viabiliza a identificação das metamorfoses e das permanências socioespaciais ocorridas em Cuité. Confrontando os períodos sucessores e posteriores à implantação do CES conseguimos identificar as mudanças socioespaciais que ocorreram/ocorrem na área urbana cuiteense. E assim, trilhamos pelas temporalidades já vividas em nosso objeto de pesquisa desvendando importantes processos, símbolos e materialidades.

2.1 Formação Histórica: gênese socioespacial

Com relação aos seus aspectos históricos, segundo Santiago (1936) a mais remota ocupação do território cuiteense corresponde ao povoamento dos índios Cuités da tribo dos Paicus, pertencentes ao grupo Cariris ou Kiriris do Norte. Daí a procedência do nome do município formado pela aglutinação das palavras: *cuy* (vasilha, cuia, gamela) e *eté* (grande, real, verdadeira) que se referem ao fruto da cuitezeira, o qual era utilizado pelos nativos como cocho, vasilha, entre outras utilidades. “Os Paicus habitavam as serras do Cuité, Calabouço e S. Bento. Foram aldeados pelo Pe. João de Barros em 1696. Das 1.138 datas requeridas na capitania de Itamaracá a sua fora uma das primeiras, a Nº 43” (SANTIAGO, 1936. p. 3).

Quanto à ocupação de Cuité por povos não gentios existem muitas contradições. A versão mais aceita como verídica (relatada na maioria dos livros que fazem referência a história do município) foi publicada no livro intitulado *Serra de Cuité: história, seus processos, suas possibilidades* do padre Luiz Santiago. A história relata que o Conde de Alvor, residente no então município de Bananeiras, durante uma de suas viagens de caça teria

“descoberto” uma serra. Ao explorar esta região, encontrou na parte sul um olho d’água que se desprendia de um grande paredão rochoso. O conde interessou-se pela posse das terras e em 08 de dezembro de 1704 enviou um requerimento de posse ao Provedor-Mor da Província da Paraíba. Neste mesmo ano seguiram-se mais quatro reivindicações que resultaram na extensão deste território.

Algumas famílias se instalaram nas terras, caracterizando-as pela formação de pequenas propriedades agrícolas. No entanto, a origem do povoado de Cuité deu-se ao redor da capela de Nossa Senhora das Mercês construída por volta de 1784-1788. Sua edificação foi realizada em terras concedidas, através de sesmaria pelo governo de Jerônimo José de Mello Castro, ao Coronel de Milícias Caetano Dantas Correia. Este senhor (requerendo da data de nº 821 da Lagoa do Cuité), tendo intenções de povoar as sesmarias, doou uma porção das terras à Igreja para a edificação deste monumento cristão.

Em outubro de 1827, pela lei estadual nº 15, foi criado o distrito de Paz de Cuité pertencente ao município de Bananeiras. Porém como a distância dificultava a administração, Paz de Cuité foi desvinculado de Bananeiras em 27 de Maio de 1854 pela lei provincial nº 4, que criou o município de Serra do Cuité. Neste período sua posse territorial abrangia as áreas pertencentes atualmente aos municípios de Nova Floresta, Barra de Santa Rosa, Frei Martinho, Nova Palmeira, Cubati, Picuí e Pedra Lavrada.

Pereira (2008) narra que, deste período até as primeiras décadas do século XX, as atividades agropecuárias tiveram forte ascensão e aos poucos passaram a impulsionar o povoamento do município. Foram desenvolvidas paralelamente a pecuária bovina e diversas culturas agrícolas, comum regionalmente, tendo destaque a produção da mandioca e do algodão. O município chegou a ser conhecido como “Serra da Farinha” devido ao grande número de casas de farinha que possuía. Durante algumas décadas foi um dos maiores produtores de farinha da Paraíba. Santiago (1936) relata que, até o mês de outubro do ano de 1936, havia um total de 97 fábricas de farinha espalhadas por todo o município, sendo 31 movidas a motor, 6 movidas a tração animal e 60 impulsionadas pela força humana.

Devido à importância econômica das atividades agrícolas, que atraíram muita mão de obra, Serra de Cuité teve majoritariamente um crescimento populacional em sua zona rural. Nas primeiras décadas do século XX o crescimento populacional urbano foi muito lento. De acordo com Sobrinho (2005, p.9) a vila de Serra de Cuité era “constituída, por nada mais, nada menos, do que cinco ruas, a saber: Rua da Lagoa, também chamada da Rua Larga; Rua

do Cruzeiro; Rua Estreita, também conhecida com a denominação de Rua do Comércio; Rua do Para-Velho e Rua do Boi Choco”.

Os primeiros anos de 1900 foram marcados por diversas mudanças no campo político e econômico. “O espírito de revolta que sacudia a nação, à luz das idéas republicanas contra o então regime monarquista, adotadas já com exito em diversos países europeus, agitou também a pacífica Comarca de Cuité” (SANTIAGO, 1936, p.12).

Durante a Velha República, também conhecida como república oligárquica (1889 a 1930), Álvaro de Machado conseguiu manter-se como frente política na Paraíba por vinte anos. Em sua última atuação como governador – pelo curto período de outubro de 1904 a outubro de 1905, pois retirou-se para o senado e foi substituído por Walfredo Leal – buscou formar alianças com antigos adversários para somar maior apoio político. Assim, transferiu várias chefias municipais de antigos grupos aliados para os novos.

O chefe do Partido Político do município Serra de Cuité, o deputado Lordão, insatisfeito com as medidas de Álvaro passou a ser oposição do governo e elaborou um projeto que propôs a transferência da comarca de Borborema com sede em Serra de Cuité para Picuí-PB. Este deputado usou sua influência no contexto político estadual e reivindicou apoio a outras figuras políticas, assim, os componentes da Câmara Municipal de Serra de Cuité sentiram-se pressionados e aprovaram a referida transferência. No ano de 1904 o projeto foi executado e Serra de Cuité perdeu seu *status* de município e sua comarca, passando a distrito do município de Picuí. E retomou a antiga nomenclatura de distrito Paz de Cuité.

Neste mesmo momento o partido político de Cuité dividiu-se em duas frentes: uma delas tinha como chefe o Coronel Anacleto Costa Pereira, que continuou aliado ao governo; e a outra dirigida pelo Capitão João Venâncio dos Santos, oposição ao governo de Álvaro e apoio ao deputado Lordão.

No entanto, o retrocesso de município para distrito e a perda da comarca não tiveram grande impacto no crescimento populacional e econômico de Cuité. Segundo Santiago (1936) a formação da paróquia e as atividades agropecuárias estimularam o povoamento e o crescimento do distrito. Em seu livro relata que em 1936 a população urbana era de 2 mil pessoas, ainda descreve as características urbanas, a estrutura residencial, de serviços e de comércio. Em suas palavras:

A povoação de Cuité ou vila com termo supresso, apesar de esquecida de muitos anos dos poderes públicos, começou a ter pároco de 1928 por diante, está hoje em pleno surto de progresso. As suas 458 casas dão-lhe um aspecto citadino. Tem mas 2 sobrados, que foram, um a residencia do Vigário e o outro o Conselho Municipal, o

qual agora tornara ao seu destino. Tem 129 mucambos e 28 casas de bom estilo de construção. Tem 2 fábricas de sabão, uma de rêde, 4 padarias sendo 2 a motor; 4 sapatarias; 2 alfaiatarias; 4 ateliers de costura, cujas modistas são moças diplomadas; e muitas outras fabricas de que a memoria falha. Ha 3 hoteis bem confortáveis, 2 aulas publicas, 1 paroquial, 3 particulares diurnas, e 1 noturna dos sexo masculino. Ha muitas outras pelos subúrbios e sitios, tambem por iniciativas particulares (SANTIAGO, 1936, p. 14).

O desenvolvimento das produções de farinha e algodão contribuiu para o crescimento da infraestrutura e do contingente populacional no distrito de Paz de Cuité. Perante esta configuração econômica e socioespacial, a sua população e as forças políticas locais consideravam necessário sua autonomia política e administrativa. Assim, estas esferas organizaram movimentos sociais que reuniram grande parcela dos moradores, reivindicando a independência do distrito. Em 25 de janeiro de 1937 conquistaram a oficialização da autonomia política do distrito Paz de Cuité, que passou novamente a município Serra de Cuité. Um ano mais tarde, pelo decreto lei estadual nº1164, o município foi nomeado simplesmente de Cuité (PRODER/SEBRAE-PB, 1996).

Poucos anos depois o município de Cuité passou por um processo que gerou profundas transformações em sua infraestrutura urbana e nas relações econômicas, culturais e sociais. Em 1941 a produção de farinha de mandioca e algodão ainda era de grande relevância econômica. Para o beneficiamento do algodão funcionavam dez máquinas e o município exportou 600.000 Kg de algodão em pluma e 240.000 sacos de 60 Kg de farinha de mandioca. Porém, nos anos seguintes estas culturas e outras como feijão, milho e hortaliças foram secundarizadas em relação à produção de sisal (PRODER/SEBRAE-PB, 1996).

2.2 Décadas áureas do sisal

A política governamental do Brasil, imersa num contexto internacional pós Segunda Guerra Mundial, implementou ações que intencionaram a criação de condições internas impulsionadoras do crescimento econômico nacional. Na região Nordeste teve relevância as políticas que objetivavam maior integração à economia através da exploração comercial da fibra do sisal – usada principalmente em construção civil, artesanato, cordas, fios diversos, tapetes e redes.

A partir de meados da década de 1940, a fibra do agave consolidou-se como um dos principais produtos de exportação do Nordeste. Os estados da Bahia e da Paraíba foram os que mais investiram e tiveram êxito com esta atividade. Segundo Pereira (2008, p. 17) o *Ciclo*

do sisal se desenvolveu nas fazendas do interior do Nordeste e “permitiu a intensificação da economia no Curimataú Paraibano, permitindo também o desenvolvimento econômico de Cuité”. Assim, a produção sisaleira sustentou a economia de várias microrregiões do Nordeste brasileiro durante quase meio século, e o Curimataú Paraibano não se eximiu deste evento. No final da década de 1940 até o início da década de 1980 o município de Cuité vivenciou o período economicamente mais próspero de sua história em todo o século XX.

Com a funcionalidade e tecnologia dos motores desfibradores trazidos para Cuité pelo padre Luiz Santiago⁹ no final da década de 1940, a cultura do sisal toma grandes proporções em produção e lucratividade. Anteriormente o desfibramento era realizado com um instrumento rudimentar de uso manual feito de madeira e lâminas de aço ou rocha, chamado de *farracho*.

A substituição do *farracho* pelo motor além de ter possibilitado rapidez, eficiência e crescimento da produção alterou o modo tradicional de trabalho com a divisão das atividades entre plantio e beneficiamento da fibra – respectivamente caracterizados por meios de produção rústicos e modernos, neste momento histórico –, possibilitou o acúmulo de capital e investimentos em novas técnicas de produção. Anos mais tarde ocorreu a substituição dos motores mais rudimentares pelo motor de base móvel que poderia ser levado para as proximidades do plantio (PEREIRA, 2008, p.27).

O cultivo do agave era realizado pelos proprietários de motores (geralmente grandes e médios proprietários de terras), por pequenos proprietários de terras e por trabalhadores fixos ou temporários assalariados, meeiros ou arrendatários – como eram chamados trabalhadores que tomavam conta das terras em troca de moradia e de direito ao seu uso para fins de subsistência. A forma de cultivo dependia muito da maneira como cada produtor considerava mais viável e conseguia acordar com os trabalhadores.

Gradativamente o município foi tomado pela “febre” do sisal, também conhecido regionalmente como *ouro verde*, e houve grande expansão da área cultivada. O aumento da produção exigiu maior demanda de mão de obra, pois o sisal passou a ser considerado uma ótima alternativa de lucratividade e geração de empregos. “Chegaram no município, trabalhadores de várias partes do estado, tanto do Brejo quanto do Sertão, a fim de trabalhar nas lavouras desta cultura” (PEREIRA, 2008, p.30).

⁹ O padre Luiz Santiago de Moura foi pecuarista, e produtor de algodão e de sisal. Como poderoso fazendeiro da região exercia influência religiosa e política, assim, incentivou vários outros fazendeiros de todo o Curimataú paraibano a dedicarem-se ao cultivo e beneficiamento do sisal. Causava polêmica na região por andar armado, ser escritor, inventor de engenhocas, piloto de avião e motociclista. Também pelos relatos de luxúrias com as mulheres e envolvimento com práticas de sodomia e ensalmo (BRITO; OLIVEIRA, 2008, p. 2).

A partir da década de 1950, o município de Cuité ganhou relevância econômica no estado da Paraíba e no Brasil ao despontar entre os maiores produtores de sisal do país. Por décadas a microrregião do Curimataú paraibano esteve como segunda entre as dez microrregiões paraibanas de maior produção do sisal.

O capital gerado por esta cultura permitiu novos investimentos em atividades comerciais e de serviços. E a dinâmica cotidiana começou a apresentar, de forma mais clara, as consequências socioeconômicas deste avanço produtivo. Santos (2011, p.139-140) explica que “a instalação de uma nova atividade desencadeia uma série de outros movimentos que resultam numa redistribuição da população e dos capitais disponíveis sobre espaços mais amplos, tornados, a partir de então, solidários”.

Assim, a ascensão da produção sisaleira desencadeou um forte crescimento urbano, populacional e econômico. Como também, profundas transformações que se refletiram no papel de Cuité em um contexto interurbano e intraurbano, na (re)produção espacial, na cultura, nas relações de trabalho, entre outros. Podemos afirmar que se caracterizou por um momento histórico em que “a cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 2009, p. 56).

Analisando os dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1960), é possível identificar os benefícios infraestruturais adquiridos em vinte anos de produção do sisal. A área urbana foi incrementada com equipamentos, com estabelecimentos comerciais e com serviços. O documento expõe as seguintes informações:

Em todo o município, funcionavam 5 estabelecimentos grossistas e varejistas, explorando os ramos de tecidos em geral, gêneros alimentícios, chapéus, ferragens, drogas, perfumarias, miudezas e calçados. Daquele total, 67 estabelecimentos localizavam-se na cidade. Há no município 82 veículos rodoviários: 64 caminhões, 6 automóveis comuns, 4 jipes, 4 ônibus e 4 camionetas. Sua rede rodoviária estende-se por 227 quilômetros. Com vias de comunicação, o município dispõe de uma agência postal-telegráfica do departamento dos correios e telégrafos, e uma estação radiotelegráfica da Prefeitura. A sede municipal possui 26 logradouros, sendo 4 pavimentados a paralelepípedos e um a pedras irregulares. Desses, 5 são arborizados e um simultaneamente arborizado e ajardinado, que é, a Praça Barão do Rio Branco. Existem 998 prédios na cidade, disseminados por 22 artérias que contam 334 ligações elétricas domiciliárias (IBGE, 1960, p. 259).

Nas descrições acima, chama atenção um detalhe relativo aos veículos rodoviários: de um total de 82 veículos lotados no município, 64 eram caminhões. Um demonstrativo da intensidade do fluxo de transportes devido ao deslocamento das cargas de fibra, realizado não somente por meio destes caminhões, como também de mistos (caminhões com cabine dupla), carroças com tração animal, entre outros. No município havia também o Banco do Brasil –

não relatado na citação supra – que já funcionava desde 1942 e era fundamental para as transações comerciais.

Praticamente toda a produção do município era escoada para empresas de João Pessoa e Campina Grande. Parte desta fibra embarcava em navios, atracados no porto de Cabedelo e era exportada para a Europa e Estados Unidos (FONSECA, 2003, p.33 *apud* PEREIRA, 2008, p.28).

Para dar apoio aos processos de comercialização e escoamento da produção foram implantados novos serviços e equipamentos na cidade. Alguns investimentos tinham a crucial função de viabilizar o transporte da produção, como exemplos: o primeiro posto de combustíveis da cidade (FIG. 01) e a pista de aviação – nomeada de Pedro Simões Pimenta, foi construída por volta de 1958.

Figura 01 – Posto de Combustível Texaco. Cuité, registro de 1970.



Fonte: Acervo do Museu Homem do Curimataú.

Com o fluxo constante de automóveis era necessário fornecer serviços que dessem suporte ao transporte das fibras e diminuíssem os problemas de deslocamento entre Cuité e os pontos de descarga. Para tanto, uma das estratégias foi assegurar o abastecimento dos caminhões e dos carros de passeios da classe social mais abastada com a instalação do posto de combustíveis.

Com relação à etapa de comercialização da fibra do sisal, foram instalados armazéns de estocagem e vendas em todo o município, com maior concentração na área urbana. No entanto, a comercialização da fibra não era realizada somente em armazéns, mas também nas feiras livres que aconteciam semanalmente aos dias de segunda-feira. O espaço utilizado para a feira era o mercado público e o calçadão Orlando Venâncio (FIG. 02).

Figura 02 - Feira Livre no Calçadão Orlando Venâncio. Cuité, 1950.



Fonte: Acervo do Museu Homem do Curimataú.

O capital adquirido com a comercialização da fibra do sisal também foi investido em outras áreas. Assim, as transformações e a dinâmica das relações de produção se refletiram nos demais setores econômicos, espaciais e socioculturais da cidade. Segundo Santos (2006, p. 63) o espaço geográfico é um sistema de objetos e ações que se relacionam de modo indissociável, contraditório e solidário, deste modo, condicionam um ao outro. “É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”.

A educação se beneficiou qualitativamente e quantitativamente com a implantação de novas instituições de ensino públicas e privadas. Entre elas, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Cuité – atual Escola Estadual Orlando Venâncio dos Santos – que na década de 1970 esteve entre as melhores escolas da Paraíba em ensino e qualidade. Grande maioria de seus alunos eram filhos de produtores do sisal e com o término do ensino de segundo grau

(ensino médio) buscavam graduação em grandes centros nordestinos, como Natal, Recife, Fortaleza e João Pessoa. A imagem seguinte (FIG. 03) exhibe um registro histórico de uma das instituições de ensino em atividade neste período.

Figura 03 - Placa de Concluintes da Escola Regional Normal de Cuité, 1960.



Fonte: Acervo do Museu Homem do Curimataú.

Em relação aos novos objetos – e suas funcionalidades – que dinamizaram o cotidiano social cuiteense, podemos citar o primeiro cinema da cidade: o *Cine Borborema*, que foi inaugurado em 1948. Anos depois foi vendido ao Sr. Jovino Pereira da Costa e recebeu nova nomenclatura: *Cine Atlas* (FIG. 04). A exibição cinematográfica acontecia cerca de dois ou três dias da semana e era iniciada as 19:30 horas. Pouco antes, uma sirene soava por duas vezes e eram entoadas, através de uma difusora, diversas músicas anunciando que faltava pouco tempo para o filme começar.

Figura 04 - Cine Atlas. Cuité, 1950.



Fonte: Acervo do Museu Homem do Curimataú.

Para a sociedade cuiteense o cinema era tido como símbolo de modernidade e de requinte. Ao tratar sobre a construção e práticas dos espaços de namoro em Cuité na década de 1970, o historiador Araújo (2009) relata que eram poucos os “privilegiados” a frequentarem o cinema, tanto pela questão financeira quanto pela ordem disciplinar exigida pelos organizadores do local. Quem desobedecesse às regras comportamentais poderia ter suspensão sua entrada por um determinado período ou mesmo ser expulso do recinto.

O cinema não era o único local de acesso restrito à parcela social de maior *status* financeiro. Segundo Sobrinho (2005) as festas sociais, antes realizadas no mercado público, receberam um espaço sofisticado: o *Cuité Clube*, inaugurado em 1951. Nele foram realizadas grandes festas que geralmente reuniam a camada mais abastada da população cuiteense, as famílias tradicionais – como Viana da Costa, Venâncio e Fonseca – as lideranças políticas e convidados de Campina Grande e da capital João Pessoa. Os carnavais, os aniversários da associação fundadora do clube, as apresentações de orquestras, os bailes de debutantes e os eventos beneficentes eram palco para exibição de riqueza e poder (registros de alguns destes momentos na Figura 05 (Senhoras Fantasiadas no Carnaval do Cuité Clube, 1970) e na Figura 06 (Desfile de Miss no Cuité Clube, 1970), seguintes:

Figura 05 - Senhoras Fantasiadas no Carnaval do Cuité Clube, 1970.



Fonte: Acervo do Museu Homem do Curimataú.

Figura 06 - Desfile de Miss no Cuité Clube, 1970.



Fonte: Acervo do Museu Homem do Curimataú.

Historiadores como Pereira (2008), Sobrinho (2005), Araújo (2009) e Fonseca (2003) relatam as disparidades socioeconômicas acentuadas em Cuité com o desenvolvimento da cultura sisaleira. Podemos citar outro momento de relevância cultural e religiosa para grande parcela da comunidade cuiteense, que segundo relatos destes historiadores demonstrava uma forte dicotomia das classes no uso do espaço. Os produtores do sisal e seus convidados, de alto escalão, tinham direito a locais separados dos trabalhadores do campo e habitantes em geral durante as festividades em comemoração à padroeira local. Sobre este evento Araújo (2009) diz que:

a festa da padroeira (setembro) e suas grandes vaquejadas, leilões e procissões, seus parques de diversão, que fora ponto alto do reencontro das famílias cuiteenses que podiam dividir o espaço de uma barraca onde comendo e bebendo, ali injetavam-se impressões culturais daqueles que voltavam de centros urbanos como Campina Grande, João Pessoa, entre outros. (ARAÚJO, 2009, p. 28).

Figura 07 - Festa da Padroeira Nossa Senhora das Mercês. Cuité, 1956.



Fonte: Acervo do Museu Homem do Curimataú.

A foto acima (FIG. 07) é um registro da festa de Nossa Senhora das Mercês, considerada pela comunidade cristã católica como padroeira da cidade. Tal imagem revela um fato importante que representou a separação de classes no uso do mesmo espaço. Tratando-se de uma festa comunitária, teoricamente, todos os cidadãos poderiam circular livremente no espaço ocupado pelas atividades festivas. No entanto, a análise desta imagem nos apresenta uma realidade diferente. Na visão frontal da foto, observamos senhores e senhoras bem acomodados à mesa, posicionados abaixo do pavilhão – onde aconteciam o baile e os leilões beneficentes para Igreja –, servidos com fartura de bebidas e muito bem vestidos para época. Mesmo em tons de preto e branco, a imagem revela a nobreza dos tecidos (alguns aparentam ser veludo) das roupas femininas e a elegância dos ternos e chapéus (supostamente de camurça) dos senhores. Enquanto ao fundo da imagem, separados pelo cercado de madeira que contorna o pavilhão, estão senhores, senhoras e crianças. Grande maioria dos homens vestem camisas desnudas de ternos e seus chapéus se assemelham a chapéus de palha. Todos estão de pé e aparentemente aglomerados espacialmente de modo pouco confortável – apertados na multidão. Ou seja, estes possivelmente eram pessoas de baixo poder aquisitivo, que não poderiam dar lances durante o leilão e arrematar objetos para colaborar com as finanças da Igreja, em vista disso, não desfrutavam das mesmas regalias.

Segundo Fonseca (2003) outros eventos também apresentavam discriminação semelhante nos usos dos espaços. Sobre tais fatos o autor assim se pronuncia:

Durante esse período, manifestações culturais como a festa da Padroeira, vaquejadas e bailes carnavalescos ganharam destaque na região, graças ao aprimoramento e embelezamento dessas festas. Na realização destas festas, havia uma distinção entre as pessoas da classe alta e da classe baixa, uma vez que, em seu andamento, os grandes latifundiários procuravam impor sua situação econômica como modo de dominação política. Na festa da Padroeira, por exemplo, no momento referente ao leilão, havia uma disputa entre aqueles que diretamente também disputavam o poder local, quem arrematava por uma maior quantia não levava apenas o objeto leiloadado, mas também arcava com o prestígio e o destaque do momento festivo. Dessa forma, política, economia e cultura misturavam-se em meio às festividades de maior relevância (FONSECA, 2003, p.33 *apud* PEREIRA, 2008, p.33).

Ao fazer um resgate histórico geográfico constatamos que os objetos e porções espaciais da cidade, mencionados até o momento, não podem ser enxergados como simples locais de lazer ou edificações existentes graças ao capital disponível no momento. Eles apresentavam-se como lugares de significações, de valores, de costumes sociais e de segregação socioeconômica. Que se revelavam no modo em que os cidadãos faziam uso deles e de quais cidadãos os usavam. Por exemplo, as regras impostas aos frequentadores do cinema

não significavam apenas que era necessário obedecer a um grupo de proprietários, tratava-se de seguir a moral e bons costumes dos ditames sociais da época. Como afirma Santos (2006, p.77-78) “trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico”.

Refletindo sobre os relatos supra, é claramente perceptível que o período do sisal foi não somente de progresso como também de intensificação das desigualdades sociais. As melhorias e os investimentos do capital não se expandiram para todas as esferas da população. Não que em outro momento da história do município os bens tenham sido igualmente distribuídos. O fato é que, neste momento histórico a não socialização das riquezas foi mais evidente e perceptível entre grupos sociais, no uso dos lugares e no acesso ao lazer e aos serviços. Como afirmam Lessa e Tonet (2008, p. 80-81) com a ascensão do capitalismo a propriedade privada marca preeminentemente a vida social “e a razão da existência pessoal deixa de ser a articulação com a vida coletiva, para ser o mero enriquecimento privado. O dinheiro passa a ser a medida e o critério de avaliação de todos os aspectos da vida humana, inclusive os mais íntimos e pessoais”.

As melhorias para os trabalhadores foram pontuais e pouco relevantes de acordo com suas reais necessidades. Os trabalhadores, mesmo considerando a atividade do sisal como uma fonte de renda e uma consequente melhoria de vida, foram perversamente explorados e maltratados com longas horas de atividade diária, baixos salários e difíceis condições de trabalho árduo. Como relata Pereira (2008, p.47):

Além da jornada desgastante, as precárias condições de trabalho são responsáveis por graves problemas de saúde e por acidentes. Entre estes, o mais freqüente é a mutilação do puxador, que perde os dedos ou toda a mão na engrenagem da máquina de desfibramento. Os puxadores que ficaram inválidos no processo de desfibramento da folha no motor, aparentemente não tem nenhuma assistência social, visto que não tinham vínculos empregatícios e nem existia órgãos de apoio aos trabalhadores rurais.

Porém, poucos trabalhadores conseguiram enxergar a difícil situação a que eram submetidos. O período de auge da produção e comercialização do sisal, por volta da primeira metade da década de 1960, exigiu a contratação de mais mão de obra. Atraindo mais pessoas para as atividades do sisal que passaram a ser conhecidas como “novos trabalhadores”. Os “novos trabalhadores” encaravam este trabalho de modo diferente dos mais antigos. Estes últimos, guiados pelos valores tradicionais de gratidão aos proprietários das terras por lhes “conceder” trabalho, trabalhavam com satisfação e empenho. Enquanto grande maioria dos

trabalhadores chegados mais recentemente aceitava o trabalho no sisal pela ausência de outras opções de emprego e questionam a exploração que sofriam (PERREIRA, 2008, p.49).

Diante tal realidade, os reais beneficiados foram os grandes produtores que cresceram em poder, capital e quantidade como classe social. A respeito da acumulação capitalista na região sisaleira, Pereira (2008, p.33) afirma que: “Falar da prosperidade que o sisal trouxe no município é, antes de tudo, demonstrar uma realidade marcada por um antagonismo socioeconômico onde riqueza e pobreza caminhavam lado a lado seja na área cultural, na educação, na infraestrutura”.

Os “senhores” do sisal possuíam casarões no centro urbano do município, mais acesso aos equipamentos públicos, aos meios de mobilidade, aos eventos culturais e aos espaços reservados para lazer, além de poder de aquisição aos bens de consumo. Tiveram seu cotidiano e hábitos inovados, entre eles, os alimentares. Devido ao estreitamento das relações e trocas comerciais com centros urbanos maiores, a diversificação de produtos alimentares disponíveis no mercado interno tornou-se muito maior. Esta diversificação se deu tanto nas mercearias (que disponibilizavam principalmente industrializados), quanto na feira livre. Neste último espaço os produtos eram mais simples e baratos, logo, acessíveis também aos trabalhadores.

Vale salientar que o período pós Segunda Guerra Mundial foi de grandes transformações mundiais. As transformações produtivas, culturais e políticas vividas mundialmente após a década de 1950 – principalmente nos países inseridos ou em processo de inserção no sistema capitalista global – universalizaram também o consumo, os gostos e os hábitos sociais. Não necessariamente de maneira uniforme, mas em diferentes níveis e intensidades em cada local. A televisão, as rádios, o cinema e os jornais espalham padrões de consumo, comportamento, valores e ideias que afetam os lugares.

Desta maneira, quando falamos das alterações e readaptações ocorridas em Cuité como resultado do acúmulo e circulação do capital adquirido com a cultura do sisal, temos a consciência de que foram fortemente influenciadas pela realidade técnica, cultural e econômica das escalas superiores ao local. A posse de capital permitiu maior integração e acesso ao poder político e econômico, às transações comerciais, às tendências da moda, ao lazer, às informações, aos valores e às ideias globais; possibilitando ao local reinventar-se.

Porém, a demasiada ostentação das famílias produtoras de sisal começou a ser ameaçada. No final da década de 1960 os primeiros sinais da crise apareceram em escala regional. Os fios e cordas sintéticas, derivadas do petróleo (polipropileno), ganharam mais

espaço no mercado por apresentarem menor custo e melhor qualidade, desvalorizando a fibra do sisal.

Diversos lugares produtores do agave, na região Nordeste, foram afetados por esta desvalorização. De acordo com o Censo agropecuário do IBGE (1978) nos anos de 1970 o sisal contribuiu somente com 6% do total das exportações do Nordeste, e na Paraíba este produto significou um total de 67,1% das exportações. Costa (1989, p.23-24) afirma que:

De 1966 a 1972, acaba-se a política de preços mínimos, e o Banco do Brasil passou a financiar novos plantios de sisal apenas para as regiões do Curimataú, Seridó e Cariris Velhos, porque na década de 60 muitos proprietários tiveram de se desfazer dos seus patrimônios para cumprir compromissos bancários e a estrutura de comercialização passa de atomizada para oligopsônica: em 1960 existiam 34 empresas exportando sisal na Paraíba, em 1974 existiriam apenas quatro: a CRISPIM - Companhia Paraibana de Sisal; P. SABINO em Campina Grande; SOARES DE OLIVEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A em João Pessoa e Companhia Sisaleira de Cuité (COSITE) em Nova Floresta.

A produção sisaleira em Cuité resistiu à crise por quase uma década, mas não conseguiu fugir totalmente dela. A desvalorização da fibra em mercado mundial atingiu a comercialização da fibra cuiteense. Em 1967 a produção alcançou a marca de 17.500 toneladas, dez anos mais tarde obteve apenas a produção de 8.781 toneladas.

As ações aplicadas para dar continuidade à produção do sisal foram paliativas. Não houve dedicação à implantação de técnicas mais modernas de plantio e as máquinas de desfibramento, que já estavam obsoletas, não foram substituídas ou aperfeiçoadas. Assim, devido à inexistência de investimento em tecnologia, para que realização do plantio e beneficiamento da fibra fossem barateados, não foi possível tornar a fibra do sisal menos custosa. E as fibras sintéticas, sendo de qualidade superior e de menor custo de produção, ocuparam o lugar do sisal no mercado externo.

Ano após ano a produção declinou e várias fazendas produtoras foram abandonadas, vendidas ou disponibilizadas para arrendamento e parceria. Houve uma progressiva diminuição das áreas destinadas à colheita do sisal. Como mostram os dados do Censo Agropecuário do IBGE, do período de 1990 a 2012, expostos no Quadro 01, abaixo:

Quadro 01- Área Destinada à Colheita de Sisal.
Cuité, 1990 a 2012.

Área Destinada à Colheita de Sisal (fibra)	
ANO	HECTARES
1990	10.000
1991	12.000
1992	9.000
1993	6.704
1994	7.000
1995	7.000
1996	2.500
1997	1.3000
1998	2.000
1999	1.000
2000	1.000
2001	1.000
2002	500
2003	500
2004	500
2005	500
2006	500
2007	500
2008	500
2009	500
2010	500
2011	400
2012	500

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, (2013).

Além das vendas e abandonos das plantações de sisal, alguns plantios foram queimados ou arrancados para dar lugar à pecuária, à fruticultura e a cultivos de subsistência como feijão e milho. Assim, um período de lucratividade e de crescimento é substituído por um período de crise e de tentativas de reerguer a economia local.

2.3 Cuité em declínio econômico: transição e readaptação

Com a decadência da cultura sisaleira a economia cuiteense sofreu impactos negativos muito fortes. A década de 1980 foi marcada pelo declínio econômico e pela intensificação dos problemas sociais causados pelo desemprego. De acordo com Santos (2012b, p. 98) “formas materiais e não materiais de vida se mantêm mutuamente integradas com o processo produtivo”.

Como alternativa à crise, os produtores introduziram o cultivo de frutas regionais permanentes ou temporárias, como: caju, maracujá, goiaba, pinha, graviola e jaca. O relatório do Diagnóstico Socioeconômico Municipal de Cuité realizado pelo SEBRAE/PRODER

corroborar estas informações. De acordo com esta instituição, na década de 1990 a cultura agrícola de maior capacidade produtiva passou a ser a fruticultura. Como mostra o trecho seguinte retirado deste documento:

O município encontra-se em fase de transição, com relação à sua vocação econômica, pois, os produtos de maior expressão econômica, o algodão e o sisal (agave) estão praticamente extintos. Com isso, o estágio atual é o de busca de um procedimento econômico alternativo que substitua os produtos agrícolas [...]. Por sua vez, a grande dificuldade de financiamento das atividades produtivas, contribui enormemente para que a economia do município beire a estagnação. Neste contexto, o município de Cuité, praticamente compra tudo que precisa de outras regiões, impossibilitando a circulação de riquezas internamente, empobrecendo mais ainda a população, com reflexos altamente negativos para o setor público municipal (SEBRAE/PRODER, 1996, p. 28).

No entanto, até o presente momento, estas culturas não alcançaram a mesma significância produtiva e econômica do sisal. Observando o Quadro 02, abaixo, pode ser comparada a potencialidade das produções permanentes cultivadas no município por um período de vinte e dois anos.

Quadro 02 – Quantidade de Produção de Lavouras Permanentes. Cuité, 1990 a 2012.

ANO	LAVOURA PERMANENTE (Toneladas)						
	Algodão (em caroço)	Banana (cacho)	Castanha de Caju	Goiaba	Manga	Maracujá	Sisal (fibra)
1990	30	-	-	-	-	-	8.000
1991	-	-	-	-	-	200	8.400
1992	-	-	36	-	-	200	6.300
1993	-	-	36	-	-	2.100	1.800
1994	-	12	600	-	600	3.200	4.900
1995	-	12	1.200	-	600	6.400	5.600
1996	-	6	660	120	500	6.600	1.300
1997	-	2	546	120	60	5.720	780
1998	-	8	530	150	500	1.500	700
1999	-	32	540	300	1.250	3.600	700
2000	-	32	720	300	1.50	7.200	800
2001	-	107	270	40	270	135	350
2002	-	107	270	40	90	90	350
2003	38	106	336	39	89	89	349
2004	14	-	336	40	90	150	350
2005	17	-	336	40	90	120	350
2006	17	-	336	40	90	120	350
2007	17	-	336	40	90	120	350
2008	-	-	336	40	90	360	350
2009	-	-	336	40	90	90	350
2010	-	-	300	40	90	300	300
2011	-	-	150	40	90	160	320
2012	-	-	53	26	90	120	400

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, (2013).

A tentativa de tornar a fruticultura economicamente tão importante e lucrativa quanto o sisal não deu certo por muito tempo. Dentre os cultivos que mais cresceram em produção foram a da castanha de caju e do maracujá, principalmente entre os últimos anos do século XX e início do século XXI. Porém, a produtividade diminuiu ao passar da primeira década deste último século e esta atividade não se mostrou relevante para a geração de capital, de empregos e de renda.

As dificuldades em manter em ascensão produtiva das atividades agrícolas e de introduzi-las no mercado, de forma mais lucrativa e estável, podem ser explicadas pelo fato dos produtores não possuírem técnicas de plantio que propiciassem melhorias qualitativas e quantitativas na produção. A fruticultura exige tecnologia sofisticada e manejo adequado durante a produção, a colheita, o armazenamento e o transporte até o destino final, para que seja assegurada a qualidade das frutas.

Como ocorre em nível nacional, a agricultura cuiteense apresenta problemas de ordem técnica, econômica e política que se refletem fortemente na qualidade e quantidade da produção. E consequentemente, na capacidade de competição no mercado de vendas. Alguns exemplos destes problemas são a ausência de uso técnicas adequadas para as características naturais da região, o mau uso das terras, a falta de investimentos do Estado ou a maneira como estes financiamentos são realizados, e a escassez e o mau aproveitamento da água.

Com as atividades agrícolas fragilizadas e os demais setores da economia também sem crescimento significativo, o município passou a ter como principais atividades o comércio local e a agricultura de subsistência.

Entretanto, cabe ressaltar que comércio informal da feira livre desempenha uma relevante função econômica para o município. E a rede de serviços e comércio formal ainda apresentava-se pouco diversificada. Como pode ser observado as informações do Quadro 03, que apresenta o número de empresas e outras organizações econômicas fundadas entre as décadas de 1980 até a primeira metade da década de 2000.

Quadro 03 – Número de Empresas e Outras Unidades Econômicas por Ano de Fundação, Cuité 1981 a 2005.

Classificação Nacional de Atividades Econômica	ANO DE FUNDAÇÃO					
	1981a 1990	199a 1995	1996 a 2000	200 a 2003	2004	2005
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1	2	1	-	-	-
Indústria extrativista	-	-	-	-	-	-
Indústria de transformação	1	-	3	-	-	-
Eleticidade e gás	-	-	-	-	-	-
Água, esgoto, gestão de resíduos	-	-	-	-	-	-
Construção	-	1	1	-	-	-
Comércio, reparação de veículos automotres e motocicletas	19	14	28	16	7	7
Transporte, armazenamento e correio	-	-	-	-	-	-
Alojamento e alimentação	1	2	-	1	-	-
Informação e comunicação	-	-	-	-	-	-
Financeira, de seguro e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-
Imobiliária	-	-	-	-	-	-
Profissionais, científicas e técnicas	1	2	-	-	-	-
Administrativas e serviços complementares	-	-	-	-	-	-
Administração pública, defesa e seguridade social	1	1	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Saúde humana e serviços sociais	-	-	-	1	-	-
Artes, cultura, esporte e recreação	-	-	-	1	-	-
Outras atividades de serviços	3	2	20	8	3	3
Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-

Fonte: Cadastro de Empresas do IBGE (2013).

A partir da década de 1980 até meados da primeira década do século XXI houve maior abertura de empresas ou organizações econômicas no setor terciário. Estas atividades não são especificadas no quadro, mas de acordo com nossas observações empíricas podemos afirmar que formam uma rede de comércio e serviços básicos que atendem somente a demanda local e de algumas das pequenas cidades da região.

Os estabelecimentos comerciais e de serviços que predominavam na área urbana municipal caracterizavam-se por pequenos estabelecimentos, como exemplo: os minimercados, as mercearias, as bodegas, as drogarias, as lojas de variedades domésticas e de vestuários, os açougues, as padarias, as lojas de móveis e de eletrodomésticos, os bares, os botecos, os salões de beleza, as academias de musculação e os ateliês de costura. Ou seja, estabelecimentos que prestavam serviços ou vendiam produtos do consumo cotidiano das pessoas que moram na área urbana e em seu entorno, ou mesmo em cidades mais próximas.

Assim, a rede de comércio e serviços cuitense não atraía um contingente elevado de investimentos ou de consumidores. Para Fresca (2010) as pequenas cidades ainda são responsáveis por atender as necessidades imediatas de consumo da população, no entanto,

estes locais tem se modificado, constantemente, em detrimento da atuação do capital. Em suas palavras:

os bens e serviços tornaram-se muito mais abrangente em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana. Mudanças quantitativas e qualitativas vem ocorrendo no terciário das pequenas cidades, suprimindo em parte, demandas de seu mercado consumidor, seja pela presença dos estabelecimentos físicos, bem como pelo comércio via internet. Esta última possibilidade de aquisição de bens, articulado à renda dos consumidores, tem provocado muitas modificações nos anteriores esquemas de análise do terciário (FRESCA, 2010, p.78).

Durante a década de 1990 o Brasil se integrou com mais força ao contexto da globalização¹⁰, desse modo, as relações de reprodução capitalistas passam a exigir cada vez mais inovação técnica e científica. Entretanto, as atividades produtoras de bens e de serviços efetivadas em Cuité, majoritariamente, realizavam-se com estrutura ainda tradicional. A economia cuiteense ainda girava em torno da produção primária realizada sem aparato tecnológico suficiente para se estabelecer no mercado do agronegócio.

Santos (2012a, p. 86), tomando como paradigma as considerações de diversos autores sobre a definição de cidades, conclui que a pequena cidade “não gera seu crescimento a partir de sua economia local e nunca o fez; as exportações que ocasionalmente pôde realizar não conseguiram criar, depois, um crescimento auto-sustentado”. Deste modo, a população com maior poder aquisitivo recorre aos centros maiores para ter acesso a bens e a serviços mais sofisticados.

Assim, a economia cuiteense após a crise da cultura do sisal não conseguiu se reintegrar, significativamente, ao contexto econômico regional. Grande parte dos serviços mais especializados como os bancos, as clínicas, os ambulatórios e os de bens diversificados são supridos pelas cidades próximas de maior dinâmica funcional e comercial.

Várias áreas que estavam ligadas à produção do sisal não conseguem mais absorver a demanda de trabalho. E o lento desenvolvimento das potencialidades locais e a pouca diversificação das atividades econômicas acarretam a diminuição do emprego e da geração de renda. As principais fontes de renda fixa, para maior parte da população cuiteense, passaram a ser o funcionalismo público, as atividades comerciais, os recursos provenientes de benefícios

¹⁰ De acordo com Averbug (1999) a década de 90 foi palco de mudanças significativas na política de comércio exterior brasileira. A nova política industrial e de comércio exterior, somados a estabilidade inicial do Plano Real facilitaram e intensificaram as relações exteriores do Brasil com diversos países e blocos econômicos, como o Mercosul, Alca e União Europeia. Exigindo mais tecnologia em serviços e produção de bens para maximizar os benefícios e minimizar os custos inerentes ao processo.

previdenciários e os repasses de renda por parte das políticas assistencialistas federais. Estas rendas fixas impulsionavam as atividades de circulação e consumo de mercadorias.

No entanto, as atividades assalariadas seguiram num ritmo de crescimento muito lento e inconstante. Como demonstram os dados apresentados no Quadro 04, a seguir:

Quadro 04- Evolução Anual do Número Total de Pessoas Ocupadas Assalariadas, 1996-2004.

Total de Pessoas Ocupadas Assalariadas									
Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	799	716	665	687	909	899	776	865	822

Fonte: Censo Demográfico IBGE, Banco de Dados (2013).

O agravamento das condições econômicas e sociais pode ter incentivando a emigração. Assim, o crescimento populacional, que elevou-se no período de auge da produção do sisal, declinou a partir da década de 1990 – fato influenciado também por diversos outros fatores culturais, econômicos e sociais que foram significantes a partir deste período para o declínio nas taxas de natalidades, em grande parte do Brasil e do mundo. O Quadro 05 apresenta a evolução do total populacional de Cuité entre os anos de 1970 a 2010.

Quadro 05- Evolução Populacional de Cuité, PB. 1970-2010.

Total Populacional						
ANO	1970	1980	1990	1996	2000	2010
Quantitativo Populacional	18.249	22.312	23.153	22.515	19.946	19.978

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1970-2000. Banco de Dados (2013).

Outro dado que fortalece esta hipótese de emigração é a variação no número total de unidades residenciais ocupadas (urbanas e rurais), que no ano de 1991 somavam 5.207 passaram a 5.103 no ano de 2000. Havendo também uma queda na média de ocupação residencial, que passou de 4,4 em 1991 a 3,9 moradores por domicílio no ano de 2000 (IBGE, 1990-200). Segundo Sobrinho (2005) no ano de 2005 a malha urbana cuiteense contava com uma infraestrutura de 120 ruas, avenidas e travessas, 3 vilas e 8 praças. Neste sentido, o lento crescimento demográfico ou mesmo o crescimento negativo podem ser identificados na ocupação da área urbana do município.

Quanto a introdução de equipamentos urbanos, o melhoramento da infraestrutura e o crescimento da malha urbana cuiteense, da década de 1990 até os primeiros anos do século XXI, também ocorrem com lentidão quando comparados ao período de auge produtivo do sisal.

Entretanto, mesmo ficando à margem dos complexos e dinâmicos modos de trabalho, serviços e comercialização da fase *técnico-científico-informacional*, o município de Cuité sofre influências da mundialização e continua alterando-se culturalmente. A transformação cultural é resultante não somente de fenômenos em escala local, mas, o Brasil e o mundo passam por transformações muito profundas com a intensificação do processo de globalização e sua consequente mundialização.

A diminuição no fluxo do capital no município de Cuité desencadeou a extinção ou metamorfose de alguns hábitos tradicionais e culturais que não resistiram à ausência de investimentos. O *Cine Atlas*, na década de 1980, foi vendido e poucos anos mais tarde fechou as portas; somente no início do século XXI foi reinaugurado como teatro. O *Cuité Clube* também perdeu seu papel de palco das festas luxuosas e começou a ser utilizado em outras atividades, principalmente para execução de programas sociais, reuniões comunitárias e durante muitos anos como sede do Fórum Eleitoral da 24ª Zona Eleitoral.

Algumas festas tradicionais e eventos deixaram de ser realizados e perderam espaço para outras atividades, como exemplo os shows de bandas de forró. “Atualmente, tem-se verificado uma valorização das manifestações culturais, como os eventos festivos, cada vez mais espetacularizados não só nos grandes centros urbanos, como em pequenas e médias cidades” (CASTRO, 2010, p.110).

Somente algumas festas resistiram, como as religiosas de Natal, da padroeira e as festividades juninas. As relações sociais cotidianas estabelecem uma mediação entre a aceitação e a recusa, a transformação e a adaptação. Assim sendo, o contato com o global não extingue totalmente as particularidades locais.

Podemos identificar que os processos demográficos e espaciais de reestruturação e reprodução da cidade, em sua (i)materialidade, também são influenciados pela (re)organização do trabalho e pelas relações decorrentes da constituição do modo capitalista. Estes fenômenos, intensamente interligados, são responsáveis pela dinâmica da cidade. Como afirma Thomaz Jr. (2004, p.13):

Então, diante da multiplicidade de formas de expressão do trabalho que se materializa concomitantemente sob os diferentes arranjos do metabolismo societário, temos os formatos que a sociedade expressa territorial e espacialmente. Os conseqüentes significados que desses cenários extraímos, quando os recortamos para estudar (analisar geograficamente), expressam consoante à especificidade dos lugares, a magnitude e o conteúdo da trama de relações combinadas e contraditórias que nada mais são do que o movimento plural de edificação do mundo do trabalho e o seu devir ontológico.

O processo do trabalho constrói a sociedade em seus símbolos e materialidades, colaborando para a criação e recriação das especificidades do urbano e da cidade, pois cada forma de trabalho exige uma arrumação espacial específica.

Neste sentido, o município de Cuité não entrou em estado de inércia com a decadência da cultura sisaleira, mas passou a movimentar-se de acordo com novos ditames, em ritmo diferenciado e de um novo contexto político, econômico, social e cultural. Entretanto, esta fase histórica também esteve vulnerável à ação de sujeitos políticos, econômicos e civis, e à constante modificação social, econômica, cultural e espacial. Algumas destas transformações mais recentes discutiremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3 - PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CES EM CUITÉ: força de atuação dos sujeitos sociais

A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Milton Santos

A geopolítica governamental brasileira nas duas últimas décadas tem se esforçado para estreitar as relações entre os demais Estados mundiais e alcançar maior inserção e significação no mercado econômico global. Para tanto, o Estado necessita criar estratégias que colaboram com a sustentação das esferas capitalistas e elaborar um cenário territorial que viabiliza a ampliação e mobilidade dos mercados, dos produtos e serviços, a flexibilidade dos processos de trabalho, a criação de infraestruturas sólidas e a revolução tecnológica. Em outras palavras, para atender as exigências do mercado internacional e manter-se incluso no panorama global, o país precisa aperfeiçoar constantemente seu arranjo territorial de funcionamento científico e técnico. E a realização destas estratégias expressa a demanda quantitativa e qualitativa por instrução profissional e científica.

Estudos de organizações internacionais, como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO¹¹, demonstram que o desenvolvimento social e econômico dos países tem uma relação direta com o nível de escolaridade de sua população. Comprovações deste cunho dão embasamento ao discurso humanitário internacional sobre o desenvolvimento social e incentivo à igualdade para os cidadãos, tanto no cumprimento dos direitos humanos quanto ao acesso aos bens materiais. Este acesso é viável a partir de uma formação educacional que possibilite a inclusão no mercado de trabalho, ou seja, a partir de uma articulação entre educação, economia e trabalho.

Tais fatos – causas de ordem social, cultural, política e essencialmente econômica – tem induzido investimentos públicos e privados em qualificação profissional por meio da expansão dos cursos técnicos e superiores.

Segundo Amorim (2010) a expansão de Instituição de Ensino Superior-IES, privadas ou públicas, demonstram uma tendência de organização do ensino superior no Brasil tendo

¹¹ UNESCO. Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2009. 112 p.

em vista as novas determinações impostas pelo capitalismo global e direcionadas à modernização do Estado e à reprodução ampliada do capital.

Assim, as políticas nacionais que promoveram reformas no sistema de ensino passaram a crescer significativamente na última década do século XX. De modo mais intenso na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso e com progresso contínuo nos governos de Luiz Inácio (Lula) e Dilma Rousseff. Ao tratar das transformações e avaliação do ensino superior no Brasil, do período de 1995 a 2009, José Dias Sobrinho (2010) afirma que:

A Educação Superior deve responder a desafios ou ao menos ajudar a solucionar problemas tão díspares e importantes, muitas vezes contraditórios, como os da produção da alta tecnologia, formação de mão-de-obra de alto nível, treinamento para atendimento de demandas imediatas do mundo do trabalho, formação qualificada para ocupações de tipo novo, formação para inovação, preservação e desenvolvimento da alta cultura, recuperação da cultura popular, educação continuada, formação para o empreendedorismo, promoção da cidadania e da consciência da nacionalidade, inserção no mundo globalizado e compreensão das transformações transnacionais, capacitação de professores de todos os níveis, formação de novos pesquisadores, ascensão social de grupos desfavorecidos, impulso à grande indústria, apoio a pequenos produtores, pesquisa de ponta, tecnologia de baixo custo e de aplicação direta na agricultura e nos serviços, desenvolvimento local, nacional e regional, atendimento às carências de saúde da população, sucesso individual e tantas outras exigências carregadas de urgências e, em todo caso, de difíceis respostas (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 13-14 *apud* DIAS SOBRINHO, 2010, p. 196).

A educação assume papéis de ordem social, cultural, política e econômica que não podem ser negados ou negligenciados. No entanto, a sua realização com qualidade e com resultados positivamente concretos é um processo complexo e de difícil execução por envolver uma gama de variáveis.

Uma das ações do Estado para expandir e melhorar a educação superior no Brasil tem sido a execução de programas de expansão e reestruturação das instituições federais. No entanto, muitas vezes, o Estado se exime do dever de fornecer diretamente este serviço à sociedade e atua em parceria com as instituições de ensino superior privadas, democratizando o acesso a estas instituições por meio de programas de financiamento e concessão de bolsas para estudantes, como o FIES¹² (Fundo de Financiamento Estudantil) e o ProUni¹³ (Programa Universidade para Todos).

¹² O Fundo de Financiamento Estudantil-FIES é um programa do Ministério da Educação que concede financiamento de graduação para estudantes matriculados em instituições de ensino superior privadas.

¹³ O Programa Universidade para Todos-ProUni atende estudantes de baixa renda a partir da oferta de bolsas integrais e parciais em cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior (MEC, 2008).

A iniciativa privada tem recebido maior apoio do Estado aos seus meios de expansão da educação superior, que cresce alarmantemente quando comparada as instituições públicas federais, estaduais e municipais. Como mostram os dados expostos no Quadro 06, que apresenta a comparação da evolução no número de matrículas em curso presenciais e a distância do ano de 2003 e 2012 entre escolas públicas e privadas.

Quadro 06 - Brasil, 2003-2012. Número de matrículas em cursos presenciais e a distância.

ANO	TOTAL	PÚBLICAS	PRIVADAS
2003	3.9360,933	1.176,174	2.760,759
2012	7.037,688	1.897,376	5.140,312

FONTE: INEP, Banco de Dados (2003,2012).

Os dados acima revelam que a ampliação de vagas do ensino superior no Brasil se deu principalmente a partir da proliferação das universidades e faculdades privadas. O que pode ser um demonstrativo que o Estado não consegue abarcar o aumento da demanda por formação superior, assim, a parceria com as instituições privadas contribui com a redução de gastos com educação superior.

Esta realidade não é resultado de fatos recentes, e sim, de um longo processo histórico de negligência com a educação pública brasileira e de abertura e apoio ao investimento privado. Por meio da Lei 5.540/68 tornou-se maior a viabilização e o estímulo à instalação de instituições privadas de ensino superior, assim, o controle do mercado neste segmento educacional ampliou-se cada vez mais. Como afirma Saviani (2010, p.11):

a organização da universidade no Brasil, vem sendo reajustado pela incorporação de elementos do modelo anglo-saxônico em sua versão norte-americana. Nesse modelo a prevalência da sociedade civil enseja um maior estreitamento dos laços da universidade com as demandas do mercado. É essa a situação que estamos vivendo hoje quando vicejam os mais diferentes tipos de instituições universitárias oferecendo cursos os mais variados em estreita simbiose com os mecanismos de mercado.

O aumento do número de instituições de ensino e de vagas também tem ocorrido por parte das IES públicas, mas, num ritmo menor ao das particulares. As políticas implementadas pelo Estado, com o objetivo de amenizar esta situação, mesmo alcançando resultados significativos ainda não se mostram suficientes diante a realidade nacional da educação superior.

Entre estas políticas relacionadas ao ensino superior público, destacamos – por razões particulares à pesquisa – o *Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior*, sobre

o qual relataremos a seguir algumas características. Consideramos significativo o conhecimento de informações, objetivos e critérios de aplicação deste programa em território nacional e no estado da Paraíba para compreendermos a origem e o processo de criação do Centro de Educação e Saúde-CES no município de Cuité, PB.

Posteriormente, no decorrer deste capítulo, centraremos nosso debate em algumas questões políticas fomentadas pela execução deste programa no município supracitado. Propomo-nos a discutir a atuação dos sujeitos locais envolvidos neste momento de realização do *Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior*, enxergando-os como formadores de conflitos e de ações construtoras da história. Para tanto, confrontamos as peculiaridades e as informações reveladas em seus relatos sobre este momento histórico com informações disponíveis em fontes oficiais da UFCG.

3.1 Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior

No ano de 2003 o Ministério da Educação (MEC) e o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovaram o *Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior*, de acordo com a Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Segundo os órgãos¹⁴ federais de educação entre os objetivos de maior importância do programa de expansão estão a ampliação, a interiorização e a redistribuição regional da rede de Instituições Federais de Ensino Superior-IFES.

Os demais objetivos visam promover a formação de profissionais qualificados e estimular a permanência dos mesmos nas regiões do interior do Brasil, fomentar o desenvolvimento regional e potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades com as políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais. Desta forma, propõe atenuar problemas de ordem social e econômica em todo território nacional ao viabilizar o acesso à educação superior pública, diminuir as desigualdades de ofertas de cursos e vagas existentes entre as diferentes regiões brasileiras, democratizar este segmento de ensino descentralizando-o das áreas metropolitanas e fortalecer o desenvolvimento econômico das regiões a partir da implantação de novos *campus*.

¹⁴ Cadernos do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil-GEA, n. 3, jan.-jun. 2013.; Universidade Federal de Campina Grande (2005). PLANEXP-Plano de Expansão Institucional.; MEC - Ministério da Educação e Cultura (2010). Expansão da educação superior e profissional tecnológica: mais formação e oportunidade para todos.

Porém, esta política ainda é muito questionada com relação aos seus resultados qualitativos. Vários estudiosos renomados no cenário da educação nacional – como Sobrinho (2010), Cunha (2004) e Oliven (2012) – tem criticado o deslocamento do ensino superior para o interior dos estados brasileiros. Segundo estes autores a academia distanciou-se de grande parte do aparato necessário ao seu ideal funcionamento, como bibliotecas, laboratórios e arquivos públicos.

Em artigo científico, intitulado *Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e mercado*, Cunha (2004) nomeia esse processo de interiorização das IES por “paroquialização do ensino superior”, expõe problemas de ordem qualitativa das instituições e propõe mudanças para a melhoria na qualidade do ensino, entre suas propostas:

A reconcentração das IES, inclusive na dimensão geográfica, é condição necessária para a melhoria da qualidade do ensino superior. Sem ela, todas as demais medidas serão inócuas. A contrapartida da reconcentração institucional e geográfica das IES é o ensino a distância e o oferecimento de facilidades de moradia para os estudantes nas cidades onde o ensino superior pode ser de fato realizado (CUNHA, 2004, p. 813).

E com relação às questões políticas deste programa, Silva e Ourique (2012, p. 223) afirmam que ele foi implementado “de forma a atender demandas históricas de lideranças político-partidárias. [...], as iniciativas eram tomadas pelo governo federal com pouco diálogo com as Ifes e precário reconhecimento de sua autonomia”.

Essas observações não deixam de ter relevância e demonstram as fragilidades do programa, que necessitam ser refletidas e solucionadas. O MEC, a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação, iniciou no ano de 2008 um segundo programa chamado de *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI) – dando continuidade ao *Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior* e objetivando minimizar problemas como os mencionados anteriormente, de ampliar ainda mais o acesso e a permanência dos alunos nos cursos, de aprimorar a estrutura física e de possibilitar maior proveito dos recursos humanos e financeiros das universidades.

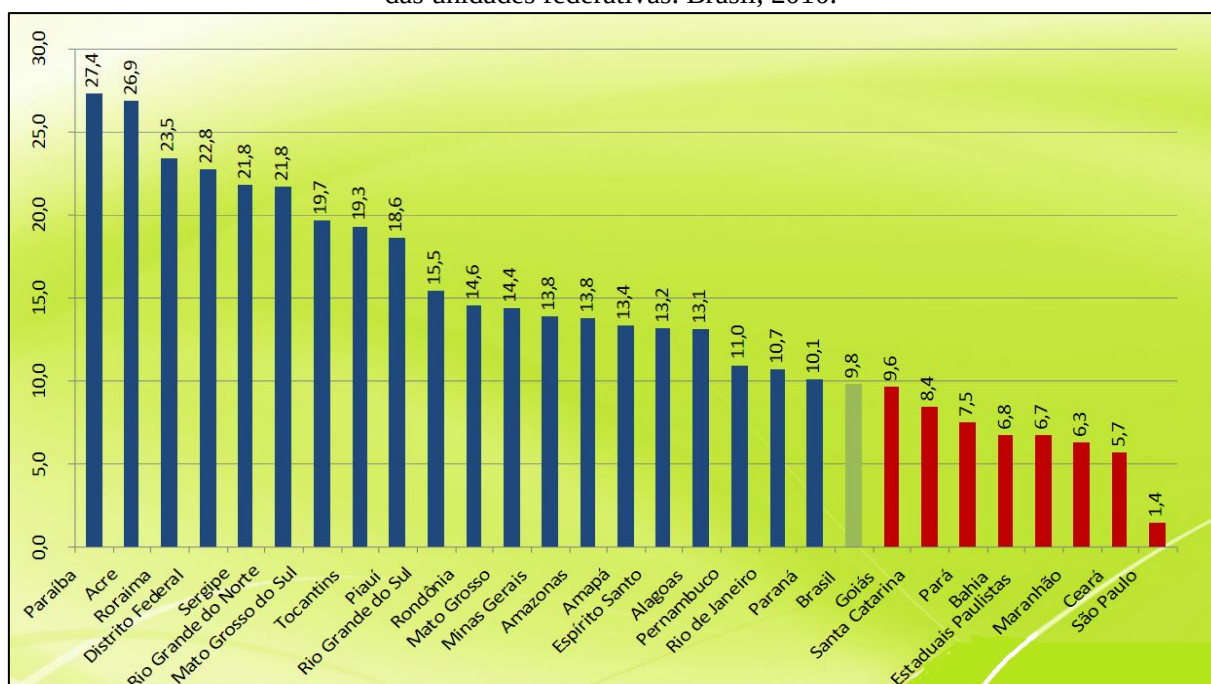
Com relação ao *Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior*, os resultados do censo da educação superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Evolução-INEP, demonstram que foi alcançada uma parcela significativa dos objetivos. Do ano inicial até o ano de 2010 foram criados em todo território nacional 214 institutos federais de educação profissional e tecnológica, 14 universidades e 126 *campus* de ensino superior. Ainda objetiva-se a abertura de mais 47, somando 321

campus de ensino superior federais até o fim do ano de 2014. Quando a execução da segunda parte do programa estiver completa, cerca de 80.000 novos alunos terão acesso ao ensino superior público.

Neste contexto, a atuação do *Programa de Expansão* contribui para o crescimento no número de instituições, vagas e matrículas em praticamente todo o território nacional. Uma das regiões do Brasil mais beneficiadas por estas ações foi a Nordeste, pois, desde o início de atuação do *Programa de Expansão* detinha prioridade nas ações deste programa. Esta prioridade justifica-se pelo fato de que no ano de 2003 obteve apenas 16,6% das matrículas em cursos de graduação presencial efetuadas em todo o país (UFCG, 2005, p.09).

Dados apresentados pelo MEC (2010) comprovam que o *Programa de Expansão* conseguiu ampliar significativamente o número de vagas nas IFES nos estados do Norte e Nordeste. Como constata-se no Gráfico seguinte:

Gráfico 01- Número de vagas das universidades federais para cada 10 mil habitantes das unidades federativas. Brasil, 2010.



Fonte: MEC, 2010. Adaptado por: Maria Verônica de Azevedo Gomes.

No ano de 2010, dentre as dez unidades federativas com maior número de vagas, proporcional à população habitante, sete faziam parte das regiões Nordeste e Norte. Outro dado que chama atenção é o crescimento de vagas das IFES na Paraíba, atualmente possui um total de 11 *campus* e é o estado brasileiro com maior oferta de vagas em instituições federais de ensino superior em proporção à parcela populacional, com 27,4 vagas para cada 10 mil habitantes (MEC, 2010, p.12).

3.2 Processo de implantação do Centro de Educação e Saúde-CES.

A execução do *Programa Nacional de Expansão* na Paraíba teve apoio da Universidade Federal de Campina Grande. A UFCG foi institucionalizada no ano de 2002, quando o *campus* de Campina Grande desmembrou-se da UFPB e tornou-se autônomo. No ano seguinte a UFCG iniciou seu processo de expansão com a criação da primeira Universidade Camponesa (UniCampo) do Brasil no município de Sumé, no Cariri paraibano.

Segundo o relatório do Planexp (UFCG, 2005, p.26) a experiência com o *campus* avançado no Cariri impulsionou o desenvolvimento do segundo ciclo de formação do projeto da UniCampo. Assim, no ano de 2004, elaborou-se um projeto de instalação do segundo *campus* da Universidade Camponesa no município de Barra de Santa Rosa, situado no Curimataú da Paraíba. A microrregião Curimataú Ocidental paraibano teria sido escolhida por apresentar uma configuração econômica agrícola. O projeto foi submetido ao Edital Petrobrás Fome Zero, mas, não foi aprovado e acabou não sendo executado.

Este momento, primeiros anos do século XXI, coincidiu com o início das ações do *Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior* e com as primeiras discussões sobre a expansão do parque universitário federal em todo o Brasil. A Administração Central da UFCG assumiu o compromisso de atuar em parceria com este programa em território estadual, e criou, em 2005, a Secretaria de Projetos Estratégicos-SPE para idealizar e executar as ações necessárias.

A equipe da SPE (formada pelo secretário Márcio de Matos Caniello, Ramilton Marinho Costa e Martinho Queiroga Salgado) elaborou o *Plano de Expansão Institucional-Planexp* como o objetivo principal de:

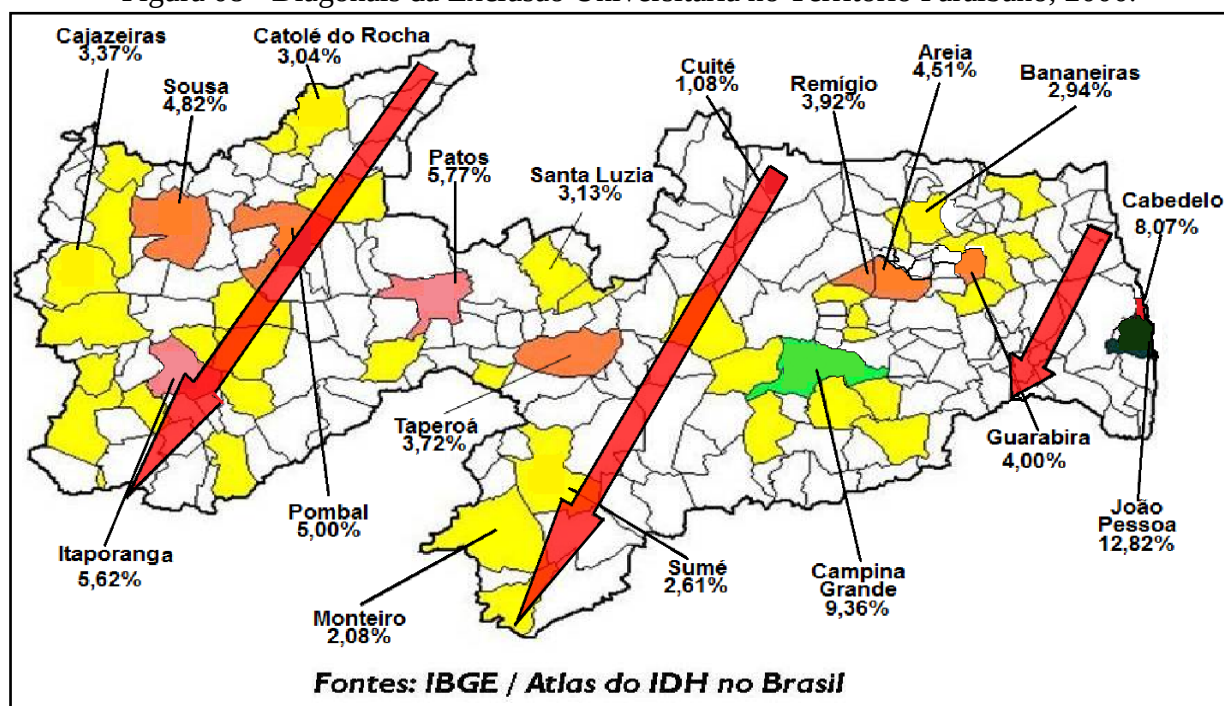
expandir o escopo das ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Campina Grande de maneira a ampliar e democratizar o acesso da população aos produtos e processos da universidade, contribuindo assim para a consecução das metas consignadas na Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, do Plano Nacional de Educação-PNE (UFCG, 2005, p.08).

A partir da análise de dados resultantes de um estudo realizado pela Administração Central da UFCG e do censo demográfico do IBGE (2000), a SPE identificou as áreas paraibanas em que os jovens detinham menor acesso a educação superior e criou as *diagonais da exclusão universitária*.

As diagonais eram retas que atravessavam de norte a sul o território da Paraíba e distribuíam-se entre as quatro mesorregiões: a primeira traçada na Zona da Mata (de norte da

microrregiões do Litoral Norte até o sul da microrregião de Sapé); a segunda estendia-se de noroeste do Agreste Paraibano até o extremo sul da Borborema (abrangendo as microrregiões do Curimataú, Seridó e Cariri); e a terceira no Sertão (atravessava as microrregiões de Catolé do Rocha, Souza, Piancó e Itaporanga). A representação espacial das *diagonais da exclusão universitária* está apresentada na Figura 08, abaixo:

Figura 08 - Diagonais da Exclusão Universitária no Território Paraibano, 2000.



Fonte: UFCG, 2005. Adaptado por: Maria Verônica de Azevedo Gomes.

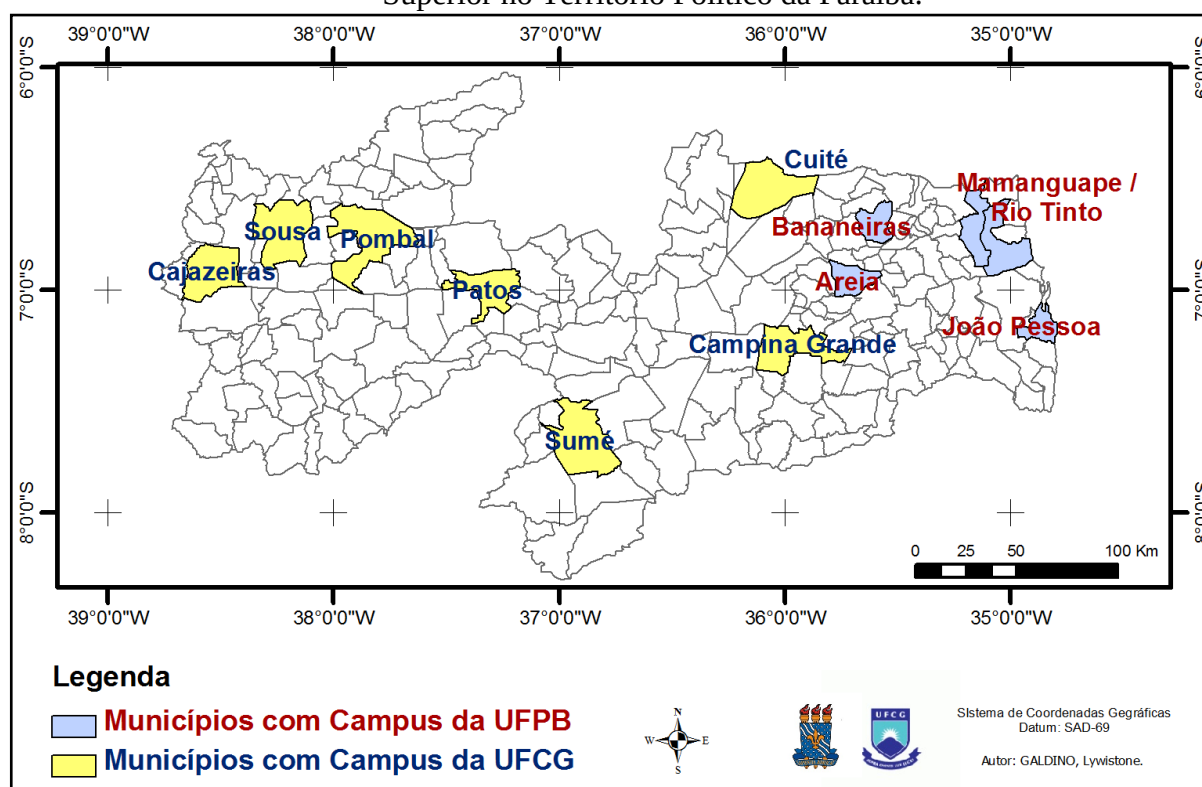
As *diagonais da exclusão universitária* foram estrategicamente traçadas de modo a ligar as regiões não atendidas por centros públicos de educação superior, traçando as áreas que abrangiam os municípios paraibanos com o menor número de jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, frequentando o ensino superior. Consequentemente, estas diagonais eram as demarcações das regiões por onde deveriam ser implantados os novos *campus* da UFCG.

Assim, de acordo com os objetivos e os critérios do Planexp, foram definidas as possibilidades de criação de quatro novos *campus* que atenderiam não somente as demandas dos municípios sede, como também da região que polarizavam. Foram escolhidos como supostas sedes Sumé, Cuité, Pombal e Itaporanga. O *campus* de Itaporanga não chegou a ser implantado. A região da Zona da Mata Paraibana também não foi beneficiada com a criação de um *campus*, mas o município de Baía da Traição recebeu o curso de Licenciatura em Educação Indígena que funciona em parceria com o Centro de Humanidade do *campus*

Campina Grande, com o Centro de Educação e Saúde do campus Cuité e com a Organização dos Professores Indígenas Potiguara da Paraíba (OPIP-PB).

Os novos centros de ensino superior foram distribuídos pelo território político da Paraíba, contribuindo para a formação do *campi* universitário sob domínio da Universidade Federal da Paraíba-UFPB e da UFCG. O Mapa 02, a seguir, apresenta a distribuição dos *campi* universitários federais em território paraibano.

Mapa 02 - Distribuição dos *Campus* Federais de Ensino Superior no Território Político da Paraíba.



Fonte: UFCG (2013).

Elaborado por: Lywiston Galdino.

A UFPB atua em três microrregiões: Litoral Norte, João Pessoa e no Brejo Paraibano. Enquanto a UFCG abrange seis microrregiões: Cajazeiras, Souza, Patos, Cariri Ocidental, Campina Grande e Curimataú Ocidental. A distribuição espacial destes *campi* demonstra a apropriação de praticamente todo o território paraibano pelas IFES. Estas instituições ao mesmo tempo em que constroem elementos para o desenvolvimento técnico, científico, informacional e social passam a fazer parte dos eventos cotidianos dos lugares em que foram situados.

A existência destas instituições gera uma perspectiva em comum para os mais diversos grupos sociais, como: a viabilização da interação entre a universidade e a sociedade, a geração de empregos diretos e indiretos, a instituição de ações e pesquisas que incentivem a promoção à cultura, informação e o desenvolvimento socioeconômico local e regional. Expectativas que justificam, parcialmente, as lutas políticas que ocorrem frequentemente pela posse dos *campus*. De acordo com Sobrinho (2010):

Por ser um fenômeno humano e social, a educação é atravessada por contradições e conflitos relacionados com as diversas concepções de mundo e interesses dos indivíduos e dos diferentes grupos sociais. Essas contradições tendem a se acirrar crescentemente, em razão da importância que o conhecimento adquiriu na sociedade da informação, como principal motor da economia global, e do auge do individualismo e da competitividade (SOBRINHO, 2010, p. 196).

Segundo o Sr. Thompson Mariz, ex-reitor da UFCG, os processos de implantação dos *campi* na Paraíba foram marcados pela união dos gestores locais e regionais que buscaram os recursos necessários para a realização do projeto de expansão e por manifestos da sociedade civil, reivindicando a posse destas instituições. Ao ser entrevistado, Thompson Mariz citou as articulações política e social ocorridas nos municípios de Pombal e de Sumé como as mais intensas que sucederam no período de execução do Planexp. Sobre estes fatos ele relata:

Quando nós reivindicávamos o *campus* de Sumé, o pessoal de Pombal também já havia feito uma mobilização. Tinham interditado a Br., tinham feito um dia inteiro de mobilização, de protesto! Bandeira! Quando Lula veio para a Paraíba, duas vezes na Paraíba, o pessoal de Pombal colocou lá: *Queremos o campus para Pombal*. [...]. Terminou que o *campus* de Pombal saiu primeiro que o *campus* de Sumé. [...] O prefeito de Pombal, na época, Jairo, lutou muito, exerceu muita influência para que o *campus* saísse pra lá. Mas, quando saiu, o *campus* saiu assim, a fórceps, o *campus* de Pombal. Mas, muito mais pro pressão, é... nossa, da universidade internamente, mobilizando a sociedade civil do que de políticos. Os políticos não se envolviam muito. Eles colocavam recurso, né? O “Grito do Cariri” foi uma imitação do que se fez em Pombal, que foi a mobilização da sociedade de Sumé. E, eles fizeram. Pra Sumé foram vários aviõezinhos. Só via aviõezinho chegando lá, com senador, com deputado, com político. Ai, se fez uma grande mobilização em Sumé. Todos a subscreviam. E o *campus* saiu fruto desta mobilização (Reitor da UFCG no ano de 2005. Entrevista realizada em maio de 2014).

O relato supra, leva-nos a refletir sobre a relevância da participação dos mais diversos grupos sociais na luta pela realização das políticas públicas. Neste caso, da política de expansão da educação superior. A participação popular é um dos elementos fundamentais na conquista, consolidação e ampliação dos direitos e interesses sociais. E estas ações tem, muitas vezes, força influente e decisória em diversos processos políticos, colaborando para a

construção da política cidadã e para a quebra da hierarquia político-administrativa. Como também, podem defender os interesses das elites políticas e econômicas, que por meio de discursos ou ações repressoras conseguem manipular a sociedade civil, devido sua vulnerabilidade ideológica e seu universo de limitações.

Acreditamos, que o processo de implantação do CES no Curimataú paraibano em muito se aproximou desta realidade, pois, sujeitos – com diferentes papéis e ações – buscaram na somar forças para reivindicar a execução da política pública de expansão do ensino superior.

Como comentamos anteriormente, no contexto de expansão da UFCG já era cogitada a possibilidade do Curimataú receber um centro de educação superior e com a criação do Planexp esta possibilidade foi reafirmada. A princípio o município de Barra de Santa Rosa receberia a UniCampo, mesmo este projeto não se realizando a microrregião passou a fazer parte do Planexp. E de acordo com os objetivos deste plano o município de Cuité era o indicado a ser beneficiado com um *campus*.

No entanto, para a realização deste projeto era necessário que houvesse disposição das autoridades locais e da sociedade civil em viabilizar e apoiar tal causa, e que o município apresentasse realidade socioeconômica e educacional de acordo com os critérios do Planexp.

A assessoria de imprensa da UFCG (2005b) publicou, no site oficial da instituição, um texto de apresentação do Planexp que esclarece a necessidade de parcerias para sua efetivação. Destacamos um trecho desse documento abaixo:

Essa expansão é um processo que visa articular parceiros em todos os níveis no sentido de abrir a universidade para setores sociais que comumente estiveram fora dela. Para efetivar este programa, a Secretaria de Projetos Especiais da UFCG (SPE) tem desenvolvido ações de mobilizações de um amplo espectro de parcerias em vários níveis (locais, estadual e federal), tanto governamentais como não-governamentais. [...]. A idéia é montar conselhos territoriais, a partir da responsabilização das parcerias locais pela realização do programa, responsáveis pelos processos de implantação e gestão dos projetos nos novos campi (Texto publicado pela assessoria de imprensa da UFCG, em 05 de maio do ano de 2005. Grifo nosso).

Justamente por este fato, um dos procedimentos do Planexp era a realização de uma audiência pública, para que ele fosse apresentado e discutido com as comunidades e autoridades das microrregiões que iriam receber os *campi*. No mês de fevereiro do ano de 2005 foi realizada a primeira audiência pública, no município de Sumé, para discutir a criação do *campus* do Cariri. E no dia 07 de maio do mesmo ano este evento ocorreu em Cuité, para discutir a implantação do *campus* no Curimataú.

Para este último evento mencionado foram convidados a sociedade civil, as autoridades políticas estaduais (governador, senadores e alguns deputados), prefeitos, vereadores e lideranças dos municípios da Paraíba e da região do Trairi do Rio Grande do Norte que integra a região polarizada por Cuité. A audiência contou com a presença de mais trezentas pessoas. Registros deste evento expostos nas fotos (FIG. 09) abaixo:

Figura 09 - Seminário de apresentação do Planexp. Cuité, 2005.



Fonte: SPE, 2005. Adaptado por: Maria Verônica de Azevedo Gomes.

A primeira foto – na parte superior à esquerda da imagem – registra a presença de algumas autoridades, como: o deputado federal Luiz Albuquerque Couto, o então prefeito municipal de Cuité (Antônio Medeiros), o desembargador federal (Ivan Lira de Carvalho), o reitor da UFCG (Thompson Maris), o vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Aécio Cândido) e Jaime Pereira (liderança principal do grupo político que neste momento era oposição à gestão municipal). Compareceram também outros políticos atuantes no estado da Paraíba, como o prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rêgo e o deputado estadual Rodrigo Soares.

A presença destas autoridades demonstra a importância atribuída a este processo pelos mais diversos grupos sociais e políticos. Mesmo que cada um tenha interesses

específicos – muitas vezes conflitantes – e diferentes papéis neste momento, esse fato pode ser considerado como um indicativo do interesse comum a todos, de consolidar sua força participativa e decisória diante o âmbito de uma política nacional.

O relatório da SPE (UFCG, 2005, p. 28) expõe que ainda durante esta audiência os representantes das comunidades de Cuité manifestaram interesse em integrar-se ao Plano de Expansão e receber o *campus*. A UFCG (2005b) divulgou, em 25 de maio do ano de 2005, que foi demonstrado total apoio à Cuité sediar o novo *campus* nos discursos e manifestações de políticos, estudantes e representantes de entidades classistas que participaram deste evento.

De acordo com a UFCG (2005b) foi organizado um conselho deliberativo para desenvolver ações necessárias para a criação do *campus* no Curimataú. Este conselho foi formado pelo desembargador Ivan Lira de Carvalho, por um representante de cada uma das microrregiões beneficiadas com a instalação da instituição universitária (Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Seridó e Trairi Potiguar), por dois representantes da UFCG (Márcio Caniello e Ramilton Marinho) e por uma comissão provisória – composta por Padre Severino Silvestre Silva (pároco local), Tereza Neuma Candido Pereira (4ª Região de Ensino), Márcio Furtado Fialho (representante da comunidade civil), Robson Coelho (docente na UFPB), Péricles Venâncio (vereador de Cuité), Everaldo Soares (presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cuité) e Maurício Fialho (secretário de planejamento de Cuité).

No entanto, num período posterior a este evento, representantes de Picuí – município pertencente a microrregião do Seridó Oriental¹⁵ – também comunicaram ter interesse na posse do *campus* da UFCG. Assim, grupos dos municípios de Cuité e Picuí organizaram-se socialmente e politicamente em defesa de seus objetivos. E a SPE abriu uma discussão sobre qual das duas cidades deveria sediar o *campus*. Como mostra no trecho do relatório exposto a seguir:

De fato, o município de Cuité foi o primeiro a se mobilizar para integrar-se ao Plano de Expansão Institucional. A Prefeitura, a Câmara de Vereadores, a Paróquia Local, o Sindicato de Trabalhadores Rurais e representantes da sociedade civil formaram uma comissão provisória para apoiar sua implementação. Uma posterior movimentação do município de Picuí abriu a discussão sobre qual das duas cidades deveria sediar o *campus* e, diante disso, a comissão formada durante o encontro com o reitor em Cuité, no dia 07 de maio de 2005, juntamente com uma equipe de professores da UFCG (provenientes do Curimataú e Seridó) procuraram traçar algumas justificativas sobre a importância do município de Cuité como sede para o projeto de expansão da UFCG (UFCG, 2005, p. 28, grifo nosso).

¹⁵ Microrregião formada pelos municípios de Freio Martinho, Picuí, Baraúnas, Nova Palmeira, Cubati, Seridó, Tenório e Juazeirinho.

Um detalhe destacado em nosso grifo, “... a comissão formada durante o encontro com o reitor em Cuité, no dia 07 de maio de 2005...”, nos intrigou por convergir com os relatos de alguns entrevistados. A assessoria de imprensa da UFCG e o relatório da SPE mencionam a formação desta comissão provisória durante a audiência pública realizada em Cuité. Porém, os senhores Ramilton Marinho, Márcio Furtado Fialho e Pe. Silvestre alegaram que alguns membros desta comissão já estavam se articulando anteriormente a este período. Em seus relatos fica claro que o interesse para que o município de Cuité sediasse um *campus* universitário e a formação da comissão provisória foram anunciados oficialmente neste seminário, mas, este assunto já estava sendo debatido entre um grupo de amigos que, ao ter conhecimento da existência do Planexp, resolveu se organizar para conseguir sua atuação no município supramencionado.

O Sr. Ramilton Marinho, atual diretor de centro do CES e membro da SPE no período em discussão, ao resgatar oralmente o momento em que Cuité surgiu como candidata a receber um centro de educação superior pelo Planexp explicou o surgimento informal da comissão. Sobre este assunto, o entrevistado assim se expressa:

Eu vou tentar ver como o fato ocorreu tanto em Campina, quanto aqui. Eu acho que tem algumas coisas que agente pode atribuir ao planejamento e outras a um acaso muito propício. [...] A nossa ideia de trazer a universidade pra cá começou através de uma insistência do pároco daquela época, que era o Padre Silvestre. Várias vezes, a gente se encontrava sempre, e ele insistia nesta tecla: *porque que agente não tem uma universidade aqui?* Na verdade, eu era muito cético em relação a isto. Só que de tanto ele insistir, é... Uma vez eu cheguei lá em Campina e conversando com os amigos, eles disseram que Márcio tava trabalhando em um projeto de expansão. Márcio era meu colega de departamento, departamento de sociologia da UFCG. E, em contato com Márcio, ele realmente confirmou que existia um projeto e este projeto tinha base em Sumé. [...] E ele me convidou pra conhecer o projeto. E comecei participar das reuniões. Fui à reunião de Boqueirão, e algumas cidades do Cariri acompanhando Márcio. E a proposta era incluir Cuité, mas a gente achava que aqui, na verdade, seria uma coisa bem mais simples. Cursos, talvez uma especialização de nível médio, alguma coisa assim; não tinha nada muito claro. E depois Márcio me chamou pra fazer parte do Planexp. [...] E foi composta a equipe por professor Márcio na coordenação, eu e o professor Martins Salgado. E aí foi montando o projeto. Bom, isso em Campina Grande. Aqui em Cuité, a partir da conversa com Márcio e Thompson do interesse que Cuité tinha, então, eles me sugeriram tentar organizar aqui a sociedade e as forças políticas e mostrar que o projeto era viável. Então, feito isto, eu vim pra cá, voltei a me encontrar com Pe. Silvestre e disse a notícia a ele. [...] Mas, ainda era uma coisa muito nebulosa e muito incerta. E na mesma noite nós fomos à casa de Dr. Medeiros, que era o prefeito, e relatamos a proposta. Ele também garantiu o apoio que fosse necessário. E a gente queria ampliar, no entanto, a gente encontrava a barreira da descrença. [...] Era muito difícil, porque as pessoas não acreditavam. E, então, conversando com amigos, mais duas pessoas toparam formar o que seria uma comissão, que foi provisória, mas, virou uma comissão. Que era Márcio Fialho, advogado daqui de Cuité, e Robson Coelho, também daqui de Cuité. E nós, juntos, começamos a nos reunir na casa paroquial e tentar bolar algumas estratégias. A primeira delas foi montar um seminário para discussão da universidade, desta possibilidade. Então isto

foi feito, em 2005, num sei se em maio, na câmara municipal. A partir daí, nós conseguimos apoio de todos os vereadores (Ramilton Marinho, diretor atual do CES e membro da SPE no ano de 2005. Entrevista cedida em junho de 2013).

Interpretamos que, ao utilizar o termo “planejamento” o entrevistado se refere ao modo de atuação do Planexp – por ter como meta executar os objetivos do *Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior*, priorizou as regiões com ausência de centros universitários, com baixos índices de desenvolvimento humano e de acesso ao ensino superior; que era o caso do Curimataú. Quanto ao termo “acaso muito propício” estaria relacionado ao fato de que este grupo de amigos, por ele mencionado, ao tomar conhecimento do Planexp enxergou-o como a oportunidade de realizar uma aspiração em comum. Esta ideia é reforçada nos relatos de um dos membros do referido grupo, que afirma com convicção:

Todas as segundas-feiras, quatro horas da tarde, nós tínhamos este compromisso de fazer as reuniões. [...]. Depois, nós fizemos uma reunião muito interessante. Acho que a maior reunião da história recente de Cuité. Se deu na câmara municipal. [...]. Era necessário que tivesse uma audiência pública, para que a comunidade tomasse conhecimento que havia a necessidade da formalização do projeto do *campus*. E ainda eramos tão pouco influentes que a reunião seria na casa paroquial. Então, surgiu a ideia de procurar a câmara e levar esta audiência pública para a câmara. [...]. Ai, fomos, começamos a trabalhar nesta audiência. [...]. Fomos procurar ex-promotores da cidade, ex-prefeitos, pra convidá-los, para que formasse pelo menos a mesa com estas autoridades. E foi crescendo o *roll* de autoridades que poderíamos chamar. Então, fomos expandindo pra as outras cidades. Ai, chamamos vereadores, chamamos prefeitos. E fomos mais audaciosos, ai, chamamos deputados federais. [...]. A ideia era provocar cada um com seus apadrinhados políticos, seus líderes que eles tinham. [...]. Ai, então, nós resolvemos fazer a dita audiência pública (Márcio Furtado Fialho, membro da comissão cuitense. Entrevista cedida em fevereiro de 2014).

Ainda no dia anterior ao seminário foi divulgado pela assessoria de imprensa da UFCG no site oficial da instituição a sua realização, e alguns detalhes desta notícia chamam atenção. Como mostra o trecho abaixo:

Um Seminário programado para acontecer no próximo sábado, 7 do corrente, a partir das 9 horas, na Câmara Municipal de Cuité, marcará o início das discussões para implantação do Projeto Universidade Camponesa e de um campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) naquele município, beneficiando as regiões do Curimataú e Seridó da Paraíba e o Trairí do Rio Grande do Norte. O evento é uma promoção da Prefeitura do Municipal de Cuité, apoiado pela Secretaria de Projetos Estratégicos da UFCG e pela Paróquia de Nossa Senhora das Mercês (Texto publicado pela assessoria de imprensa da UFCG, em 06 de maio do ano de 2005).

O noticiário afirma que o seminário foi promovido pela Prefeitura do Municipal de Cuité e apoiado pela Paróquia de Nossa Senhora das Mercês e Secretaria de Projetos

Estratégicos da UFCG. Considerando que os representantes da paróquia local e da prefeitura eram, respectivamente, o Pe. Silvestre Silva e o Sr. Antônio Medeiros, de certo modo, reforça o que foi relatado pelos entrevistados mencionados anteriormente. Ao menos no sentido de que houve uma articulação pretérita de alguns membros desta comissão antes da audiência pública do Planexp em Cuité.

De acordo com os relatos de nossos entrevistados, esta comissão era composta por sujeitos que colaboraram na organização do seminário de discussão do Planexp. Tendo sido formada inicialmente por Ramilton Marinho, Pe. Silvestre, Márcio Fialho e Robson Coelho; e apoiada pelo prefeito Antônio Medeiros. Somente no seminário de maio do ano de 2005 somou-se o apoio da Câmara Municipal de Vereadores, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da sociedade civil e das Secretarias Municipal e Estadual de Educação, e conseguiu ligar-se ao conselho deliberativo do Planexp.

Enquanto, em Campina Grande ocorria, oficialmente, a organização de uma equipe pela expansão do *campi* da UFCG, paralelamente se articulava em Cuité um grupo de pessoas com o propósito de atrair e usufruir das ações desta primeira equipe. Ao tratar como surgiu este grupo o Pe. Silvestre afirma que:

Ramilton antes era de João Pessoa. Mas, depois passou pra Campina Grande. E aí, é que entra o gostoso da história. Porque Ramilton vai entra em contato com Márcio Caniello, e depois Thompson. [...]. Então, ele disse: *Olha, de fato há possibilidade. É ideia do governo interiorizar. Então, há essa possibilidade. Há essa brecha. Mas, aí, o que é preciso? É preciso agora tomar as devidas providências. [...]. Agora, vamos organizar uma equipe aqui.* Entramos em acordo. Uma equipe pra batalhar e puxar (Padre Severino Silvestre Silva, membro da comissão cuitense. Entrevista cedida em maio de 2014).

Diante os relatos e informações supra, acreditamos que a ligação desta comissão com a UFCG possibilitou o conhecimento sobre qual a maneira mais adequada que a sociedade local deveria demonstrar interesse em receber o *campus*; o que foi essencial para organizar suas ações de reivindicação. Visto que, este grupo adiantou-se na articulação e realização de estratégias com relação aos representantes de Picuí.

Chamou-nos atenção, nos relatos e nos registros advindos de nossa pesquisa, a mobilização política e social que a comissão cuitense conseguiu realizar. Foi organizada uma campanha intitulada por *Todo Mundo Quer a Universidade em Cuité*. Durante esta campanha a comissão conseguiu reunir, oficialmente, apoio de gestores dos municípios circunvizinhos, aconteceram protestos de rua e um abaixo-assinado.

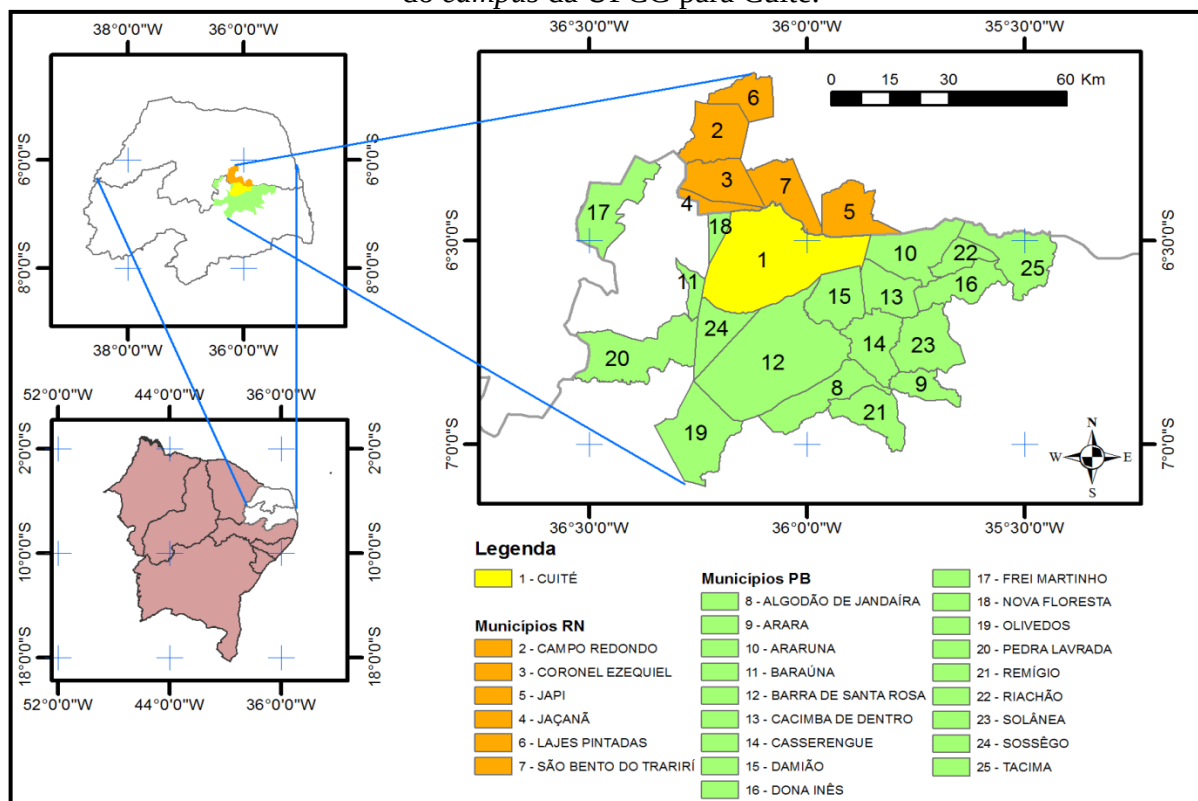
Nos relatos do senhor Márcio Furtado Fialho foram reveladas algumas estratégias deste grupo para atingir seus objetivos. Como exposto na narração seguinte:

Pesquisamos, acho que, mais de vinte e duas cidades que poderiam ser beneficiadas inicialmente com o *campus* de Cuité. E cada cidade desta, nós, calculamos a distância fazendo Cuité como a sede do seu município para esta universidade. Ai, com isto nós fazíamos um projeto. Por exemplo, fizemos um projeto para a prefeitura de São Vicente do Seridó. E o projeto era que, ele estava de acordo, pedindo, reivindicando a universidade pra Cuité. Então, quando a gente chegava aquele município, o prefeito era tomado de surpresa. Ai, nós íamos explicar que aquilo não traria nenhum prejuízo ao município, e o máximo que iria acontecer é que se o *campus* viesse pra Cuité, alguns filhos de lá poderiam vir estudar aqui. [...]. E o projeto já estava pronto, com o nome do prefeito, que agente pegava na internet. E ele só fazia assinar. [...]. Além dos projetos para os prefeitos, fizemos também pra outras autoridades; pra Maçonaria; pras igrejas, igreja católica, igreja evangélica; pra os sindicatos. Tudo isso para reforçar o pedido do *campus* da universidade ir pra Cuité (Márcio Furtado Fialho, membro da comissão cuiteense. Entrevista cedida em fevereiro de 2014).

Estes projetos dos quais o Sr. Márcio Fialho refere-se, discriminando melhor, eram requerimentos e declarações de apoio. Com relação a este último documento, consistia em declarações de órgãos e instituições locais, como também de deputados estaduais e federais, senadores e lideranças políticas manifestando apoio ao trabalho de expansão da UFCG. Algumas declarações especificavam, claramente, préstimo a escolha de Cuité como sede do *campus* do Curimataú.

Já nos requerimentos, os gestores municipais solicitavam ao reitor da UFCG a implantação do *campus* da UFCG em Cuité. O Mapa 03 – Sedes municipais administrativas que requereram posse do *campus* da UFCG para Cuité – apresenta as unidades administrativas, da Paraíba e do Trairi Potiguar, que seus gestores manifestaram apoio ao movimento da comissão por meio do requerimento.

Mapa 03 - Sedes municipais administrativas que requereram posse do *campus* da UFCG para Cuité.



Fonte: Pesquisa de campo 2013. Por: Lywiston Galdino.

Constata-se que um total de 24 prefeitos assinou o requerimento solicitando à UFCG que concedesse a sede do novo *campus* universitário a Cuité. Esta forma de apoio constitui um importante resultado da atuação da comissão cuiteense. Por mais que tenha sido uma contribuição aparentemente irrelevante, por parte dos gestores municipais, em sua totalidade demonstra a ação e a interação entre os sujeitos representantes do poder regional, na realização de um único objetivo. Entretanto, não estamos negando a ideia que cada gestor, assumindo seu papel, teve interesses particulares que os levaram a colaborar; mas, não nos dedicaremos a este viés de discussão no momento.

Grande parte dos entrevistados afirmou que a Igreja desempenhou um papel essencial para conseguir a participação da sociedade. Em relação a esse envolvimento da sociedade, um dos entrevistados assim se manifestou: “*Precisávamos mobilizar a população. Que era a coisa mais difícil. No entanto, o poder da igreja, esse poder de mobilização, é muito forte. Né? E o padre começou a mobilizar a população*” (Ramilton Marinho, diretor atual do CES e membro da SPE no ano de 2005. Entrevista cedida em junho de 2013).

A Igreja Cristã Católica, nos mais diversos países da América Latina, tem um vasto histórico de apoio e incentivo às lutas populares que objetivam a promoção humana. Mitidiero

Jr. (2008) ao analisar a participação de um determinado segmento da Igreja Católica na questão agrária brasileira afirma que:

A utopia de formação do território comunitário, mediada pela práxis decorrente de motivações religiosas (bíblicas e evangélicas), cria a hipótese de efetivar ou começar a construir outro tipo de território, mais igualitário e harmônico do ponto de vista sócio-territorial, econômico e político (MITIDIERO JR, 2008, p.398).

A partilha de utopias entre a Igreja Católica e a sociedade civil trazem resultados significativos para o cotidiano social de grupos que lutam pela efetivação de uma sociedade mais justa e de oportunidades de desenvolvimento. Como também trás mudanças para o papel sociopolítico da Igreja.

A base dos ensinamentos cristãos/bíblicos – que prega a solidariedade e a união comunitária – e o papel da Igreja de evangelização ligada à conscientização podem estimular aos membros religiosos a combinarem seu papel na Igreja com o envolvimento prático social. Fato que incentiva a articulação e a ação coletiva que tenha objetivos comuns e que busquem melhorias para a comunidade e grupos vistos como oprimidos e excluídos.

Muitos membros e grupos eclesiais dedicam-se a promover ações coletivas que visam a justiça social, defendendo que a função da Igreja para com seus fiéis vai além da evangelização. Ao relatar sobre seu papel no processo político de implantação do CES, o senhor Pe. Silvestre afirmou que: *“Meu papel foi de incentivador. De dizer: Olha, vamos levantar a bandeira?! [...] Na minha visão o padre não pode estar só no altar, esta questão é fundamental dele, mas, tem que ter a dimensão social”* (Padre Silvestre Silva, membro da comissão cuitense. Entrevista cedida em maio de 2014).

A presença do Pe. Silvestre na comissão cuitense estabeleceu uma ponte deste grupo com a Igreja, e, conseqüentemente, facilitou o incentivo à participação social na reivindicação do *campus*. Uma das formas utilizadas para divulgar as ações de mobilização e atrair a colaboração da comunidade cuitense – não só cristãos católicos, mas, de modo geral – foi através rádio comunitária local. No período, era a única rádio locada no município e funcionava em um espaço cedido pela Igreja Católica, pois, foi criada e organizada por um grupo pertencente a esta corrente doutrinária. Sobre tal estratégia o Sr. Márcio Fialho relata que:

Nós fomos à rádio e pedimos para que a população participasse. Que viessem; que assinassem; que este momento era muito importante para Cuité. Que essa universidade ia trazer, movimentar a economia. [...]. Eu soube que Picuí juntou oitocentas assinaturas. E nós íamos pra rádio e dizíamos justamente o contrário. Que

Picuí estava com quinze mil assinaturas e a gente não tinha nem quinhentas (Márcio Furtado Fialho, membro da comissão cuiteense. Entrevista cedida em fevereiro de 2014).

A comissão conseguiu arrecadar o total 16.671 assinaturas, sendo 9.602 assinaturas da população cuiteenses e mais 7.069 de outros 77 municípios brasileiros. Além do abaixo-assinado, a população foi convocada para manifestações de rua. As Igrejas e as Secretarias de Educação Estadual e Municipal incentivaram a população em geral, fiéis, alunos e professores a participarem dos protestos. Alguns registros destes momentos nas imagens apresentadas a seguir (Figura 10 – Cuité, maio de 2005. Protesto de reivindicação do *campus* da UFCG; Figura 11 – Cuité, maio de 2005. Participação de grupos civis em protesto de reivindicação do *campus* da UFCG; e Figura 12 – Destaque na imprensa estadual de manifestação popular reivindicando a criação do *campus* universitário em Cuité-PB):

Figura 10 – Cuité, maio de 2005. Protesto de reivindicação do *campus* da UFCG.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013. Direção do CES.

Figura 11 – Cuité, maio de 2005. Participação de grupos civis em protesto de reivindicação do *campus* da UFCG.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013. Direção do CES.

Nas imagens é possível constatar a participação da população em geral. Observando as camisetas usadas pelos manifestantes, constatamos também a presença de grupos religiosos e de escolas municipais e estaduais locais. Na Figura 12, os dois grupos posicionados na parte inferior à esquerda e a direita usam camisetas de grupos da paróquia local. Dispersados na multidão, jovens e adolescentes vestem fardas em cor azul com detalhes em preto e amarelo, branca com detalhes em azul, branca com detalhes em verde e também nas cores laranja e mostarda – neste período, eram vestimentas adotadas pelas escolas públicas municipais e estaduais.

A participação majoritária nestes manifestos era de jovens e adolescentes que percorriam as principais ruas da cidade entoando: *Todo mundo quer UFCG em Cuité!* Tal fato demonstra – entre diversas outras questões – a perspectiva destes grupos em ter acesso à formação profissional sem que fosse, obrigatoriamente, necessário deslocar-se para outros municípios que ofertam cursos públicos de nível superior.

Figura 12 – Destaque na imprensa estadual de manifestação popular reivindicando a criação do *campus* universitário em Cuité-PB.

14
JOÃO PESSOA, TERÇA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2005

municípios

"Paraíba, terra amada"
A UNIÃO

ESTUDANTES E POLÍTICOS SE
MOBILIZAM EM DEFESA DA
IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS

Manifestações por UFCG em Cuité

A cidade de Cuité realizou uma grande manifestação, no último dia seis, com a presença maciça dos estudantes que mobilizou toda a sociedade, no tocante à implantação de um campus da Universidade Federal de Campina Grande, naquela cidade.

A implantação de um campus universitário, em Cuité, na avaliação de vários prefeitos da região, contribuirá para o desenvolvimento econômico, técnico e cultural, uma vez que a cidade está localizada numa divisa estratégica da Paraíba com o Rio Grande do Norte, o que facilitará a locomoção dos estudantes.

Outras manifestações aconteceram na última sexta-feira em Cuité e em outras cidades do Curimataú e Seridó paraibano e na região do Triângulo, no Rio Grande do Norte, em apoio ao projeto.

Desta forma, várias cidades circunvizinhas estão empenhadas no projeto, através dos seus gestores. O prefeito Zito Farias, de Nova Floresta, acredita que será uma ferramenta imprescindível no desenvolvimento de toda a região. Já o prefeito Evaldo Gomes, de Barra de Santa Rosa, que também defende a implantação do campus em Cuité, acredita que essa medida contribuirá para uma grande redução nos custos com transportes de estudantes.

Um grande encontro regional sobre o tema ocorreu na Câmara Municipal de Cuité envolvendo a classe estudantil e a população, além da maioria de prefeitos, ex-prefeitos e vereadores das citadas regiões. Participaram também outras autoridades, incluindo o deputado federal Luiz Couto do PT, o deputado estadual Rodrigo, também do PT, o desembargador federal e cuitense Ivan Lira de Carvalho, o vice-reitor da UERN e também cuitense Aécio Cândido, o prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital, diversos professores cuitenses da própria UFCG, além do magnífico reitor Thompson Mariz e de um representante do governador Cássio Cunha Lima. O também cuitense desembargador Antônio de Pádua foi representado pelo Dr. Edalton, juiz da Comarca de Cuité.

Um fato inédito que está ocorrendo no Curimataú com respeito à implantação desse campus universitário é a união incondicional das correntes políticas, no projeto, face à importância do pleito para o desenvolvimento regional. Vê-se na mesma corrente de reivindicação o prefeito de Cuité Antônio Medeiros Dantas e os ex-prefeitos Jaime da Costa Pereira Filho e Oswaldo Venâncio dos Santos Filho, além dos representantes locais do PT, PSDB, PMDB e PTB e de todas as correntes políticas das regiões envolvidas.

Diversos fatores fortalecem a cidade de Cuité como sede do campus da UFCG: é a cidade com maior índice populacional do Curimataú e Seridó paraibano; tem as condições técnicas e operacionais altamente favoráveis à implantação do projeto, uma vez que já funcionam nessa cidade os Núcleos Regionais Administrativos de Educação, Saúde e Agricultura; tem uma localização estratégica entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte e tem disponíveis as instalações da Escola Técnica Municipal - ETAC.

A Prefeitura de Cuité já disponibilizou as instalações da ETAC que apresenta todas as condições necessárias para o funcionamento imediato do campus: tem uma metragem de área construída compatível com a implementação do projeto, bem como a infra-estrutura necessária para abrigar o campus. Outro fator importante é que esse conjunto de edificações fica no complexo histórico e ecológico do Olho D'água da Bica que é uma das mais belas paisagens da Paraíba, sem poluição e com temperatura super agradável.

MOBILIZAÇÃO
Estudantes realizam ato em defesa da UFCG em Cuité



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014. SPE (UFCG, 2005).

A partir dos resultados e registros das ações realizadas, a comissão cuitense criou uma justificativa de viabilidade e necessidade de Cuité tornar-se sede do *campus*. Esta justificativa foi enviada para a SPE e constitui num documento de 122 páginas que apresenta a seguinte estrutura:

- Mobilização: relato das ações realizadas pela comissão para agregar apoio social e político dos municípios da região polarizada por Cuité.
- Parcerias Regionais: menciona as instituições e organizações que se proclamaram a favor da implantação do *campus* em Cuité e apresentando de que forma poderiam contribuir em parceria, projetos, pesquisa e ações. Foram citados: Projeto Mandalla, 4ª Região Estadual de Ensino, 4ª Região Estadual de Agricultura, 4ª Região Estadual de Saúde, Consórcio Intermunicipal de Saúde, 4ª Região Estadual de Finanças, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuité e Secretaria Municipal de Educação.
- O diagnóstico do município de Cuité: especifica os equipamentos disponíveis para cultura e lazer; apresenta as potencialidades, vocações e precariedades econômicas e infraestruturais; e discute o perfil geográfico de Cuité com as características físicas e demográficas (caracterização populacional, renda, habitação, educação e desenvolvimento humano).
- Justificativa: defende o município de Cuité como centro regional, tanto geograficamente quanto pela sede de instituições estaduais; disponibiliza um espaço territorial para a construção do *campus*; e discute a necessidade de inclusão social e educacional do município.
- Listas dos documentos: pontua os gestores municipais que assinaram o requerimento, destinado ao reitor da UFCG, para que Cuité fosse a sede da UFCG; exhibe os documentos de apoio, como telegramas, e-mail e cartas recebidos de senadores, deputados, governador e empresas que foram contactados pela comissão e se dispuseram a colaborar e/ou apoiar a implantação do *campus*; e apresenta os documentos produzidos pela comissão em reuniões com as autoridades políticas locais.
- Anexos: expõe registros fotográficos de mobilizações populares, de reuniões da comissão e cópias de todos os documentos citados na lista de documentos.

Toda a atuação deste grupo e apoio conseguido ainda não garantia que o município de Cuité sediasse o *campus* da UFCG. Segundo relatos dos entrevistados havia uma forte possibilidade de não conseguir a posse desta instituição pelo fato dos gestores de Picuí também estarem interessados nela. Sobre tal questão, um dos entrevistados assim se manifesta:

O prefeito Buba, lá de Picuí, era de uma capacidade grande de convencimento. E tinha uma força política grande. Se dizia, né? [...]. A diferença era justamente em se

ter lideranças políticas, na região, que arrastassem. Quer dizer, num é que arrastassem agora, era que mantivesse aquela luta toda (Padre Severino Silvestre Silva, membro da comissão cuiteense. Entrevista cedida em maio de 2014).

A partir da análise dos relatos e registros, averiguamos que, a comissão cuiteense preocupou-se em mobilizar forças políticas e fez contato com diversos representantes sociais, governamentais e líderes políticos. Tal fato é expresso claramente no depoimento seguinte:

Era necessário que tivesse uma reunião pública. [...]. E ainda erámos tão pouco influentes que a reunião ia ser na casa paroquial. Então, surgiu a ideia de procurar a câmara, e levar esta audiência para a câmara. Ramilton ficou receoso, achando que não ia dá muita gente. Mas, que a gente precisava arriscar. Ai, começamos a trabalhar nessa audiência. E não tinha muita autoridade pra chamar. Fomos procurar ex-promotores da cidade, ex-prefeitos. Pra convidá-los, pra que formasse pelo menos a mesa com estas autoridades. E foi crescendo o *roll* de autoridades que poderíamos chamar. Então, fomos expandindo pra outras cidades. Chamamos vereadores, chamamos prefeitos. E fomos mais audaciosos. E chamamos deputados federais. E ai, começamos a provocar os dois grupos políticos daqui de Cuité. [...]. Que a ideia era provocar cada um com seus apadrinhados políticos. Com seus líderes, que eles tinham. Com os contatos que eles tinham (Márcio Furtado Fialho, membro da comissão cuiteense. Entrevista cedida em fevereiro de 2014).

Esta estratégia caracterizou as ações desta comissão durante todo o período de sua atuação. Este grupo teve um objetivo bem definido: conseguir apoio de uma conjuntura política e social das cidades que compunham a região em torno de Cuité e demonstrar para as instâncias decisórias este apoio, assim, “pressioná-las” a tornar concreta a hipótese de trazer o *campus* para este município.

A presença de um centro universitário esta indissociável da ideia de construção de um espaço que se distancie das contradições sociais e impulse o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida. Neste sentido, a perspectiva de que a cidade que recebesse o *campus* teria um positivo impacto sociocultural e econômico gerou interesse nos gestores municipais e na população em geral pela posse desta instituição. Sobre este assunto o prefeito do município de Picuí, no período em questão, relata:

Era uma luta de todos nós. Independente de Cuité ou Picuí. Como gestor, tinha que fazer minha parte. [...]. E foi uma disputa, disputa no bom sentido, de ver o que seria melhor para a região. [...]. Apresentamos os indicadores sociais da região com a consciência que era uma decisão da universidade. [...]. A partir do momento que houve a decisão da universidade que o *campus* seria instalado em Cuité, Picuí não teve mais nenhuma mobilização (Rubens Germano - Buba, gestor municipal de Picuí do período de 2005 a 2008. Entrevista realizada em junho de 2014).

Em cada momento histórico, os objetos e serviços são distribuídos no espaço de modo desigual. Neste sentido, sua distribuição espacial envolve os interesses de diversos

sujeitos. Estes interesses podem ser negociados e/ou confrontados a partir dos conflitos que se desenrolam nas relações sociais cotidianas e dinamizam cada espaço territorial. “O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 07). Ao discutir sobre a distribuição das instituições de ensino superior em território brasileiro Amorim (2010) defende a tese que:

a seletividade espacial deriva tanto da combinação entre atributos das localizações, mutáveis ao longo do tempo, quanto, como no caso que buscamos compreender, das necessidades e possibilidades de as IES atenderem às necessidades e vontades de um conjunto de agentes políticos, econômicos e sociais (AMORIM, 2010, p.42)

Perante tal contexto, a implantação destas instituições passa por um processo de seletividade espacial diretamente correlacionado aos interesses e necessidades de determinados sujeitos, e envolve um conjunto de fatores sociais, políticos, econômicos e geográficos. De acordo com este argumento, buscamos compreender os fatores/características que foram relevantes em Cuité para privilegiá-lo com a sede do CES.

Informações contidas no relatório da SPE (UFCG, 2005) esclarecem que a escolha das sedes dos *campi* da UFCG considerou as características geográficas, sociais, educacionais e as potencialidades econômicas dos municípios paraibanos. O Sr. Márcio Caniello, ao ser questionado sobre estes fatores avaliados, relata que:

O que se pesou foi a questão geográfica, a questão técnica e a questão de mobilização. Quando a gente conseguiu articular as três questões, foi onde se definiu onde ficaria a sede dos novos *campus*. [...]. Não teve interferência: *sai deste município e vai para aquele!* No caso de Brasília: *qual a região que vai ser implantada?* É Curimataú, Cariri, Sertão e Vale do Paraíba. Então, o que se definiu foi que o Curimataú seria prioridade. [...] Mas, estas diretrizes veio do estudo técnico que foi feito, a questão das diagonais, o papel das cidades como polo regional, e a questão geográfica, além da mobilização como eu já disse (Márcio de Matos Caniello, coordenador da SPE em 2005. Entrevista realizada em junho de 2014).

No relatório da SPE (UFCG, 2005) foi construída uma justificativa para a escolha das sedes de todos os *campi* implantados durante a execução do Planexp. Com relação a microrregião do Curimataú, é defendido o município de Cuité para a locação do *campus* da UFCG. Esta defesa é fundamentada em argumentos que alegam que as microrregiões paraibanas do Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental e Seridó Oriental, e a microrregião do Trairi Potiguar seriam beneficiadas pela presença do *campus* em tal município. A justificativa

expõe as potencialidades e fragilidades destas microrregiões apresentado um diagnóstico que abordada os seguintes aspectos: físicos (clima, solo, vegetação, formação geológica e área territorial), demográficos (população, densidade demográfica, taxa de urbanização, IDH, indicadores de renda, pobreza e desigualdade), econômicos (setor agropecuário, setor industrial, setor comercial e de serviços) e educacionais (diagnóstico regional do acesso de crianças e jovens à educação básica e superior).

Posteriormente, é apresentada uma descrição histórica e geográfica do município de Cuité e discutidos os fatores relevantes para que este município fosse escolhido como sede do *campus* da UFCG. Foram as seguintes justificativas apresentadas:

a) A partir da exposição comparativa de indicadores socioeconômicos do município de Cuité e de Picuí (QUADRO 07) justifica-se que esta primeira cidade citada encaixa-se melhor nos pré-requisitos do Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior, por apresentar maiores carências e vulnerabilidade social. Consequentemente, maior necessidade de inclusão social com base no desenvolvimento regional.

Quadro 07- Indicadores socioeconômicos do município de Cuité e de Picuí, apresentados no relatório da SPE/UFCG.

DADOS	PICUÍ	CUITÉ
POPULAÇÃO	17,896	19,946
TAXA DE URBANIZAÇÃO (2000)	59,64%	60,52%
IDH	0,606	0,588
FATOR EDUCAÇÃO	0,698	0,679
FATOR LONGEVIDADE	0,594	0,569
FATOR RENDA	0,526	0,517
RENDIA PER CAPITA MÉDIA	90,9	86,4
PROPORÇÃO DE POBRES	65,10	68,10
ÍNDICE GINI	0,55	0,58
PERC. DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS FREQUENTANDO CURSO SUPERIOR (2000)	1,64	1,08
PERC. DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS COM ACESSO A CURSO SUPERIOR (2000)	1,64	1,08
TAXA DE ANALFABETOS (18 A 24 ABIS)	12,9	15,7
% DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS COM MENOS DE 4 ANOS DE ESTUDO	28,8	35,5
% DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS COM MENOS DE 8 ANOS DE ESTUDO	73,0	68,6

Fonte: SPE (UFCG, 2005).

- b) A localização geográfica de Cuité é julgada como favorável ao acesso dos demais municípios do Curimataú Oriental e Ocidental, do Seridó Oriental e do Trairi Potiguar – favorecendo a integração dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.
- c) São mencionados os órgãos estaduais de Ensino, da Agricultura, de Saúde e de Fianças que formam a 4ª Região politico-administrativo da Paraíba polarizada em Cuité. Fato que faria do município de Cuité um centro com capacidade de mobilização regional e com condições de apoio operacional e logístico para realização do projeto de expansão da UFCG.
- d) Por fim, são apresentados os aspectos infraestruturais que viabilizam a construção do espaço físico do *campus* universitário. A exemplo: a doação da área onde era situava a antiga escola agrícola de Cuité, Escola Técnica Agrícola Dr. Raimundo Asfora, para a construção do centro universitário.

Ao analisarmos este relatório identificamos diversos pontos em comum com a justificativa criada pela comissão cuiteense – citada por nós anteriormente. Grande maioria dos argumentos e pontos discutidos, em ambos os documentos, se assemelham.

O Relatório da SPE (UFCG, 2005) enfatiza pontualmente que os gestores municipais de Picuí se interessam pela posse do *campus* e que foi debatido pela comissão qual seria a melhor possibilidade de sede entre estas duas cidades. Mas, não relata se houve mobilização social ou política, disponibilização de área para realização do projeto ou outras questões que seriam significativas para que este município fosse contemplado com o *campus* da UFCG. Sobre essa questão o Sr. Rubens Germano declarou que:

Se Cuité entrou na disputa, mostrou porque gostaria que o campus fosse lá. Eu como prefeito mostrei porque achava que estrategicamente era melhor Picuí. Então, isto é verdade. Houve um documento com justificativa; mostrando os indicadores sociais; custo de instalação, que seria menor. [...]. Eu não posso questionar a mobilização que Cuité fez. Como Cuité não pode questionar a mobilização que Picuí fez. Se uma foi maior ou menor, não cabe a nós avaliarmos. A avaliação foi feita pelo MEC. Decidiu por Cuité? Parabéns a Cuité! (Rubens Germano – Buba –, gestor municipal de Picuí do período de 2005 a 2008. Entrevista realizada em junho de 2014).

Infelizmente não tivemos acesso a documentos ou registros que comprovassem este depoimento. As pessoas contatadas alegaram perda total dos documentos ou não ter conhecimento de outras possíveis fontes. Lamentamos, pelo fato de crermos na contribuição destes documentos para nossas análises, porém acreditamos que sua ausência não prejudicou o nosso objetivo.

Em setembro de 2005 foi divulgada a autorização do MEC para construção do *campus* da UFCG no Curimataú paraibano, primeiro *campus* da UFCG a ser criado pelo Planexp. Assim, dar-se por encerrado um importante momento da história do município de Cuité. Marcado pela atuação de grupos civis, institucionais e governamentais que uniram-se e mobilizaram esforços para a realização de uma causa comum, que se concretiza como um bem de poder transformador cultural, econômico e social. Como também, um período histórico marcado por um jogo de estratégias, articulações e interesses políticos de indivíduos que atuaram com intencionalidades bem definidas, contraditórias ou condizentes.

Inserido no contexto do Planexp e do *Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Superior* foi criado, no município de Cuité, o Centro de Saúde e Educação-CES. Situado no Olho D'Água da Bica, a 2Km do centro da cidade e com área territorial de 80 hectares. As suas atividades acadêmicas foram iniciadas no segundo semestre do ano de 2006.

Atualmente o *campus* é dividido em duas Unidades Acadêmicas: Saúde e Educação. A Unidade de Saúde abriga os cursos de Bacharelado em Enfermagem, Farmácia e Nutrição. E a Unidade Acadêmica de Educação é composta pelas Licenciaturas em Biologia, Química, Matemática e Física. Também funcionam duas Pós-Graduação *lato sensu* na área de Educação e o mestrado em Ciências Naturais e Biotecnologia. Além dos cursos superiores, centro colabora com a concessão do seu espaço físico para a realização de dez cursos profissionalizantes do PRONATEC, iniciados no primeiro semestre de 2014.

Segundo o diretor de centro, Ramilton Marinho, o projeto educacional e infraestrutural do CES ainda não foi finalizado. Está previsto a ampliação dos cursos de educação e de saúde. Atualmente esta sendo discutida a viabilidade de implantação do curso de Medicina por uma comissão formada por professores e profissionais do CES, e que tem como consultores externos autoridades locais vinculadas ao sistema público de saúde municipal e estadual.

A comunidade acadêmica do CES realiza atividades culturais, projetos e eventos que interagem diretamente com a comunidade escolar do município e com a população em geral. Como exemplos: o Festival Universitário de Inverno (evento que ocorre anualmente, durante uma semana são realizadas atividades artísticas, culturais e acadêmicas), o Projeto Museu Homem do Curimataú (foi criado o primeiro museu da cidade e nele são realizadas atividades e eventos de preservação e de resgate da memória da cultura e do cotidiano do homem do Curimataú paraibano), o Circo de Ciências (espaço itinerante onde são apresentados experimentos da química, física, biologia e matemática) e o Horto Florestal (projeto de

preservação da área em que o CES está locado e prevê-se a construção de uma estação ciência, um parque ecológico, um balneário e a realização de turismo de trilha, de rapel e de preservação do maior teatro aberto da Paraíba – onde é, tradicionalmente, realizada a encenação da Paixão de Cristo).

O projeto físico também está em andamento. O CES possui três blocos utilizados como central de aulas (trinta salas), um bloco administrativo com doze salas, um pavimento com quarenta e quatro salas para os docentes, um bloco das coordenações de saúde e educação com um total de sete salas, trinta e seis laboratórios dos cursos de saúde e educação, cinco salas de pesquisa e um biotério, auditório, laboratório de informática, biblioteca, restaurante universitário, quadra de esportes, duas residências universitária, situadas na área urbana da cidade com quatorze quartos cada e uma frota de doze carros (entre ônibus e veículos de passeio). Ainda estão em construção dois novos blocos que sediarão mais ambientes para os professores e novos laboratórios. O espaço físico do CES pode ser visualizado na fotografia (FIG. 13) seguinte:

Figura 13 - Cuité, 2010. Vista panorâmica do Centro de Educação e Saúde-CES.

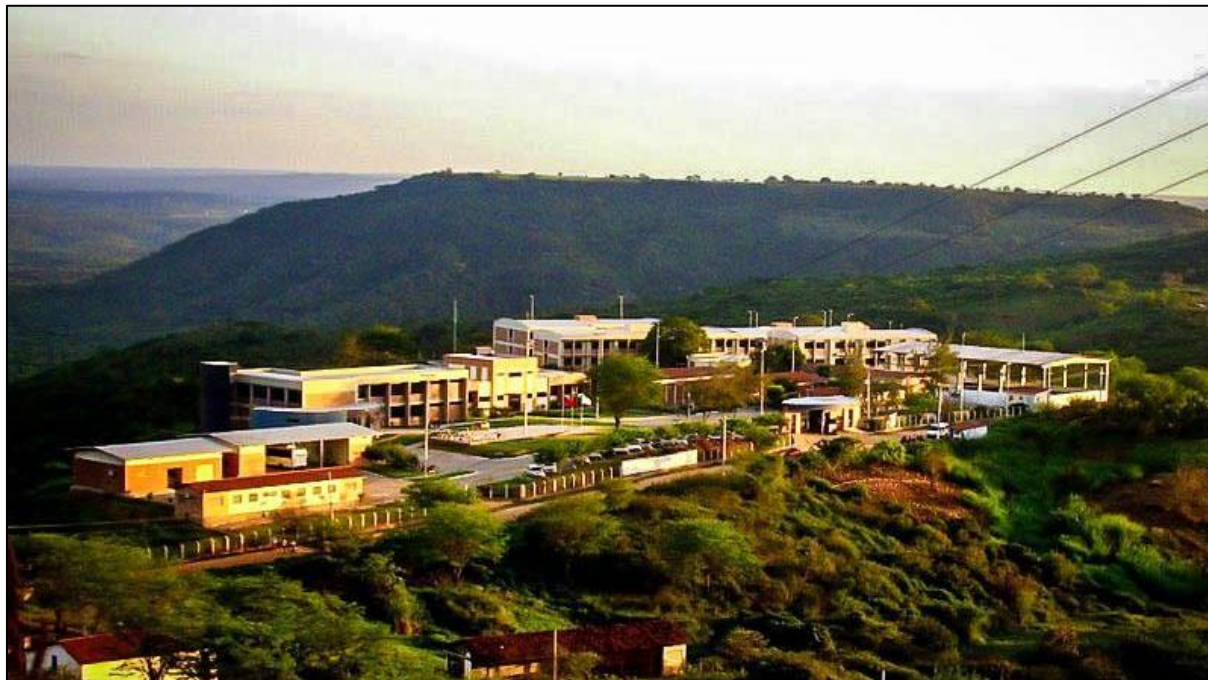


Foto: Renally Flaízy.

Fonte: CES/UFCG (2013).

Os cursos em funcionamento neste *campus* vem apresentando aspectos satisfatórios no desenvolvimento acadêmico, porém ainda enfrentam algumas dificuldades ou empecilhos para a manutenção das atividades cotidianas e a falta de campo para a realização dos estágios

supervisionados de alguns cursos. Os cursos com este último problema citado são os de Enfermagem e Farmácia, devido a fragilidade e pobreza da rede de estabelecimentos de saúde. Como solução momentânea, parte dos alunos realiza estágio em Campina Grande-PB ou em outras cidades circunvizinhas a Cuité.

Espera-se, que estes e outros problemas sejam sanados, que a presença do CES em Cuité realmente efetive a qualificação profissional de jovens antes excluídos do sistema de educação superior e estimule o desenvolvimento regional social e econômico. Mesmo avaliando a curto prazo, já torna-se possível perceber que a existência desta instituição tem gerado modificações no espaço urbano, tanto num contexto mais amplo da região quanto no local em que situa-se.

No âmbito interurbano, os cursos implantados ampliam as ofertas de qualificação profissional para população da região, que pode consistir num meio de melhorias socioeconômica. O Governo Federal participa ativamente disponibilizando recursos financeiros para manter o funcionamento do *campus*, que circulam entre os setores econômicos da região. Os governos dos municípios circunvizinhos colaboram indiretamente ao disponibilizarem transporte público para conduzir os universitários até a instituição de ensino. Estes eventos se apresentam como aumento do poder de influência município polo do *campus* sobre os municípios da região e como um estreitamento das relações territoriais entre ambos.

No que tange ao intraurbano, a influência regional concedida pela presença do CES atribuiu uma nova funcionalidade a Cuité, impôs novos valores ao seu território e atraiu maiores investimentos e pessoas interessadas na oferta de trabalho e educação.

Diante os fatos supramencionados, podemos afirmar que a presença do CES vem trazendo novas lógicas de funcionamento ao lugar. E no próximo capítulo apresentaremos nossa reflexão sobre as atuais dinâmicas da área urbana de Cuité, considerando a presença desta instituição.

CAPÍTULO 4 - CES: um novo objeto, uma nova dinâmica

Com suas lógicas produzidas em contextos de espaços e tempos específicos, as IES trazem para os lugares onde se instalam o funcionamento do mundo, impulsionando o “balancê” das formas, dos conteúdos, gerando dinâmicas peculiares às estruturas, dinamizando os processos.

Cassiano Caon Amorim

Ao nos referirmos à implantação do CES no município de Cuité estamos ressaltando a amplitude e a intensidade das ações de sujeitos e de instituições na inserção de um novo objeto, que trás consigo um intricado arranjo de eventos, formas e conteúdos, fixos e fluxos.

Para Santos (2006) a análise dos objetos realizada com a consciência de que eles não são uma realidade em si, mas um dado *a priori*, permite a construção intelectual da realidade social. Este autor afirma que “a significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social” (SANTOS, 2006, p.77-78).

Esta reflexão nos direciona ao contexto de inclusão de um objeto geográfico que obedece à seletividade espacial, a intencionalidade de determinados sujeitos e às condições sociais e técnicas existentes num distinto momento histórico. Como também ao fato de que este objeto ganha sentido a partir de sua funcionalidade, de seu significado e de sua inter-relação com o todo. Como afirma Santos (1988):

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1988, p.10).

De acordo com este viés analítico, podemos concluir que um fixo¹⁶ além de ser objeto técnico/material é também social e que interfere, diretamente e indiretamente, no cotidiano social do lugar em que se faz presente.

Assim sendo, a existência do CES em Cuité agrega valor a este município e aviva diversos processos a nível local, como: o emaranhado das relações sociais, o mercado imobiliário e a (re)organização espacial. Processos inovadores para este lugar e que merecem ser investigados geograficamente. Por tal razão, neste último capítulo, nos propomos refletir sobre como estes eventos desenrolam-se na área urbana cuiteense.

Inicialmente, refletimos sobre a importância do CES na valorização do local no qual foi inserido, de atração de novos investimentos e de pessoas. Fatos que, respectivamente, veem favorecendo a modificação na funcionalidade de Cuité e a formação de uma nova demanda para a rede de comércio e serviços.

Entre as demandas formadas por estes indivíduos atraídos pelo CES destaca-se a demanda habitacional. Assim, seguimos expondo algumas questões espaciais decorrentes do aumento da procura por habitações, como: o aquecimento do mercado imobiliário local e a expansão da área urbana.

Portanto, intencionamos descrever a atual fase do processo histórico de construção e reconstrução socioespacial urbana de Cuité. Dando ênfase para alguns aspectos decorrentes da presença do CES, ao discutir de forma sucinta, como este objeto e toda a dinâmica em torno de sua existência estão refletindo nas questões funcionais, sociais e espaciais.

4.1 CES: a força dos objetos geográficos¹⁷

Com a presença do *campus* universitário foram impostos novos valores ao território da cidade de Cuité. Considerando os fatores que norteiam a dinâmica do mercado capitalista, esta valorização vem tornando-a mais atrativa e significativa para a implantação de novos investimentos. Ao referir-se sobre a valorização dos lugares, Santos (1979) afirma que:

¹⁶ De acordo com Santos (2006) fixos são objetos que estão fixados em um lugar. A evolução das técnicas de trabalho tem criados fixos cada vez mais artificiais. Os fixos podem ser considerados objetos geográficos se considerado sua relação indissociável com os fluxos – sistema de ações sociais, relações sociais.

¹⁷ Segundo Santos (2006, p.72) objetos geográficos são objetos móveis e imóveis que resultam de ações da natureza ou ações humanas. Ou seja, “tudo que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou.” Os objetos são exteriores ao homem, mas, tornam-se instrumentos materiais de sua vida.

Quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o “valor” desse lugar muda e assim o “valor” de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e ganha através desse fato, uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou, modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade preexistente, cria, no conjunto das localidades que também a exerce, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo o caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares (SANTOS, 2012a, p.66).

O valor de cada lugar é modificado historicamente e espacialmente, pois depende de sua relação com o todo. Quanto mais sofisticados, eficientes e diversificados os bens e serviços ofertados, maior será o valor concedido a uma cidade. Como também, aumentará seu poder de influência e de atração de novos fixos e novos fluxos. De acordo com Souza (2003, p.57) cada cidade terá “uma posição tanto mais elevada na hierarquia da rede urbana, quanto mais ela possuir essa capacidade de ofertar bens e serviços e capturar uma área de influência maior”.

Ao possuir um *campus* universitário, ou seja, ao ofertar um serviço especializado e raro na escala regional Cuité adquire uma nova funcionalidade e maior significância política, econômica e simbólica. Isso implica que, cada objeto geográfico tem um valor diferente segundo o lugar em que se encontra.

A importância atribuída a Cuité pela posse do CES é expressa tanto num contexto mais amplo pelos discursos e ações dos sujeitos políticos e econômicos, quanto num contexto mais restrito pelas manifestações da sociedade local. São comuns ações destes sujeitos que revelam orgulho, satisfação e interesses lucrativos pela presença do *campus* universitário. Uma amostra da ênfase dada a existência do CES na seguinte imagem (FIG. 14):

Figura 14 – Placa da entrada sul da zona urbana municipal de Cuité.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Acervo: Maria Verônica de Azevedo Gomes.

A partir de uma superficial reflexão sobre o contexto contido na frase de boas vindas da placa apresentada na imagem acima, constata-se a valorização e o engrandecimento dado à cidade pelo uso do adjetivo *universitária*. Como se este adjetivo expressasse a posse de conhecimento, capacidade de desenvolvimento, modernidade e “abertura para o mundo”.

Neste sentido, o *campus* universitário da UFCG concede significância para área urbana cuiteense e atrai pessoas e capital – direcionado para instalação de novos equipamentos e serviços, principalmente, ligados às áreas de educação, lazer e imobiliária.

4.1.1 Outros serviços educacionais

Desde a implantação do CES novas instituições de ensino também foram instaladas em Cuité, ofertando diversas modalidades educacionais. O Quadro 08 (Cuité. Instituições educacionais inauguradas após o ano de 2006, segundo modalidade de ensino e ano de instalação), abaixo, expõe uma lista de instituições educacionais que passaram a funcionar após o ano de 2006.

Quadro 08 - Cuité. Instituições educacionais inauguradas após o ano de 2006, segundo modalidade de ensino e ano de instalação.

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	ANO DE INSTALAÇÃO
MILLENIUM	EDUCAÇÃO BÁSICA	2008
IDEA	EDUCAÇÃO BÁSICA	2010
CETES	ENSINO TÉCNICO	2010
COGNITIVA	GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	2012
ECO	ENSINO TÉCNICO	2014

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Após o ano de 2006 foram implantadas cinco novas instituições da área de ensino básico, técnico profissionalizante e superior. As escolas particulares *IDEA-Intituto Delta de Ensino e Aprendizagem* e *MILLENIUM* ofertam ensino básico do pré-escolar ao ensino médio e funcionam em convênio, respectivamente, com os sistemas de ensino *OBJETIVO* e *GEO*. A escola *IDEA* também oferece cursos de inglês em parceria com a escola de línguas *CCAA*. As escolas *CETES-Centro Técnico em Saúde* e *ECO* oferecem cursos técnicos profissionalizantes. A *CETES*, com sede no município de Picuí-PB, disponibiliza os cursos de Enfermagem, Nutrição, Auxiliar Técnico, Saúde Bucal e Segurança do Trabalho. A *ECO* (rede de ensino que atua em diversos municípios do estado do Rio Grande do Norte) oferta os cursos de Operador de Caixa, Recursos Humanos, Logística, Atendente de Farmácia, Design Gráfico, Manutenção de Computadores, Auxiliar Administrativo, Assistente Contábil, Agente de Vendas e Informática. A *COGNITIVA Cursos e Consultoria* atua em 14 municípios dos estados da Paraíba e Pernambuco, oferecendo cursos de Graduação e Pós-Graduação (Especialização e Mestrado) em Serviço Social, Pedagogia, Educação Física, Administração e Ciências Contábeis.

Estas instituições veem atendendo alunos provenientes não só de Cuité, mas também de municípios paraibanos e potiguares circunvizinhos (já apresentados no Mapa 03 - Municípios requereram posse do *campus* da UFCG para Cuité, p.85). Fato que representa a intensificação da influência regional de Cuité.

Ao investigar as instituições educacionais criadas após o ano de 2006, não foram contabilizadas as escolas públicas estaduais ou municipais, porém, cabe relatar que está em construção o prédio que será a sede da Escola Técnica Estadual de Cuité (FIG. 15 - Construção do prédio da Escola Técnica Estadual de Cuité, 2014).

Figura 15 - Construção do prédio da Escola Técnica Estadual de Cuité, 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Acervo: Maria Verônica de Azevedo Gomes.

A escola é uma das 15 unidades que estão previstas pelo Governo do Estado para serem distribuídas entre os municípios paraibanos. Este projeto está sendo executado em parceria com o Governo Federal, por tal fato, as escolas estão sendo construídas de acordo com um padrão elaborado pelo MEC para comportar 1.200 alunos cada.

Ainda não foram divulgados os cursos que serão ofertados pela Escola Técnica Estadual de Cuité. Segundo informações publicadas no *site*¹⁸ do Governo do Estado, a escolha dos cursos será realizada mediante consulta popular e análise de dados do Ministério do Trabalho referente às disponibilidades de vagas de trabalho no mercado local.

As instituições apresentadas são um resultado de investimentos privados e públicos que veem incrementar a rede de serviços da área urbana cuiteense e, consequentemente, colaborar para sua especialização funcional e influência regional.

¹⁸ Governo do Estado da Paraíba. **Notícias.** Assessoria de Imprensa. Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br>. Acesso e: 15 jul. 2014.

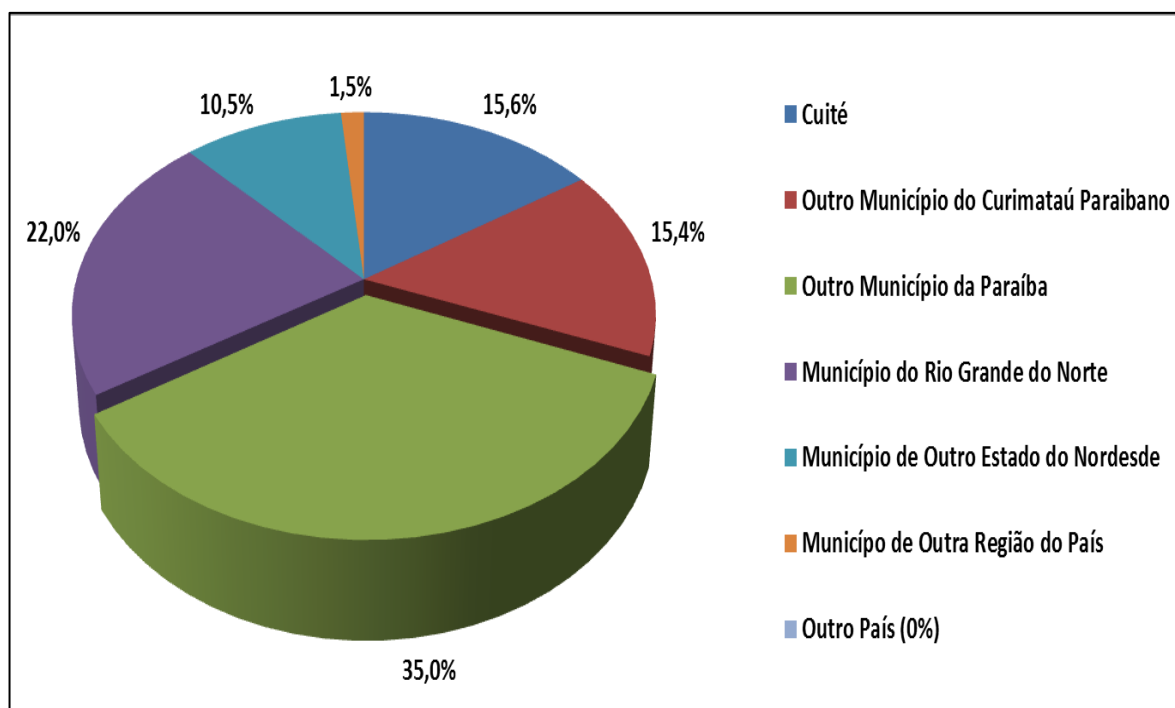
4.1.2 Nova camada populacional e as relações sociais

Ao ofertar trabalho e educação, o Centro de Educação e Saúde atrai pessoas para Cuité. Realizamos uma pesquisa direta com os discentes, técnicos administrativos e docentes do CES para constatar a intensidade destes fluxos, distinguir suas origens e identificar a participação destes imigrantes no cotidiano da referida cidade.

Atualmente, o quadro efetivo de profissionais é composto por 115 docentes e por 44 servidores técnicos administrativos, e o quadro discente contém 1.900 alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação. Totalizando uma população de 2.059 pessoas. Na execução da pesquisa foram aplicados 530 questionários, o que equivale a um erro amostral de 3,7% – o processo de aplicação dos questionários e a estatística utilizada estão descritos no capítulo 1, subseção 1.1, *vide* p. 24.

A partir da tabulação dos resultados, constatou-se que 17,7% dos membros do CES são de naturais de Cuité. Desse total, 15,6% habitava a referida cidade antes de realizar alguma atividade no *campus*. Assim, 2,1% destas pessoas voltaram a residir em Cuité após vinculação com o CES. O Gráfico 02, a seguir, apresenta o local de residência destes sujeitos antes da instalação da unidade de ensino superior em Cuité.

Gráfico 02 - Local de residência dos docentes, servidores técnicos e discentes antes de vincularem-se ao CES/UFCG.



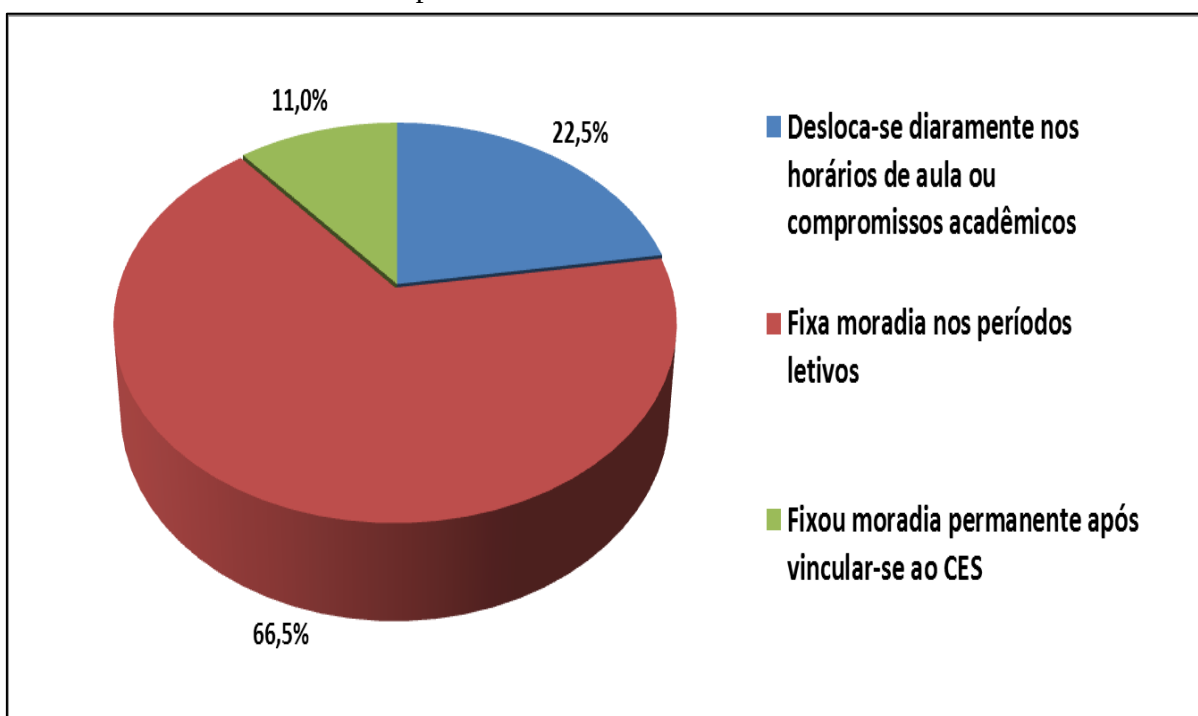
Fonte: Pesquisa direta, 2014.

A maioria da população que tem usufruído dos serviços do CES já residia na Paraíba, pois os indivíduos oriundos dos demais municípios do Curimataú e do restante do estado somam 50,4% dos membros do CES. Desse modo, este *campus* universitário exerce maior força de atração demográfica em território interestadual.

Também é significativa a parcela de pessoas advindas de municípios potiguares, que contabilizam 22% do total populacional. Fato que pode ser justificado, entre outros fatores, pela proximidade territorial entre Cuité e o estado do Rio Grande do Norte. Os demais entrevistados (12%) informaram residir em outros estados do Nordeste e em outras regiões do Brasil.

Grande parcela desta população, que não habitava Cuité antes da implantação do CES, se faz presente no referido município por determinados períodos, retornando para seus municípios de origem em dias/períodos não úteis de acordo com calendário letivo da UFCG. Conforme apresentado no Gráfico 03, a seguir:

Gráfico 03- Tempo de permanência, em Cuité, dos membros acadêmicos que não residiam neste município antes de vincularem-se ao CES/UFCG.



Fonte: Pesquisa Direta (2014).

Uma parcela de 22,5% dos entrevistados mantém moradia na cidade de origem e desloca-se diariamente para o *campus* universitário em Cuité. Estes membros do CES colaboram diariamente para a intensificação do fluxo de pessoas, de informações, de veículos

e para tornar mais animado o cotidiano da cidade. A respeito desse fenômeno, Carlos comenta que “dependendo da hora do dia, ou do dia da semana, a observação de um determinado lugar vai mostrar um determinado momento do cotidiano das pessoas que ai moram, trabalham e se locomovem. É o tempo da vida” (CARLOS, 2008b, p.39).

Concomitantemente, uma parcela de 66,5% dos entrevistados ocupa moradia no município supramencionado durante o período letivo. Deste grupo, fazem parte os indivíduos que se locomovem eventualmente nos finais de semana, feriados prolongados e férias letivas para suas cidades de origem. Assim sendo, cerca de aproximadamente 1.138 pessoas são oriundas de outros municípios e agregam-se aos habitantes da zona urbana cuiteense pelo menos durante os dias úteis semanais. Como a zona urbana cuiteense é composta por cerca de 13.462 (IBGE, 2010) habitantes, há um aumento semanal de aproximadamente de 8,4% nesta população. Enquanto, 11% (cerca de 191 pessoas) da comunidade do CES são pessoas que passaram a residir permanentemente no município após estudar ou trabalhar no *campus* UFCG-Cuité.

Os fluxos migratórios estão ligados a abrangentes conjuntos de causas e efeitos. Eles vão além do simples arbítrio individual, decorrem de fatores amplos – como as questões econômicas, habitacionais, de organização social e espacial do trabalho – e provocam uma série de alterações demográficas, econômicas, sociais e culturais.

De acordo com Thomson (2002, p. 242) os movimentos migratórios se estabelecem “pelas maneiras em que as redes de trabalho e os estilos de vida do local de origem são recriados e modificados no novo mundo”. De tal modo, as raízes da cultura, hábitos e valores diversos das pessoas que se instalam em Cuité se “misturam” com as características sociais do local, colaborando para a transformação do modo de vida e do cotidiano social.

Os registros seguintes (FIGURA 16 - Atividades realizadas pelo CES/UFCG) exibem momentos de interação da comunidade acadêmica do CES com a comunidade local. Eles apresentam exemplos de projetos e ações organizados pela comunidade acadêmica e realizados abertamente à participação da população cuiteense, ou justamente direcionada para este segundo público.

Figura 16 - Atividades realizadas pelo CES/UFCG.

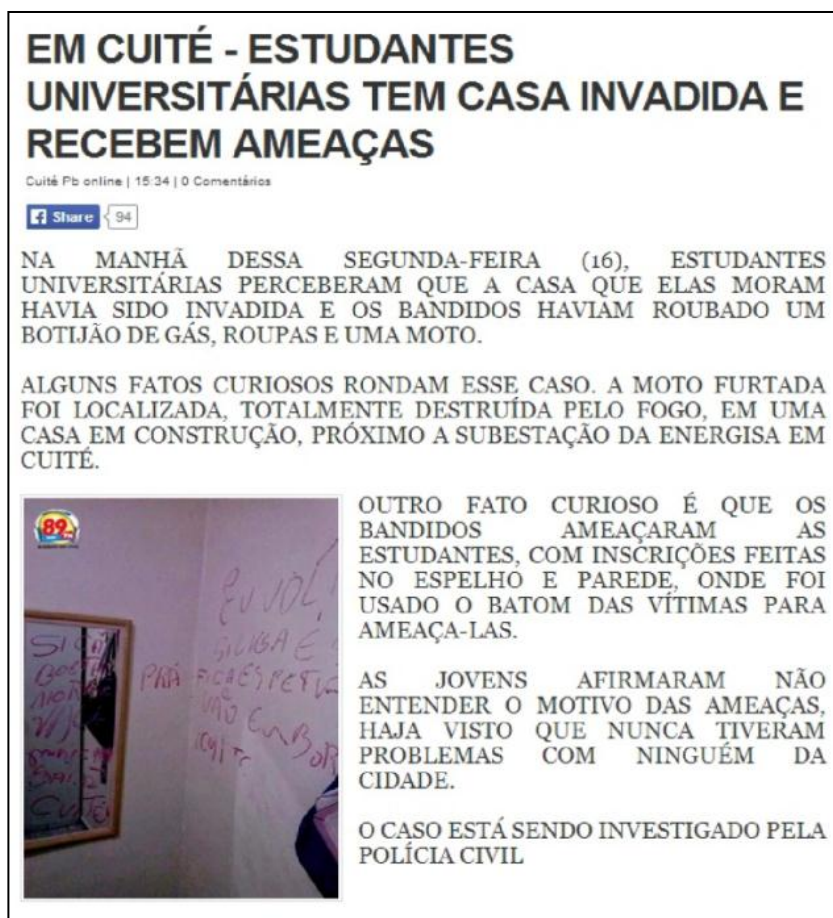


Fonte: CES/UFCG.

As imagens superior e inferior à esquerda retratam, respectivamente, a inauguração do Museu Homem do Curimataú (prédio do antigo Cuité Clube, mencionado no Capítulo 2, p.53) criado pelo CES no ano de 2010 e o show de encerramento do VI Festival Universitário de Inverno-FUI 2013, realizado na Praça Aniceto Pereira (Praça do Coreto). As imagens à direita mostram a visita de alunos de uma escola local à biblioteca do CES e a uma ação social com tema *Saúde na Feira* realizada pelos alunos do curso de Enfermagem – ambas aconteceram no ano de 2013.

A partir das atividades do cotidiano de cada um e pelas atividades realizadas pelos membros do CES, torna-se possível o contato desta massa demográfica imigrante com os moradores cuitenses. Levando ao estabelecimento de laços comunitários e desencadeando um misto de interações sociais conflituosas ou harmoniosas. Como o exemplo exposto a seguir na Figura 17:

Figura 17- Destaque na mídia regional: ameaça à estudantes universitárias. Notícia divulgada em 16 de junho de 2014.



Fonte: Blog de notícias Cuitépbonline.

Mesmo sendo um exemplo pontual, chama atenção no noticiário parte das frases escritas no espelho e na parede, respectivamente “*Saiam de Cuité*” e “*Vão embora de Cuité*” que expressam repetitivamente aversão a presença destas residentes universitárias no município.

As ações sociais desencadeiam eventos de ordem e de desordem, de coesão e de conflito. Tais eventos e fenômenos são passíveis a discurrerem nas diversas esferas sociais, como afirma Carlos (2007b):

estamos diante do plano do cotidiano, que é uma construção social, pois a sociedade se organiza a partir de modos de morar, de se relacionar, de criar, o que envolve lutas e conflitos diante da constituição de uma programação da vida em meio a coações e repressões em um espaço planejado e controlado (CARLOS, 2007b, p.69).

As relações sociais se manifestam de diferentes modos. Pois, são resultados das ações sociais do cotidiano e impulsionadas por fatores de natureza individual e coletiva, que

revelam ideias, sentimentos, valores e interesses – entre outros fatores construídos a partir das experiências de cada indivíduo adquiridas no cotidiano social.

Momentos harmônicos ou conflituosos entre a população local e os membros do CES podem ocorrer com frequência na zona urbana de Cuité. Estes eventos são cada vez mais comuns na medida em que grupos sociais de diferenças ideológicas, econômicas, culturais e políticas relacionam-se cotidianamente. As relações entre a comunidade local e os grupos atraídos pelo CES pode se tornar mais intrincada na medida em que os fluxos demográficos tornam-se mais avolumados.

4.1.3 CES: uma nova demanda de bens e serviços?

A massa demográfica que passou a frequentar ou residir em Cuité para trabalhar ou estudar no CES tem um papel significativo para o mercado capitalista. Mesmo que permaneçam neste município por um curto período de tempo, demandam maior oferta da rede de comércio e de serviços (públicos ou privados) para a realização de suas atividades e necessidade diárias.

A possibilidade da realização do consumo para algumas destas pessoas é assegurada, relativamente, pelo repasse de salários e bolsas estudantis. Como demonstra o Quadro 09, que apresenta a distribuição média anual de valores repassados aos alunos, aos professores, aos servidores técnicos administrativos e aos servidores terceirizados durante o ano de 2013.

Quadro 09 - Valores médios de bolsas e salários repassados aos alunos e profissionais do CES/UFCG, 2013.

CATEGORIAS (nº de pessoas)			MÉDIA MENSAL (R\$)	MÉDIA ANUAL (R\$)
PROFESSORES (115)			855.445,84	11.120.795,00
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS (44)			112.200,00	1.458.600,00
DISCENTES (490)			148.950,00	1.787.400,00
TIPO DE BOLSA	QTD.	VALOR (R\$)		
REUNI	273	250,00		
MONITORIA	90	300,00		
PROLICEN	03	300,00		
PIBID	56	400,00		
PROBEX	21	300,00		
PIBIC	24	300,00		
PET	16	400,00		
PÓS-GRADUAÇÃO	07	1.500,00		
TOTAL			1.116.595,84	14.366.795,00

Fonte: CES/UFCG/Cuité, 2013.

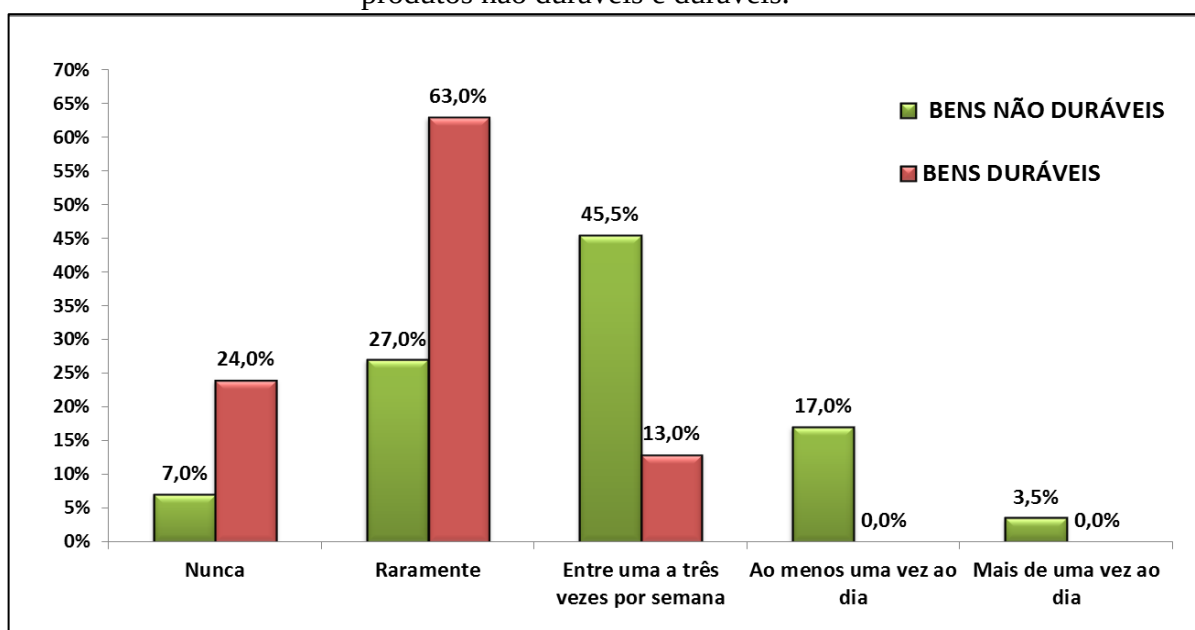
No ano de 2013 um total de 159 profissionais efetivos recebeu remuneração trabalhista e 490 discentes receberam remuneração vinculada a alguma atividade estudantil. No referido ano, 31,5% dos membros do CES foi contemplado pelo repasse de capital que tem como objetivo garantir a manutenção das atividades acadêmicas e pessoais de cada um.

Visto que grande maioria destas pessoas mesmo não sendo natural de Cuité reside neste município nos períodos letivos ou passou a residir depois de vincular-se ao CES (*vide* Gráfico 02, p.104), ao menos parte deste capital é utilizado na área urbana deste município. Ou seja, estas pessoas constituem uma nova camada de consumidores.

Perante tal realidade, buscamos identificar a participação da comunidade do CES como consumidores do espaço intraurbano de Cuité. Assim, as reflexões e análises seguintes abordam a frequência de consumo de produtos e serviços e a presença destas pessoas em atividades culturais realizadas em Cuité. Esta análise considera quantitativamente todos os membros do CES, considerando que estas pessoas passaram a ter maior poder de consumo ao receber algum benefício financeiro repassado em forma de salários ou bolsas.

Foi questionado a essa comunidade sobre a frequência de consumo de bens duráveis (roupas, calçados, acessórios, utensílios domésticos, eletrodomésticos, móveis e eletroeletrônicos) e não duráveis (medicamentos, produtos de higiene pessoal e doméstica, e alimentos disponíveis em supermercados, minimercados, bodegas, padarias e frigoríficos). O Gráfico 04 apresenta os resultados obtidos:

Gráfico 04- Frequência de consumo da comunidade do CES/UFCG: produtos não duráveis e duráveis.

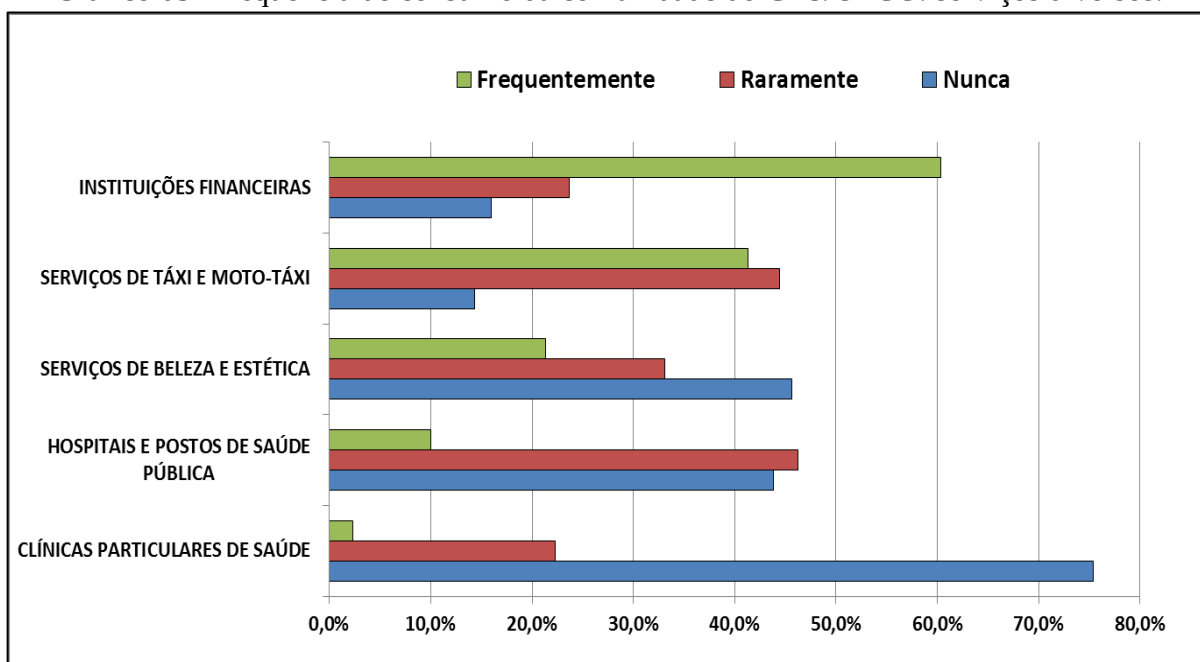


Fonte: Pesquisa direta, 2014.

É mais significativo o consumo de bens não duráveis em relação aos duráveis. Uma parcela de 45,5% da comunidade do CES realiza consumo de produtos não duráveis entre uma a três vezes por semana, enquanto 17% ao menos uma vez ao dia e 3,5% compra estes produtos mais de uma vez ao dia. Deste modo, 66% dos membros do CES realiza consumo com frequência em estabelecimentos comerciais que fornecem produtos básicos e essenciais para a manutenção da vida humana, como alimentos e medicamentos. Com relação aos produtos duráveis, apenas 13% da população os adquire com frequência semanal nos estabelecimentos comerciais de Cuité. Cabe evidenciar que 7% deste total (13% de consumidores de bens duráveis) são pessoas que passaram a residir permanentemente nesta cidade após vincular-se ao CES.

No que se refere à utilização de serviços, o Gráfico 05 apresenta a frequência em que a comunidade do CES faz uso de serviços de clínicas, postos de saúde e de hospitais públicos ou privados, de instituições financeiras (bancos e postos de atendimentos), de táxi e de moto-táxi, e de beleza e estética.

Gráfico 05- Frequência de consumo da comunidade do CES/UFCG: serviços diversos.



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

A comunidade do CES utiliza-se com maior frequência dos serviços prestados por instituições financeiras e de táxi e moto-táxi. Visto que, as atividades atreladas a estes serviços (exemplo: saque de dinheiro, pagamentos e deslocamento) são necessidades corriqueiras do cotidiano social. Outras questões a serem consideradas: no município de Cuité

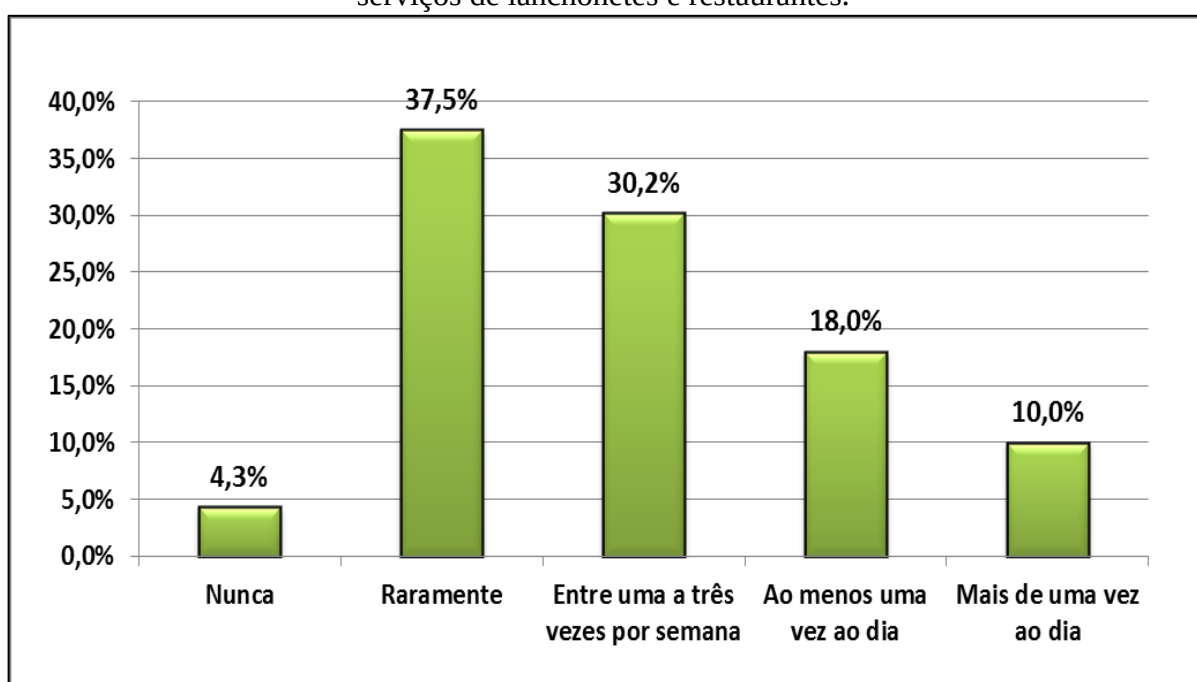
não há disponibilidade de transporte público, assim o uso de moto táxis vem tornando-se uma prática comum; e o uso deste serviço informal por parte dos membros do CES pode ter relação com a distância e acessibilidade desta instituição, que localiza-se em zona rural municipal a dois quilômetro da área central urbana. Vale salientar que apenas 13,3% do grupo que usa com frequência os serviços de táxi e moto táxi já residia em Cuité antes de 2006, enquanto 86,7% passaram a residir somente após este período.

Os serviços de estética e beleza são usufruídos com frequência por 21,3% dos entrevistados, 45,6% nunca fizeram uso destes tipos de serviços e 33,1% informam que utilizam raramente. É importante ressaltar o fato que 78,8% dos informantes que utiliza com frequência os serviços de estética e beleza não residiam em Cuité antes de estarem vinculados ao CES.

No que se refere ao uso de serviços de saúde, é significativa a parcela dos informantes que faz uso destes serviços raramente ou que nunca fez uso. Sendo, respectivamente, 46,2% e 43,8% relativo aos estabelecimentos públicos e 22,3% e 75,4% aos estabelecimentos particulares. As pessoas que usam com frequência os serviços de saúde já residiam em Cuité ou passaram a residir permanentemente após vincularem-se ao CES.

A frequência com que os membros do CES consomem em estabelecimentos fornecedores de refeições está exposta no Gráfico 06, seguinte:

Gráfico 06 - Frequência de consumo da comunidade do CES/UFCG: serviços de lanchonetes e restaurantes.

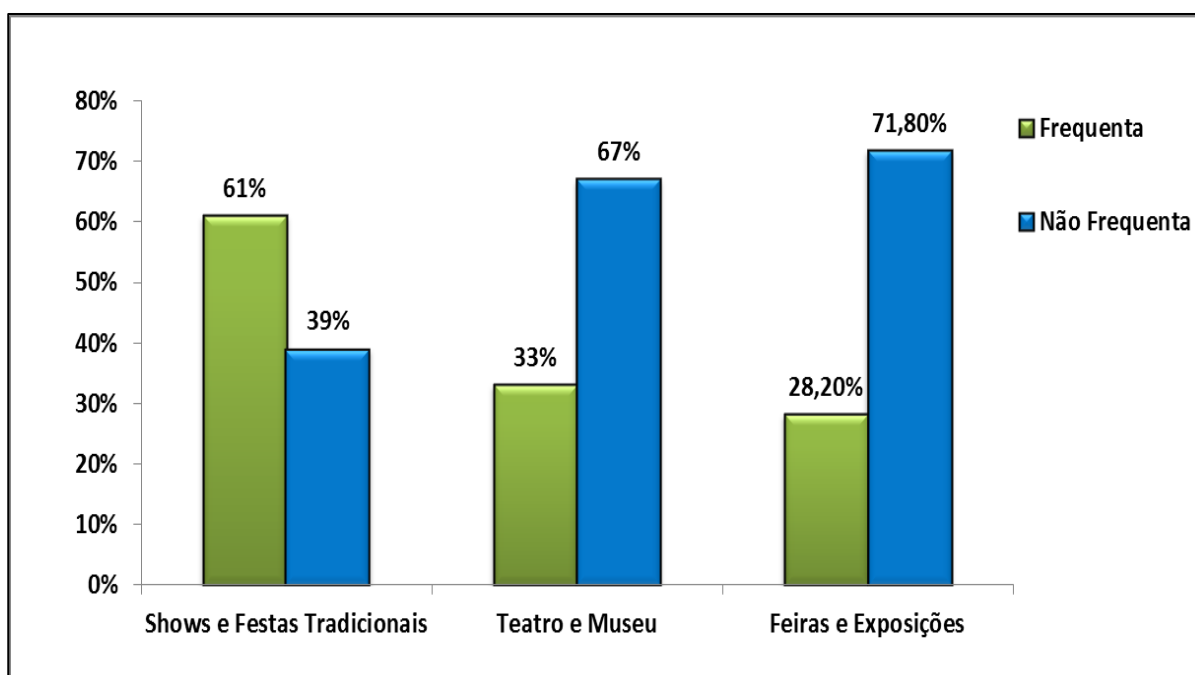


Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Apenas 4,3% da comunidade acadêmica do CES nunca realizou consumo em lanchonetes e restaurantes. De acordo com as informações adquiridas, fazem parte deste grupo alguns profissionais e alunos que residem em município próximo a Cuité, ou os alunos que se abrigam na Residência Universitária – onde são disponibilizadas as refeições diárias. Uma parcela de 37,5% dos informantes raramente frequenta estes tipos de estabelecimentos; enquanto 58,2% frequenta com uma assiduidade semanal, que varia de ao menos uma vez por semana até mais de uma vez ao dia.

A comunidade acadêmica do Centro de Saúde e Educação também se faz presente em atividades culturais realizadas em Cuité. O Gráfico 07, a seguir, detalha a participação deste grupo nas atividades seguintes: a) festas tradicionais e *shows*; b) apresentações artísticas e eventos realizados no teatro e visitas ao museu e; c) feiras e exposições de caráter científico ou artístico.

Gráfico 07 - Participação da comunidade do CES/UFCG em atividades culturais.



Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Os dados apresentados acima revelam que a participação dos membros do CES é mais assídua em *shows* e festas tradicionais, que representa 61% da comunidade acadêmica. Apenas 33% da comunidade do CES participa de atividades que ocorrem no teatro e no museu da cidade, e 28,2% visita feiras e exposições culturais. Uma média de aproximadamente 76% dos participantes destas três categorias de atividades culturais faz

parte do grupo de entrevistados que fixou moradia em Cuité para trabalhar ou estudar no *campus* da UFCG.

Os membros do CES vindos de outras cidades da Paraíba ou outros estados brasileiros são, majoritariamente, solteiros e em faixa etária jovem. De acordo com os resultados obtidos 80,8% dos entrevistados são solteiros, e 76,4% estão da faixa etária entre 16 a 25 anos. Segundo Santos (2008, p. 83) o acréscimo de uma “população jovem exige maior administração e, ao menos teoricamente, a instalação de certo número de serviços”.

Possivelmente relacionado a estas circunstâncias, após o ano de 2006 tem ocorrido a instalação de equipamentos na área urbana cuiteense destinados ao lazer e a realização de eventos que englobam principalmente o público jovem. “Hoje o lazer é mediado pela mercadoria, que faz com que o cidadão, longe de se apropriar socialmente da cidade, através das brincadeiras, dos jogos, do ócio, se veja obrigado ao consumo da diversão” (CARLOS, 2008b, p.40).

No ano de 2009 foi inaugurada na cidade a *Cuité Palace Casa Shows* (FIG. 18). O senhor Walkirio Simões Nobre¹⁹, um dos primeiros sócios-proprietários, afirma que a escolha do investimento em Cuité foi “*exclusivamente em função da presença do CES*”, por acreditarem que a vinda de estudantes jovens para a cidade estimularia a realização de eventos e seria um bom investimento.

O projeto total da *Casa Shows Cuité Palace* não foi concluído. Planejava-se a construção e um hotel, de uma área de lazer e de um parque de vaquejada. Porém, o hotel e a área de lazer nunca foram construídos; o parque de vaquejada funcionou poucos anos e foi extinto e o terreno por ele ocupado está sendo loteado e se transformará no condomínio residencial *Renascer da Serra*; e a casa de shows foi vendida a empresários ligados ao ramo de promoção de eventos, passando a chamar-se *Cuité Hall*.

¹⁹ Entrevista concedida em 02 de Junho de 2011, R. Adalto Soares, nº552. Cuité-Paraíba.

Figura18 - Casa de Shows *Cuité Hall*, 2011.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Além da *Cuité Hall*, foi inaugurada ao mês de novembro do ano de 2013 a *Executive Casa de Eventos* destinada a locação para realização de eventos, shows e festas. As festas têm se estendido também em ambientes bem inusitados: as piscinas de aluguel.

Figura 19- *Folders* de divulgação de eventos e locação das piscinas de aluguel.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Adaptada por: Maria Verônica de Azevedo Gomes.

As piscinas *Farias*, *Planalto* e *Bela Vista* são espaços de lazer disponíveis à locação para a população em geral. Situam-se na zona urbana cuiteense e possuem piscina, cozinha, churrasqueira, quartos e banheiros. Tornou-se habitual o uso destes ambientes para a realização de shows, de festas e de calouradas que visam arrecadar fundos para turmas concluintes, além, do uso pela comunidade local como forma de lazer.

A partir dos resultados expostos e discutidos, é possível afirmar que a presença comunidade acadêmica do CES suscitou no crescimento de consumidores e consequentemente na necessidade de novos investimentos. Esta população flutuante tem colaborado para o aumento da demanda de bens e serviços ofertados pelo mercado cuiteense, pois parte significativa deste grupo de consumidores são pessoas que não habitavam em Cuité até realizar atividades profissionais ou estudantis na referida instituição de ensino superior.

Os dados e informações discutidas até o momento apresentam questões que se correlacionam diretamente com o desenvolvimento socioeconômico do município e que necessitam ser investigadas com maior profundidade, tanto no que se refere à participação da comunidade do CES quanto em relação aos investimentos qualitativos e quantitativos no mercado local.

De acordo com o entendimento e reflexão sobre a realidade investigada, a efetivação desta camada populacional como consumidores assíduos – somada às melhorias das ofertas do mercado – pode colaborar diretamente para o aumento e complexidade da rede de comércio e serviços, para a geração de empregos e renda e para o desenvolvimento socioeconômico cuiteense.

No entanto, estes processos tem se desencadeado compassadamente, uma vez que, não dependem apenas da existência de uma nova parcela populacional em Cuité. Mas, vão muito mais além, adentrando em minúcias das condições socioeconômicas destas pessoas, de investimentos públicos e capitalistas, de injeção de capital externo, entre outros fatores.

Ao investigarmos a formação de demandas por parte dos membros do CES, a demanda habitacional apresentou-se mais intensa em relação às demais. Logo, nos dedicaremos a maiores reflexões sobre este fato na subseção seguinte.

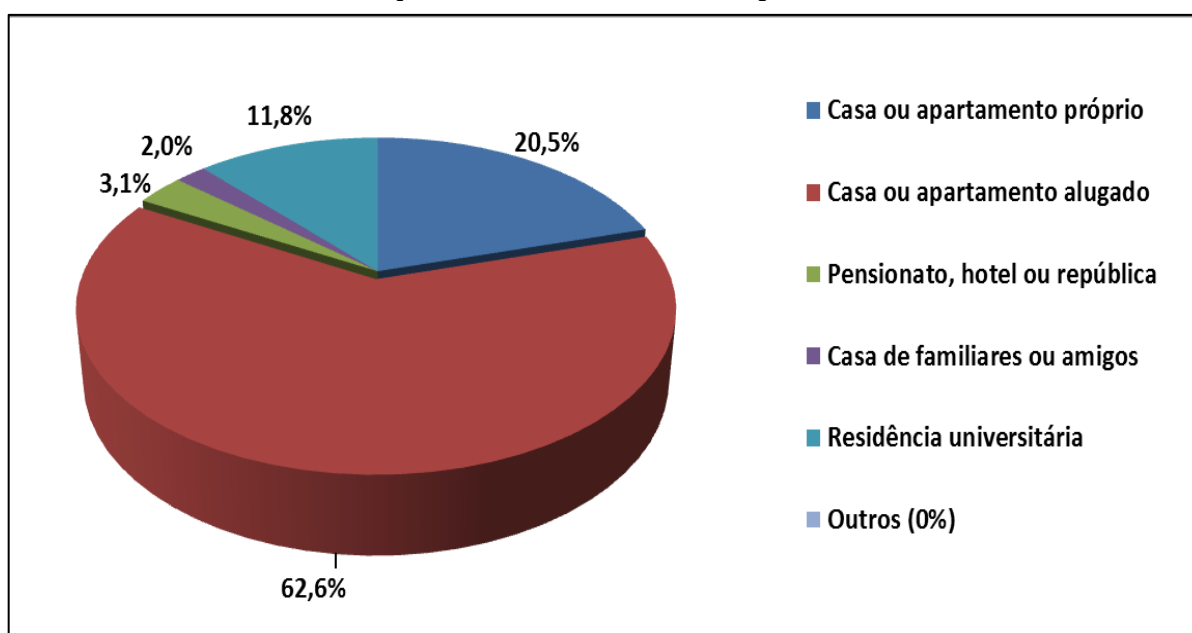
4.2 Expansão da malha urbana cuiteense e valorização do solo urbano

A presença dos docentes, servidores e alunos do CES tem interferido diretamente no arranjo do espaço urbano de Cuité. Grande parte destas pessoas passou a residir na referida

cidade para viabilizar suas atividades de trabalho ou estudo – conforme discutido anteriormente com base nos dados apresentados no Gráfico 02, p. 104. Deste modo, elevaram a demanda por habitações, que associada à escassez destes bens possibilitou o aquecimento no setor imobiliário, causou a expansão da área urbana e uma alta inflação neste setor.

Grande maioria dos membros do CES que passou a habitar a área urbana em Cuité após o ano de 2006 ocupa domicílios locados ou próprios. A distribuição referente às condições de ocupação de moradia por este grupo está exposta no Gráfico 08, abaixo:

Gráfico 08 - Formas que os membros do CES ocupam residências em Cuité.



Fonte: Pesquisa Direta, 2014.

Uma parcela de 16,9% da comunidade acadêmica passou a residir em Cuité ocupando pensionatos, hotéis, republicas, casa de familiares, amigos e residência universitária. Enquanto 20,5% reside em habitações próprias e 62,6% ocupa habitações locadas. De tal forma, estes dois últimos grupos compõem uma nova demanda habitacional. O mercado imobiliário visando atender esta demanda aumentou as construções residenciais e, conseqüentemente, as transações comerciais de locação e venda de imóveis.

Habitar é uma necessidade fortemente relacionada ao poder econômico de cada indivíduo ou grupo social. A moradia é apenas uma entre as necessidades humanas apropriadas para alimentar a lógica do capital. Os fornecedores de produtos e serviços imobiliários estão relacionados à regularização de bens necessários a manutenção diária da sociedade; e promovem a construção, o financiamentos, a comercialização, a organização, a

incorporação e o controle dos terrenos e imóveis. Dessa forma, possuem cada vez mais acesso aos meios de adquirir capital. O espaço é uma condição geral de existência e reprodução da sociedade. No modo de produção capitalista, ele é utilizado como meio de produção para a geração de mais-valia [...], sendo, neste sentido, consumido produtivamente (BOTELHO, 2007, p. 22).

O mercado imobiliário atuante no espaço urbano cuitense tem se dedicado a construção de moradias e venda de terrenos em loteamentos abertos e fechados. A partir de dados cedidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbano de Cuité, foi contabilizado um total de dezenove loteamentos comercialmente ativos e que estão regularmente registrados²⁰ pelos órgãos municipais. O Quadro 10, a seguir, lista estes loteamentos e apresenta suas respectivas áreas e anos de registros:

Quadro 10 - Cuité. Loteamentos urbanos segundo área e ano de registro.

LOTEAMENTO	ÁREA (m ²)	ANO DE INSCRIÇÃO
Jardim Basílio Fonsêca	206.750	1989
Planalto das Mansões	134.020	2000
Jardim Panorâmico	92.400,00	2004
Bela Vista	73.500	2007
Subsção	36.000	2007
São Francisco I	48.000	2008
São Francisco II	40.000	2008
Jardim dos Baóbas I	200.484,06	2008
Jardim dos Baóbas II	61.231,77	2009
Euclides Bezerra Cavalcante	26.000	2009
Jardim Trevo	659.423,450	2009
Parque do Patrício	82.000	2010
Euflávio da Silva	16.157	2010
Chã da Mata	88.000	2011
Chã da Serra	22.562	2011
Santa Maria	132.800	2012
Nova Cuité	126.000	2013
Cuité Ville	26.351,40	2013
Renascer da Serra	107.419,80	2013

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbano.

²⁰ Cabe destacarmos que, em nossa pesquisa não contabilizamos ou enfatizamos a comercialização e produção de bens imobiliários não legalizados junto à administração municipal.

Apenas três loteamentos antecedem o ano de 2006, são eles: *Planalto das Mansões*, *Jardim Basílio Fonsêca* e *Jardim Panorâmico*. Entretanto, segundo informações cedidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbano, mesmo os loteamentos mais antigos tiveram aquecimento nas vendas nos últimos cinco anos. Esses dados e informações corroboram a intensificação da criação e comercialização de terrenos urbanos após a implantação do CES.

Os loteamentos registrados no ano de 2013 (*Renascer da Serra*, *Cuité Ville* e *Nova Cuité*) ainda não possuem residências construídas, assim, disponibilizam para venda somente os lotes. Já nos loteamentos mais antigos realiza-se tanto a comercialização de terrenos quanto de casas.

Estes loteamentos distribuem-se no entorno da malha urbana nas diversas direções geográficas. Como pode ser comprovado na Figura 20, que apresenta a disposição dos loteamentos habitacionais da área urbana de Cuité.

Figura 20- Cuité, 2014. Disposição dos loteamentos habitacionais da área urbana.



Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbano. Pesquisa de Campo, 2014.

Imagem: Google Earth, 2006. Adaptada por: Maria Verônica de Azevedo Gomes.

A implantação de loteamentos e, conseqüentemente, o crescimento da área urbana nas direções Sul e Sudeste é inferior ao das demais direções. Este fato pode está ligado,

principalmente, a questões naturais do relevo. Visto que estas áreas apresentam relevo acidentado, que mesmo não sendo um fator limitante à ocupação desvaloriza economicamente o terreno no mercado imobiliário. De acordo com Carlos (2008) o preço da terra urbana está relacionado com a localização do terreno, com o acesso aos lugares contemplados com serviços e áreas naturais, com a infraestrutura urbana, com a privacidade e, em segundo plano, com questões relacionadas ao relevo, que implicam nas condições e nos custos da produção.

Na imagem acima (FIG. 20) constata-se que a malha urbana cuiteense se expandiu em torno da rodovia BR-104 e que o crescimento horizontal ao longo desta via ainda se efetiva contemporaneamente. Segundo Villaça (2001) as vias regionais direcionam o crescimento horizontal das cidades, pois facilitam a acessibilidade intramunicipal e intrarregional. Os loteamentos *Nova Cuité* e *Cuité Ville* apresentam disposição à margem da BR-104 em direção Noroeste, no trecho que liga o município de Cuité ao município de Nova Floresta-PB – que na sequência do percurso rodoviário liga-se ao estado do Rio Grande do Norte.

Os loteamentos São Francisco I, São Francisco II e Chã da Serra não estão dispostos a borda da BR-104, mas também seguem a direção Noroeste desta via de circulação. O loteamento *Renascer da Serra* situa-se no sentido Sul, também seguindo o sentido da BR, neste caso, seguindo o trecho que liga o município à região central do Estado da Paraíba.

Segundo informações cedidas pela empresa imobiliária A.M.C.²¹, praticamente todos os empreendimentos imobiliários situados em Cuité apresentam área aberta. Há exceção do *Renascer da Serra* e *Cuité Ville* que serão condomínios fechados. O projeto infraestrutural destes empreendimentos ainda não está finalizado, mas preveem a existência de áreas de amenidades naturais e de todo um aparato de segurança, pavimentação, lazer e esporte.

Estes condomínios destinam-se a atender a demanda da parcela populacional mais abastada, pois são valorizados por apresentarem boas condições de infraestrutura interna e pela proximidade da principal via de circulação e de equipamentos de serviços. Este último fator mencionado refere-se ao fato de que o condomínio *Cuité Ville* está sendo construído em frente da Escola Técnica Estadual de Cuité (*vide* FIG. 15- Construção do prédio da Escola Técnica Estadual de Cuité, 2014, p.103) e que o condomínio *Renascer da Serra* situa-se nas imediações da casa de shows Cuité Hall (*vide* FIG. 18- Casa de Shows *Cuité Hall*, 2011, p.115).

²¹ Empresa do setor imobiliário, criada no ano de 2009, que presta serviços de venda de imóveis urbanos.

Deste modo, tais empreendimentos vem intensificar a desigualdade socioespacial urbana de Cuité. Como afirma Maia (*et al.*, 2013, p. 120) “produzem-se, portanto, áreas distintas, muitas vezes segregadas (autossegregação e segregação induzida), contraditoriamente diferentes, tanto no que diz respeito ao rendimento médio e aos equipamentos instalados, como à própria morfologia urbana”.

Além de colaborarem para expansão da cidade, estes empreendimentos inserem aos poucos na área urbana cuiteense as novas formas de moradia que alimentam a ilusória ideia de espaços de felicidade, tranquilidade, segurança e harmonia com a natureza e com os demais habitantes. Como revela a imagem seguinte (FIG. 21), que apresenta o *outdoor* de vendas de lotes do condomínio residencial *Cuité Ville* e sua área territorial.

Figura 21- Cuité, 2014. Área do Condomínio Fechado *Cuité Ville*.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Entretanto, a cidade apresenta realidades diversas e a valorização do solo urbano obedece a inúmeras variáveis. Deste modo, nem todas as áreas da cidade são valorizadas ou desvalorizadas por motivos comuns. Como exemplo: os loteamentos Jardim Basílio Fonseca e Planalto das Mansões, que na atualidade dispõem de infraestrutura urbana mínima, mas possuem os maiores preços de terrenos e habitações do município. Estas áreas possuem apenas serviços de abastecimento de água e elétrico; é inexistente pavimentação, esgotamento sanitário, áreas de lazer e não há proximidade de equipamentos públicos ou comerciais.

A Figura 22 (Cuité, 2014. Bairro Planalto das Nações. Área ocupada por habitações) e a Figura 23 (Cuité, 2014. Bairro Planalto das Nações. Área de lotes e disponíveis a venda) exibem as áreas residenciais ocupadas e áreas loteadas no Bairro Planalto das Mansões. Áreas que apresentam ruas sem pavimentação e moradias de um padrão elevado de acordo com realidade socioeconômica local.

Figura 22- Cuité, 2014. Bairro Planalto das Nações. Área ocupada por habitações.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Figura 23- Cuité, 2014. Bairro Planalto das Nações. Área de lotes e disponíveis a venda.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Segundo as empresas A.M.C. e CKF-construção LTDA²² a valorização destes loteamentos justifica-se pelo padrão dos imóveis construídos e pela concentração populacional de alta renda. Como afirma Botelho (2007, p. 35) “a especificidade do espaço das camadas superiores é signo de distinção social, participa do sistema de expressão e de reiteração simbólica da hierarquia das situações de classe”.

Estes bairros constituem-se em áreas de segregação de igualdade socioeconômica, pelo fato dos moradores destes locais possuírem semelhante nível de renda e *status* social. Fato que é ressaltado através das propagandas e do *marketing* imobiliário. Como demonstrado na Figura 24, seguinte:

Figura 24- Outdoor de propaganda de vendas imobiliárias da CKF-construção



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Desse modo, formam-se os bairros nobres da cidade. Seja por meio dos condomínios fechados ou loteamentos abertos, estas áreas são visivelmente reconhecidas pelas suas “residências de alto padrão de construção, cujos preços podem ser visualizados a partir dos anúncios de venda e de locação” (Maia, *et al.*, 2013, p. 140).

O preço estipulado para esses produtos é responsabilidade dos agentes que os constroem ou comercializam, ou seja, pelos seus proprietários baseados na situação em que o

²² Empresa imobiliária institucionalizada no ano de 2012 com a finalidade de promover a construção de imóveis habitacionais populares, e de médio e alto padrão.

mercado se encontra. Botelho (2007, p.23) afirma que o consumo e a produção do espaço urbano “estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalista, na medida em que são guiados pelos ditames da propriedade privada, e são regulados pelas necessidades do capital em gerar valor excedente”.

Considerando a lógica de sustentação do capital, quando a procura por estes produtos for maior que a oferta maior será seu valor. Segundo Rodrigues (2003, p.19) “um aspecto essencial da terra urbana é este: ter preço que não é definido pelo valor de produção. É uma mercadoria sem valor, cujo preço é definido pelas regras de valorização do capital em geral, pela produção social”.

Deste modo, o aumento na demanda por bens habitacionais permitiu aos promotores imobiliários não somente elevar a produção residencial e de loteamentos, mas também os preços dos imóveis.

O corretor de imóveis Sr. Adaildo Medeiros Costa²³ (que atua nesta área há dezoito anos, mas, só a partir do ano de 2009 por meio da empresa A.M.C) relata que até o ano de 2006 era possível adquirir um terreno de 250m² nas áreas mais valorizadas da cidade por um preço entre R\$ 3.000,00 (três mil reais) a 4.000,00 (quatro mil reais). Atualmente, nas mesmas localidades e com a mesma medida de área, os preços variam entre R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a 30.000,00 (trinta mil reais).

De acordo com dados fornecidos pela CKF-construção LTDA, atualmente o m² do terreno varia entre R\$ 60,00 (sessenta reais) a R\$ 120,00 (cento e vinte reais) dependendo as áreas da cidade onde se localizam. Como no ano de 2006 o preço médio do terreno urbano era de R\$ 30,00 (trinta reais), é possível constatar que houve uma valorização média de 300% em apenas oito anos – o que corresponde a uma valorização anual média de 37,5%.

O Sr. Adaildo Medeiros Costa relata que os aluguéis de residências tem aumentado em uma margem aproximada ao aumento dos terrenos. Uma casa disponível a locação até o ano de 2006 por R\$ 100,00 (cem reais) hoje está acessível por cerca de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Ao final da reflexão sobre as dinâmicas socioespaciais da área urbana de Cuité, é plausível afirmar que esta porção espacial passa pelos processos de valorização da terra urbana e de expansão territorial ao incorporar novas áreas, que se caracterizam pela formação de loteamentos habitacionais horizontais. Dessa forma, esta expansão é voltada para a ocupação populacional, que se torna cada vez desigual no aspecto socioeconômico. Fato que

²³ Entrevista cedida dia 07 de Abril de 2014, Centro, Cuité - Paraíba.

configura-se, principalmente, como uma das consequência da presença do CES neste local. Pois, a existência de uma instituição de ensino superior em Cuité também agregou maior importância a este município em nível regional, atraiu novas pessoas e novos investimentos em serviços. Assim, o cotidiano da cidade tornou-se mais dinâmico, sua funcionalidade passou a alterar-se e a produção de seu espaço vem adquirindo novas características, formas e paisagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir geograficamente sobre as características, especificidades e a gênese da realidade do espaço intraurbano nos deparamos com a questão da transformação dos lugares nos diversos momentos históricos. Esta reflexão nos encaminhou a enxergar melhor a realidade atual do nosso objeto de pesquisa como uma (re)construção histórica dada pela complexidade das relações socioespaciais e em constante transformação.

A realidade de qualquer porção espacial – seja local, urbana, agrária, metropolitana, regional ou nacional – não pode ser vista como algo generalizado e igual em sua totalidade, pois são justamente as singularidades e particularidades das concretudes e abstrações que diferenciam os lugares e fomentam a investigação científica.

Neste sentido, abstrair a realidade de uma porção espacial para interpretá-la com consciência exige muito empenho, contemplação e reflexão. Exercício que nos dedicamos ao analisar as questões intraurbanas do município de Cuité desinentes da existência do Centro de Educação e Saúde-CES da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.

Esse estudo nos conduziu a reflexão teórica do processo de constituição e significância da pequena cidade brasileira enquanto porção espacial de identidade ímpar e que não sobrevive isoladamente, visto que, ela sustenta e formula suas potencialidades a partir da ligação com outros lugares. Independente de sua classificação hierárquica ou funcional é a sua significância em relação aos lugares que a rodeiam que pode atrair ou repulsar fixos e fluxos. Assim, a cidade consegue modificar-se constantemente.

Reconhecer como a pequena cidade sofre alterações e se insere na rede urbana depende de uma abordagem que reflita sobre o preexistente e o novo. Esta reflexão permite apreender o elenco de causas e efeitos que constroem um espaço de particularidades e especificidades, ou seja, refletir sobre seu arranjo socioespacial como uma soma dos eventos passados e contemporâneos.

Neste contexto, enxergamos Cuité como palco de eventos históricos que se caracterizam pelas transformações de políticas, econômicas, sociais e espaciais. Dentre os mais relevantes, está o fato deste município ter tido êxito nas relações de produção e comercialização do sisal durante as três primeiras décadas da segunda metade do século XX.

Durante o período *áureo do sisal* o acúmulo e a concentração de capital se materializaram na paisagem da cidade, tornando-se visível nos investimentos infraestruturais, na expansão e diversificação dos serviços e do comércio, no crescimento demográfico e

urbano do município, na fluidez cotidiana de mercadorias, informações e veículos e na intensificação das desigualdades sociais. Havendo também uma forte interferência na cultura e modo de vida da população local, como exemplo: as atividades culturais e tradicionais da parcela mais abastada da sociedade tornaram-se mais glamorosas, houve alta na geração de emprego e renda e uma forte atração de mão-de-obra.

No entanto, a decadência desta atividade, principalmente pela ausência de investimentos em tecnologia de produção, levou a cidade à estagnação econômica e à inexistência de perspectivas em crescimento e desenvolvimento. Assim, mesmo não estando isolada na rede urbana por interagir com o mundo por meio das influências do período *técnico-científico-informacional*, o município de Cuité perdeu seu valor ou significância econômica. Por décadas esta realidade se estende, até que a decisão política de implantação do CES em Cuité que passou a reascender as possibilidades de desenvolvimento.

A presença deste *campus* é resultante de um conjunto de ações políticas e sociais, que teve origem num contexto nacional a partir da implementação do *Programa Nacional de Expansão do Ensino Superior* pelo Governo Federal. E caminhou para o contexto microrregional, no qual surgiu uma peleja pela posse desta instituição por parte de representantes dos municípios de Cuité e Picuí – município situado na microrregião do Seridó Oriental Paraibano. Entendemos que este momento tornou as microrregiões do Curimataú e Seridó em um palco de conflitos entre forças sociais e políticas intermunicipais, envolvendo sujeitos que fizeram uso do poder, de acesso a informações e de influências políticas; proclamando sua capacidade de transformação da história. Estes sujeitos têm papéis não necessariamente definidos de maneira rígida e taxativa, mas interligados em suas ações movidas por interesses ora comuns, ora contraditórios.

Grande parcela da comunidade cuiteense se organizou para reivindicar a posse desta instituição educacional. A mobilização política envolveu as instâncias locais de ordem governamental, sindicalista, educacional, religiosa e civil. Esta mobilização teve grande relevância na decisão de Cuité se tornar sede do CES e pode ser considerada como uma demonstração da perspectiva de que o *campus* universitário constituísse um meio de desenvolvimento socioeconômico local e regional, e possibilitasse o crescente acesso dos cuiteenses à cultura e ao conhecimento.

O CES foi implantado no ano de 2006, eis que surge um novo período no qual este objeto geográfico passou a desempenhar um relevante papel no processo socioespacial do município de Cuité. Não nos referimos a sua concretude isolada, mas somada ao seu

significado e função que envolvem e desencadeiam um conjunto articulado de episódios, que vem alterando o cotidiano desta cidade.

A presença do *campus* universitário atribuiu à Cuité um serviço especializado que concedeu à cidade maior valor em nível regional e também uma nova funcionalidade. Incentivando as esferas capitalistas a investirem em novos serviços educacionais das mais diversas modalidades – que abrangem o ensino básico, técnico, profissionalizante e superior. Assim, o crescimento na prestação de serviços voltados a educação é um dos fatores que impulsiona a reconfiguração da funcionalidade local na medida em que a função econômica predominantemente agrícola, existente até o fim da década de 1980, começa a ceder espaço para o setor de serviços educacionais.

Identificamos que esta instituição não somente atrai novos investimentos, como também atrai pessoas pela oferta de formação educacional e emprego. A clientela é oriunda dos mais diversos locais do Brasil e em especial de outros municípios da Paraíba. Alguns membros desta comunidade universitária residem em municípios próximos a Cuité e deslocam-se diariamente para realizar suas atividades no CES. Outra parcela significativa fixou moradia nesta cidade, mas retorna para seu município de origem nos períodos de recesso letivo ou feriados. Enquanto uma parcela inferior fixou moradia permanentemente no referido município.

Os alunos e os profissionais de diversas áreas e funções interagem com a população cuiteense, favorecendo a intensificação do processo de trocas culturais, a geração de eventos harmoniosos e conflituosos e a ampliação das relações socioterritoriais em que a cidade está envolvida. Além disto, esta comunidade vem colaborando para a ampliação do fluxo de pessoas, de veículos e de informações, para as transformações demográficas e para o aumento da demanda por serviços e por comércio.

A soma desta parcela demográfica ao contingente demográfico cuiteense tornou ainda mais visível a necessidade de investimentos que estimulem o crescimento e a diversidade de atividades de comércio e de serviços locais, como também de investimentos em infraestrutura urbana. De acordo com nossa visão da realidade momentânea, concluímos que os investimentos do poder público e do mercado não estão sendo suficiente de acordo com demandas criadas, pois ainda são pontuais e majoritariamente atendem às necessidades mais básicas. Outros poucos empreendimentos destinam-se ao lazer, como as piscinas de aluguel, as casas de shows e de festas.

O aquecimento no setor imobiliário é outro exemplo de fenômeno decorrente deste processo migratório. A fixação, mesmo que periódica, de parte dos alunos e funcionários do CES à Cuité tornou crescente a procura por moradia. Tal fato, associado à baixa oferta de imóveis e terrenos destinados a locação e comercialização, possibilitou ao setor imobiliário elevar produção e os preços destes bens e serviços; gerando a expansão da área urbana e uma alta valorização imobiliária nas mais diversas áreas da cidade. Isso pode formar espaços de maior exclusão da população mais pobre do acesso aos direitos básicos na vida cidadina, ampliando a segregação socioespacial nesse novo período de sua (re)produção.

O setor imobiliário tem investido maciçamente na produção de loteamentos habitacionais – que ofertam tanto os lotes de terras quanto as residências já construídas – e nos condomínios fechados, que inserem em Cuité novos padrões de moradia.

Esta expansão territorial urbana está ocorrendo com rapidez e não dispõe do controle e da organização necessários por parte dos órgãos públicos. Até mesmo os bairros mais valorizados pelo mercado, por concentrar a população local de alto poder aquisitivo, estão crescendo sem infraestrutura que responda suficientemente às necessidades da sociedade.

Outra questão a ser considerada é que, a presença desta população flutuante não garante, por si só, o crescimento econômico do município e região. Como afirma Santos (2008, p. 87) para que os fatores demográficos tornem-se impulsionadores do crescimento, seria necessário “que eles se desenvolvessem ao mesmo tempo que a infra-estrutura econômica (sobretudo transportes) e paralelamente à capacidade da cidade de se beneficiar dos investimentos de capitais regionais ou exteriores à região”.

Desse modo, para que haja maior crescimento e desenvolvimento em Cuité é preciso que o Estado, na criação e na manutenção das estruturas urbanas, viabilize melhorias econômicas e sociais e que a organização espacial se processe nos seus níveis político-administrativos municipal, estadual e federal. Como também, que haja maior injeção de capital privado na realização de diversas atividades do mercado.

A partir das descobertas advindas de nossa pesquisa, cremos ter caminhando para o encontro de detalhes inerentes ao nosso objeto de pesquisa. Consideramos que os pontos aqui expostos e discutidos visam contribuir com as discussões relacionadas ao espaço urbano, ao estudo das pequenas cidades e ao processo de interiorização da educação superior no Brasil.

Diante o posto, temos o fim de nossa dissertação com mais questões que conclusões definidas, pois ainda existem variáveis inesgotáveis a serem investigadas. Neste sentido, partilhamos da consciência que a discussão fomentada neste trabalho mostra-se como uma

obvia impossibilidade de dar conta de toda problemática que envolve este tema. Assim, as inquietações, ainda existentes, acerca da temática abordada neste trabalho não se encerram nestas considerações, podendo ser analisadas em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. P. de.; FRESCA, T. M. Produção industrial em pequenas cidades e reinserção na rede urbana: o caso de Assai – PR. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos: crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperança, 2010**. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- ALMEIDA, Nadir Fernandes de. Metamorfoses dos usos do lugar: a revalorização urbana como estratégia de acumulação do capital. Dissertação de Mestrado. USP, 2007. 150 f.
- AMORIM, Cassiano Caon de. **O Uso do Território Brasileiro e as Instituições de Ensino Superior**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2010. 334 f.
- ARAÚJO, Israel da Silva. **Memórias em Discurso: construção e prática dos espaços de namoro no município de Cuité – PB (década de 1970)**. Monografia de Conclusão de Curso em História. Campina Grande: UEPB, 2009. 66 f.
- AVERBUG, André. O Brasil no contexto da integração hemisférica: controvérsias em torno da Alca. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 11, 1999.
- BACELAR, W. K. de Almeida. Pequena Cidade: uma caracterização. In: **V Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, 2009**. Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Anais eletrônicos... Santa Maria: ENGRUP, 2009. Disponível em: < <http://sucuri.ufsm.br/eventos/evento.php?id=1386> >. Acesso em: 12 abr. 2014.
- BERNARDES, Antônio Henrique. **Das perspectivas ontológicas à natureza do internauta: contribuição à epistemologia em Geografia**. Tese de Doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2012. 264 f .
- BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2007.
- BRITO, Vanderley de. OLIVEIRA, Thomas Bruno. Breve biografia do pesquisador Pe. Luiz Santiago. **SPA-Sociedade Paraibana de Arqueologia**, Campina Grande. Boletim n.19, ed. Espacial 4. Mar. 2008.
- CAMARGO, J. C. G.; ELESBÃO, I. O problema do método nas ciências humanas: o caso da geografia. **Mercator**, Fortaleza, ano 03, n. 06, p. 07-18. 2004.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições/GESP, 2007a.
- _____. **O espaço urbano: novos inscritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007b.
- _____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: EDUSP, 2008a.
- _____. **A cidade**. 8. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008b.

CASTRO, Janio R. B. de. A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de ventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de caso. In: LOPEZ, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2008, p.15-41.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 1987.

_____. **O Espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **A rede urbana**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.41-53, jan./jun. 1999.

COSTA, Antônio Albuquerque da. **A desvalorização do trabalho da campeira no espaço sisaleiro. Questões de gênero e cidadania**. Monografia de Conclusão de Curso em Geografia. Universidade Estadual da Paraíba-UEPB: Campina Grande, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: estado e mercado. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 795-817, Especial - Out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 12 abr. 2014.

DIAS SOBRINHO, José. (2010). **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>>. Acesso: 13 nov. 2013.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. **Huellas**, Madrid, nº 15, p. 149-165, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/v15a11endlich.pdf>>. Acesso: 25 mai. 2013.

FONTENELLES, Mauro José. Cálculos para tamanho da amostra. In: **Bioestatística aplicada à pesquisa experimental**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, vol. especial. p.75-81, 10 dez. 2010.

GEA - Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil. **FLACSO**, Rio de Janeiro, n. 3, jan.-jun. 2013. Disponível em: < <http://www.flacso.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

Governo do Estado da Paraíba. **Notícias**. Assessoria de Imprensa. Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br>. Acesso e: 15 jul. 2014.

GRÜNER, Eduardo. Leituras Culpadas. Marx(ismo) e a práxis do conhecimento. In: BORON, A.A.; AMADEO, A.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas**. 1 ed. 1ª reimp. - Buenos Aires: CLACSO, 2006.

HUWS, Ursula. Fixo, volátil, ou dividido: O trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no séc. XXI. In: **Pegada**, vol. 7. n. 2. nov. 2006. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA72/Pegada7n2_20062Ursula.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2013.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1950/1991. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso: 20 jun. 2013.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. 1960. Vol. 7 Disponível em: <<http://historiadecuite.blogspot.com.br/2011/04/cuite-na-enciclopedia-dos-municipios.html>>. Acesso: 15 mar. 2013.

_____. **Censo Agropecuário da Paraíba**. 1978-2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 15 mar. 2013.

_____. **Censo Demográfico**. 1970-2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 13 abr. 2013.

_____. **Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

_____. **Cadastro de Empresas**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 13 abr. 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Evolução-. (2010) **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1991/2010>>. Acesso: 20 abr. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. 2º reimp. - São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, Sérgio.; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

_____. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MAIA, Doralice Sátiro. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: LOPEZ, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p.15-41.

MAIA, D.S.; CARDOSO, C. A. de A.; ALONSO, S. F.; BEZERRA, R. S. Campina Grande: dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e Transformações. In: ELIAS, D.;

SPOSITO, M. E. B.; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 61-192.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepto/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

MEC - Ministério da Educação e Cultura. 2008. **O Programa Universidade para Todos – Prouni**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br>. Acesso em: 12 mai. 2013.

_____. 2010. **Expansão da educação superior e profissional tecnológica: mais formação e oportunidade para todos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf. Acesso em: 25 jun. 2012.

MEDEIROS, Maria Suelly da Silva. **A produção do espaço das pequenas cidades do Seridó Potiguar**. Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2005. 152 f.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. Tese de Doutorado em Geografia. Uberlândia: UFU, 2008. 527 f.

MITIDIERO JR, Marco. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação. luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP. 2008. 501 f.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias. In: **GEOgraphia**. ano VI, n.11. Niterói: PPGeo/Universidade Federal Fluminense-UFF, 2004.

MUSEU HOMEM DO CURIMATAÚ. **Acervo de fotos históricas de Cuité-PB**. Pesquisa: 17 jun. 2013.

OLIVEN, Arabela Campos. Políticas de inclusão no sistema de educação superior brasileiro: o setor público e o privado. In: **Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, 2012. San Francisco, Califórnia. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em: 07 jun. 2013.

PEREIRA, Jônatas Rodrigues. **Período áureo do sisal em Cuité-PB**. 2008. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande, 2008.

_____. **História de Cuité**. Disponível em: <http://historiadecuite.blogspot.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUEZ, Janete Lins. Atlas Escolar da Paraíba: espaço geo-histórico e cultural. 3. ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

SANTIAGO, Luiz. **Serra do Cuité: sua história, seus progressos, suas possibilidades**. João Pessoa: Oficinas Graf. d'A Imprensa, 1936.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. A cidade e o urbano como espaço-tempo. Texto comentário. In: **I Seminário de História da cidade e do Urbanismo-CHCU**. p. 241-244. Salvador, 1990. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/29>>. Acesso em: 12 out. 2012.

_____. O dinheiro e o território. **Geographia**, ano 1, n. 1. Niterói: UFF, 1999.

_____. **A Natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. 2ª reimp. - São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. Espaço e Dominação: uma abordagem marxista. In: **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2011.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012a.

_____. **Espaço e Método**. 5. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. Urbanização: cidades médias e grandes. In: **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poíesis Pedagógica**, Catalão, v.8, n.2, pp.4-17. Ago/dez 2010.

SEBRAE/PB/PRODER. **Série: Diagnóstico Socioeconômico de Cuité**. vol. 19. João Pessoa, 1996.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Jorge Paiva da. OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach. A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. **Estudos RBEP**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 215-230, jan./abr. 2012.

SOBRINHO, José Pereira. **Cuité em Detalhes**. Edição Particular, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, M. E. Beltrão. a produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F.A.; SOUZA, M. L. de.; SPOSITO, M. E. B.; **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

THOMAZ JR, Antônio. **Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares)**. In: Monografia.com. 2004a. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/geografia-trabalho-auto-desenvolvimento-emancipacao/geografia-trabalho-auto-desenvolvimento-emancipacao2.shtml>>. Acesso: 27 mai. 2013.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. v. 22, nº 44, p. 341-364. Tradução de Magda França Lopes. São Paulo, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral**. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek et al. (Org). **Geografia humana: sociedade espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande. Secretaria de Projetos Estratégicos. **PLANEXP - Plano de Expansão Institucional**. 2005.

_____. **Notícias**. Assessoria de Imprensa. 2005b. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2001.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Fragmentos a cerca do método em geografia. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, 2(4): 71-77, jan./jun. 1988. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1946/1622>>. Acesso: 11 de abr. 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Relatório de Pesquisa. Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.html>>. Acesso em: 15 mai. 2003.

APÊNDICE A - AMOSTRAGEM E ERRO AMOSTRAL

AMOSTRAGEM E ERRO AMOSTRAL

Neste apêndice, faremos uma explanação, sucinta, sobre as questões da teoria estatística e do método de amostragem utilizados na elaboração e aplicação do questionário destinado a comunidade do CES.

Quando desejamos extrair informações acerca de um conjunto de itens (pessoas, animais, vegetais, objetos, etc.) que apresentam características comuns nem sempre é interessante ou possível estudar esse conjunto como um todo. Descarte, a teoria de amostragem fornece-nos métodos em que parte deste conjunto representa, com segurança, sua totalidade. Para tanto, necessitamos conhecer estes métodos e quais atingem melhores resultados de acordo com a realidade investigada. De acordo com Fontelles (2012) temos as seguintes definições:

Definição 1. *População* - é a totalidade dos elementos de características comuns, pertencentes a um universo sobre o qual se deseja estabelecer conclusões ou exercer ações. Ela pode ser finita ou infinita.

Definição 2. A *amostra* - é apenas uma parte da população, ou seja, é um subconjunto da população.

Quando são coletadas informações de toda a população, diz-se que foi feito um recenseamento. **Censo** é o conjunto de dados obtidos através de recenseamento. Por outro lado, quando são coletadas informações de apenas parte da população, diz-se que foi feita uma **amostragem**.

O estudo cuidadoso de uma amostra tem maior valor científico do que o estudo sumário de toda a população. Quando se realiza uma pesquisa de amostragem, deve-se ter como objetivo principal o de garantir a representatividade da população, ou seja, fazer com que a amostra seja um retrato fiel da população.

As técnicas de amostragem podem ser classificadas em dois grandes grupos: a amostragem probabilística e a amostragem não probabilística.

a) **Amostragem Probabilística** — neste grupo encontram-se os planos amostrais que utilizam mecanismos aleatórios de seleção dos elementos da amostra, atribuindo a cada um deles uma probabilidade, conhecida à priori, de pertencer à amostra.

b) **Amostragem Não Probabilística** — neste grupo encontram-se os planos amostrais que não utilizam mecanismos aleatórios de seleção dos elementos da

amostra, e dessa forma, não existe nenhuma probabilidade associada à seleção desses elementos.

A execução de ambos os procedimentos pode ser satisfatória de acordo com as necessidades de cada pesquisa. As amostras probabilísticas são mais indicadas quando há necessidade de medir a precisão da amostra obtida. Os tipos de planos de amostragem probabilísticos são os seguintes:

I. **Amostragem Aleatória Simples:** os elementos da população são retirados ao acaso. Então, todo elemento da população tem a mesma chance (ou probabilidade) de ser selecionado para a amostra.

II. **Amostragem Sistemática:** os elementos são selecionados não por acaso, mas segundo uma regra pré-definida. Exemplo: 1 a cada 10, 1 a cada 15, etc. É bastante utilizada quando os elementos da população estão arranados numa ordem.

III. **Amostragem Estratificada:** a população é dividida em estratos (ou grupos) homogêneos, seleciona-se uma amostra aleatória simples de cada estrato e depois se reúne todas as amostras em uma só. Esta amostra final é estratificada.

De posse desses conceitos e, ao considerarmos que o grupo de análise em nossa pesquisa trata-se de uma população finita de 2.059 pessoas, formada por discentes, docentes e técnicos administrativos que compõe o CES, verificamos que seria necessário fazer uso do “Método de Amostragem Probabilística de forma Aleatória e Simples”.

Como dito acima, é importante que a amostragem que utilizássemos retratasse fielmente essa população, assim, foi necessário considerar uma margem de erro admissível com relação a essa amostra. A esta margem de erro denomina-se o conceito de **erro amostral**. Em casos como o que trabalhamos, a literatura dessa teoria considera que o erro amostral deve ser de no máximo 5%. Além disso, ao escolhemos qual será o erro amostral, podemos calcular - utilizando fórmulas apropriadas para cada tipo de amostra - qual será o tamanho da amostra necessária.

Assim, vejamos como foram aplicados tais procedimentos para o questionário que propomos. Para saber quantos questionários deveríamos aplicar, consideramos, *a priori*, um erro amostral de 4%. Quando temos uma população finita e sabemos o erro amostral, a fórmula utilizada para se obter o tamanho da amostra aleatória simples é dada por:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}, \text{ onde } n_0 = \frac{1}{\varepsilon^2};$$

N é o tamanho da população estudada; n_0 é o primeiro valor aproximado do tamanho da amostra; ε é o erro amostral tolerável (margem de erro) e; n o tamanho mínimo da amostra. Desta forma, sabendo que $N=2059$ e $\varepsilon = 4\% = 0,04$. Obtemos que:

$$n_0 = \frac{1}{\varepsilon^2} = \frac{1}{(0,04)^2} = \frac{1}{0,0016} = 625.$$

Substituindo esse valor e o de N na fórmula $n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$, obtemos que:

$$n = \frac{2059 \times 625}{2059 + 625} = \frac{1.286.875}{2684} \approx 480.$$

Portanto, para que tivéssemos um erro amostral de 4%, deveríamos aplicar no mínimo 480 questionários. Porém, foram aplicados 530 questionários, o que é mais do que desejávamos e seria necessário. Assim, *a posteriori*, foi alcançado outro erro amostral.

Em uma amostra aleatória simples feita a partir de uma população finita, quando se conhece o tamanho da população e o tamanho da amostra atingida é possível calcular qual foi o erro amostral atingido, ou seja, conhecendo-se os valores de N e n , determinamos ε utilizando a seguinte fórmula:

$$\varepsilon = \sqrt{\frac{N - n}{N \times n}}.$$

Sabendo que, $n=530$ e $N=2059$, obtêm-se:

$$\varepsilon = \sqrt{\frac{2059 - 530}{2059 \times 530}} = \sqrt{\frac{1529}{1.091.270}} \approx \sqrt{0,0014} \approx 0,037 = 3,7\%.$$

Portanto, a margem de erro alcançada em nossa pesquisa foi de 3,7%. Podemos então garantir, pela Teoria de Amostragem, que nosso questionário corresponde a realidade da população investigada nesta pesquisa como um todo.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

Entrevistado: RAMILTON MARINHO, diretor atual do CES e membro da SPE em 2005.

1. Pode relatar a gênese de implantação do CES em Cuité?
2. Houve um entrave político entre sujeitos de Cuité e Picuí por interesse em sediar o CES?
Você pode falar sobre isto?
3. Quem foram as pessoas, grupos ou instituições que se mobilizaram em prol da implantação do CES em Cuité?
4. Qual a sua participação nesta mobilização?
5. Quando você se juntou aos demais nesta mobilização quais os motivos que lhe impulsionaram?
6. Qual sua trajetória como funcionário do centro?
7. O Planexp criou critérios (social, geográfico e de desenvolvimento) aos quais os municípios que sediarão os centros universitários teriam que se encaixar? Cuité contemplava estes critérios?
8. Que vantagens o município de Cuité teve em relação a Picuí para conseguir a posse do CES?
9. Que problemas ocorreram no processo de instalação do CES em Cuité? Como construção, início das atividades, formação de quadro de funcionários...
10. E atualmente quais são as maiores dificuldades ou empecilhos para a manutenção das atividades cotidianas do centro?
11. A no projeto de implantação do CES em Cuité haviam objetivos relacionados a desenvolvimento socioeconômico local e regional. Você pode me falar o que foi feito ou está sendo feito para alcançar estes objetivos?
12. Enquanto diretor de centro como você enxerga a relação do CES com a comunidade cuitense?
13. Você poderia me apontar pontos positivos e negativos na presença do CES em Cuité?
14. O projeto infraestrutural e educacional do CES está concluído? Quais são os planos para o futuro?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Local: _____

Data: ____/____/____

Entrevistado: MÁRCIO CANIELLO, Coordenador do Planexp em 2005.

1. Como surgiu o Planexp?
2. Qual seu papel/função neste programa?
3. Que critérios foram priorizados pela escolha das localidades de sediar os campus?
4. Cuité contemplava estes critérios?
5. Em relação a atuação do projeto em território estadual: como foi pensada e executada a espacialização dos campus?
6. Porque a escolha do Curimataú para receber um campus?
7. Em julho de 2005 ao apresentar o Planexp na cidade de Cuité já foi apontada alguma cidade como prioridade para sediar o campus?
8. Então, como surge a possibilidade de Cuité sediar o campus?
9. Foram convidados representantes do Cariri (Picuí, Frei Martinho, Nova P., etc.) para esta reunião, qual o objetivo?
10. Durante a reunião de apresentação do Planexp já houve manifestações dos representantes municipais de interesse pelo campus?
11. Qual foi o clima político da reunião? Houve tensão de alguma parte?
12. O que você sabe sobre disputa entre representantes de Cuité e de Picuí pela posse do campus? Como ela começou?
13. Houve pessoas que vieram até você intervir em nome de uma destas partes? Quem? E que argumentos ou estratégias usaram?
14. A intervenção destas pessoas teve algum peso na decisão final?
15. Em algum momento deste processo você ou qualquer outro integrante da equipe Planexp demonstrou tomar partido nesta disputa entre Cuité e Picuí?
16. Qual a participação de Ramilton Marinho junto a você e a sua equipe no Planexp?
17. Ramilton estava articulado com algumas instâncias em Cuité reivindicando do campus. A participação dele neste programa não teria ajudado ao acesso de informações, conhecer o andamento dos processos?
18. Então, porque Cuité? Porque não Picuí ou Araruna?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Local: _____

Data: ____/____/____

Entrevistado: THOMPSON MARIS, Reitor da UFCG em 2005.

1. Fale-me sobre o Planexp?
2. Como reitor da universidade qual foi seu papel/função diante este programa?
3. Porque a escolha do Curimataú para receber um campus?
4. Em julho de 2005 ao apresentar o Planexp na cidade de Cuité já foi apontada alguma cidade como prioridade para sediar o campus?
5. Então, como surge a possibilidade de Cuité sediar o campus?
6. Foram convidados representantes do Cariri (Picuí, Frei Martinho, Nova P., etc.) para esta reunião, qual o objetivo?
7. Durante a reunião de apresentação do Planexp já houve manifestações dos representantes municipais de interesse pelo campus?
8. Qual foi o clima político da reunião? Houve tensão de alguma parte?
9. O que você teria a me dizer sobre disputa entre representantes de Cuité e de Picuí pela posse do campus? Como ela começou?
10. Houve pessoas que vieram até você intervir em nome de uma destas partes?
11. Quem? E que argumentos ou estratégias usaram?
12. A intervenção destas pessoas teve algum peso na decisão final?
13. Em algum momento deste processo algum integrante da equipe da SPE na escolha entre Cuité e Picuí?
14. Qual a participação de Ramilton Marinho na equipe no Planexp?
15. Ramilton estava articulado com algumas instâncias em Cuité reivindicando do campus. A participação dele neste programa não teria ajudado ao acesso de informações, conhecer o andamento dos processos?
16. Você foi pessoalmente a Brasília apresentar e defender o Planexp, certo? Como aconteciam estas reuniões?
17. Quem participava delas?
18. Foi de Brasília que veio a decisão de que cidade sediar o campus, Cuité ou Picuí? Quem tomou esta decisão? Deu justificativas de sua decisão?

19. Durante as discussões sobre este embate houve alguma figura política lá presente que defendeu Cuité ou Picuí como prioridade para posse? Se houve, quem?
20. Então, porque Cuité? Porque não Picuí?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

Entrevistados: MÁRCIO FIALHO e Pe. SILVESTRA, membros da comissão cuiteense de reivindicação do CES.

1. Como você ficou sabendo do projeto que traria o campus para uma cidade do Curimataú?
E como se integrou ao movimento de reivindicação pela posse do campus?
2. O que lhe motivou a colaborar com a organização que lutou pelo campus?
3. Ao participar neste movimento você assumiu que papel? Cidadão, cuiteense, colaborou pela amizade das pessoas que estavam envolvidas, ou outro?
4. Houve uma disputa entre representantes da cidade de Cuité e de Picuí pela posse deste campus. O que você sabe desta disputa?
5. Vocês tiveram apoios políticos durante o movimento? De quem? E como foi este apoio?
6. E empecilhos? Grupos ou figuras influentes que se colocaram contra a parte cuiteense do movimento?
7. Você percebeu durante este movimento qual interesse dos demais colaboradores?
8. Algum grupo quis participar ou participou do movimento com interesses pessoais, ou com intuito de tirar proveito da conquista para engrandecimento pessoal ou de um determinado grupo?
9. Na sua concepção porque Cuité conseguiu a posse do Campus e não Picuí?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

Entrevistados: RUBENS GERMANO COSTA (Buba), gestor municipal de Picuí em 2005.

1. No ano de 2005 a UFCG cogitou a possibilidade da região do Curimataú paraibano contemplar um campus da UFCG. Como você foi informado deste processo na época?
2. Pode me relatar o que lembra deste processo?
3. Qual foi seu papel neste processo?
4. Como ações foram realizadas por parte dos representantes de Picuí para reivindicar o *campus* da UFCG?
5. Vocês tiveram apoios políticos durante o movimento? De quem? E como foi este apoio?
6. E empecilhos? Houveram grupos ou figuras políticas influentes que se colocaram contra a ida do *campus* para Picuí?
7. Algum grupo ou pessoa quis participar ou participou do movimento com interesses pessoais, ou com intuito de tirar proveito da conquista para engrandecimento pessoal ou de um determinado grupo?
8. Na sua concepção porque Cuité conseguiu a posse do Campus e não Picuí?

**APÊNDICE C - PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ALUNOS E
FUNCIONÁRIOS DO CES**

PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DO CES

Este questionário tem como objetivo conhecer o perfil do corpo docente, administrativo e discente do Centro de Saúde e Educação da UFCG. As informações fornecidas irão contribuir para a mestranda, Maria Verônica de Azevedo Gomes, realizar a pesquisa de Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB, intitulada: DINÂMICA SOCIOESPACIAL URBANA DE CUITÉ-PB RESULTANTE DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DA UFCG. Como também são importantes para a Direção de Centro possa melhor realizar planejamentos de projetos e ações que a todos possam beneficiar. Agradecemos pela colaboração e esclarecemos que não é necessária a sua identificação.

QUESTIONÁRIO

1. Função/Cargo:

- ☐ Docente/professor
- ☐ Técnico Administrativo
- ☐ Discente/aluno

2. Unidade:

- ☐ Saúde: farmácia, enfermagem e nutrição
- ☐ Educação: química, física, matemática e biologia

3. Curso:

- ☐ Química
- ☐ Física
- ☐ Biologia
- ☐ Matemática
- ☐ Nutrição
- ☐ Farmácia
- ☐ Enfermagem
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado

4. Sexo:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

5. Idade:

- ☐ 16 a 20 anos
- ☐ 21 a 25 anos
- ☐ 26 a 30 anos
- ☐ 31 a 35 anos
- ☐ 36 a 40 anos
- ☐ 41 a 45
- ☐ 46 anos ou mais

6. Tem filho (s)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. Cor:

- ☐ Branca
- ☐ Indígena
- ☐ Amarela
- ☐ Preta
- ☐ Parda

8. Situação Conjugal:

- ☐ Casado(a)
- ☐ União estável
- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Separado(a)/Divorciado(a)
- ☐ Viúvo(a)

9. Nasceu em:

- ☐ Cuité
- ☐ Outra cidade do Curimataú
- ☐ Outra cidade da Paraíba
- ☐ Rio Grande do Norte
- ☐ Outro estado do Nordeste
- ☐ Outra região do país
- ☐ Outro país

10. Morava antes de vincular-se ao CES:

- ☐ Em Cuité
- ☐ Em outra cidade do Curimataú
- ☐ Em outra cidade da Paraíba
- ☐ No Rio Grande do Norte
- ☐ Em outro estado do Nordeste
- ☐ Em outra região do País
- ☐ Em outro país

11. Área de moradia na cidade de origem:

- ☐ Zona Rural
- ☐ Zona urbana

12. Atualmente possui moradia em:

- ☐ Cuité
- ☐ Cidade de Origem
- ☐ Nas duas cidades (Cuité e cidade de origem)

13. Tempo que permanece em Cuité:

- ☐ () Já residia permanentemente na cidade antes mesmo de vincular-se ao CES
- ☐ () Passou a residir permanentemente na cidade após vincular-se ao CES
- ☐ () Somente nos horários de aula (me desloco diariamente)
- ☐ () Durante os dias letivos semanais
- ☐ () De uma a duas semanas
- ☐ () Entre um e três meses
- ☐ () Um semestre letivo
- ☐ () Outro: _____

14. Tipo de residência que ocupa em Cuité:

- ☐ () Casa ou apartamento próprio
- ☐ () Casa ou apartamento alugado
- ☐ () Pensão, Hotel, Pensionato
- ☐ () Residência universitária
- ☐ () Outro: _____

15. Com quem mora em Cuité?

- ☐ () Moro sozinho (a)
- ☐ () Com o pai ou a mãe/ ou ambos
- ☐ () Com o cônjuge
- ☐ () Com familiares
- ☐ () Com amigos
- ☐ () Outro: _____

16. Nos dias em que permanece em Cuité, utiliza ou já utilizou serviços de POSTOS SAÚDE E HOSPITAIS PÚBLICOS?

- ☐ () Com frequência
- ☐ () Raramente
- ☐ () Nunca

17. Nos dias em que permanece em Cuité, utiliza ou já utilizou serviços de CLÍNICAS PARTICULARES DE SAÚDE?

- ☐ () Com frequência
- ☐ () Raramente
- ☐ () Nunca

18. Nos dias em que permanece em Cuité, utiliza ou já utilizou serviços de INSTITUIÇÕES FINANCEIROS (bancos e postos de atendimentos)?

- ☐ () Com frequência
- ☐ () Raramente
- ☐ () Nunca

19. Nos dias em que permanece em Cuité utiliza ou já utilizou serviços de TÁXI OU MOTO-TÁXI nos dias em que permanece em Cuité utiliza ou já utilizou serviços de BELEZA E ESTÉTICA (academia, salão, clínicas de estética, etc.)?

- ☐ () Com frequência
- ☐ () Raramente
- ☐ () Nunca

20. **Nos dias em que permanece em Cuité utiliza ou já utilizou serviços de ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE BENS DURÁVEIS (loja de roupas, calçados, acessórios, utensílios domésticos, eletrodomésticos, móveis e eletroeletrônicos)?**
- ☐ Com frequência
 - ☐ Raramente
 - ☐ Nunca
21. **Nos dias em que permanece em Cuité utiliza ou já utilizou serviços de RESTAURANTES E LANCHONETES?**
- ☐ Mais de uma vez ao dia
 - ☐ Ao menos uma vez ao dia
 - ☐ De duas a três vezes por semana
 - ☐ Raramente
 - ☐ Nunca
22. **Nos dias em que permanece em Cuité utiliza ou já utilizou serviços de ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE BENS NÃO DURÁVEIS (medicamentos, produtos de higiene pessoal e doméstica, e alimentos disponíveis em supermercados, minimercados, bodegas, padarias e frigoríficos)?**
- ☐ Mais de uma vez ao dia
 - ☐ Ao menos uma vez ao dia
 - ☐ De duas a três vezes por semana
 - ☐ Raramente
 - ☐ Nunca
23. **Nos dias em que permanece em Cuité, participa de atividades culturais como: (Pode marcar mais de uma alternativa)**
- ☐ Shows e/ou Festas tradicionais
 - ☐ Teatro e/ou Museu
 - ☐ Feiras e/ou Exposições
 - ☐ Nenhum
 - ☐ Outro: _____